

Manual para participação dos acionistas

AGO VALID 2025

Assembleia Geral Ordinária

Quinta-feira, 24 de Abril de 2025

10:00h (BRT)

Acesso a plataforma: [acesse aqui](#)



Valid

ÍNDICE

Assunto	Página
Mensagem da Administração	3
Informações Gerais sobre a Assembleia Geral	4
Editais de Convocação	6
Informações sobre as matérias objeto de deliberação em AGO	8
Representação por Procuração – Modelos de Procuração	13
Anexo 1 – Comentários dos Diretores	16
Anexo 2 – Destinação do Resultado do Exercício	60
Anexo 3 – Remuneração dos Administradores	65
Anexo 4 – Informações sobre os Candidatos aos cargos de Conselho	104

MENSAGEM DA ADMINISTRAÇÃO

São Paulo, 24 de março de 2025.

Prezados Acionistas,

Temos o prazer de convidar V.Sas a participar da Assembleia Geral Ordinária de 2025 da Valid Soluções S.A (“Valid” ou “Companhia”), a ser **realizada no dia 24 de abril de 2025, às 10 horas**, de modo **exclusivamente digital**, nos termos das Resoluções CVM nº 81, de 29 de março de 2022 (“Resolução CVM 81/22”) e CVM nº 204, de 4 de junho de 2024 (“Resolução CVM 204/24”).

Disponibilizamos o presente **Manual**, que tem por fim apresentar, de forma clara e sucinta, as informações necessárias à avaliação das matérias que serão objeto de deliberação bem como as orientações para participação e exercício do direito de voto na Assembleia.

Para além do simples atendimento às exigências da Lei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976 (“Lei das Sociedades por Ações”), da regulação da CVM e das regras da B3 S.A. – Brasil, Bolsa, Balcão (“B3”), essa iniciativa visa fortalecer o compromisso da Companhia em adotar práticas diferenciadas de Governança Corporativa e de comunicação eficiente e transparente com os seus acionistas.

De fato, entendemos que as Assembleias Gerais são os eventos de maior importância dentro do calendário anual da Valid, dado que são os momentos nos quais V.Sas. têm a oportunidade de participar, de forma direta, da discussão de questões relevantes para a Companhia. Em virtude disso, acreditamos que a realização da Assembleia de forma exclusivamente digital proporcionará uma maior facilidade para expressar suas opiniões, bem como para discutir e manifestar seus interesses nas matérias em pauta. A modalidade totalmente digital não apenas assegura a acessibilidade e a conveniência, mas também permite uma participação mais dinâmica e interativa, possibilitando que todos os acionistas, independentemente de sua localização geográfica, possam se engajar ativamente nas deliberações.

Ademais, essa abordagem digital facilita a apresentação de questionamentos e comentários em tempo real, promovendo um ambiente de diálogo mais inclusivo e transparente. Assim, contribuirá significativamente para o fortalecimento da comunicação entre a Companhia e seus acionistas.

Dito isso, esclarecemos que todas as informações referidas no presente **Manual** assim como toda a documentação relacionada à **Assembleia Geral Ordinária de 2025** estarão à disposição no nosso site de Relações com Investidores (<https://ri.valid.com/>), no site da B3 (http://www.b3.com.br/pt_br/) e no site da Comissão de Valores Mobiliários – CVM (www.cvm.gov.br).

Contamos com a presença de V.Sas. e lembramos que nosso departamento de Relações com Investidores está à disposição para esclarecer quaisquer dúvidas.

Atenciosamente,

Sidney Levy

Presidente do Conselho de
Administração

INFORMAÇÕES SOBRE A ASSEMBLEIA GERAL

1. ORIENTAÇÕES PARA PARTICIPAÇÃO NA ASSEMBLEIA GERAL

Os acionistas da Companhia poderão participar da Assembleia Geral de duas formas: (i) por meio da Plataforma Digital a ser disponibilizada pela Companhia para acesso no dia e horário da Assembleia Geral conforme a seguir detalhado; ou (ii) por meio do voto à distância, nos termos das Resoluções CVM nº 81, de 29 de março de 2022 (“Resolução CVM 81/22”) e CVM nº 204, de 04 de junho de 2024 (“Resolução CVM 204/24”).

1.1 Documentação Necessária: Nos termos do Art. 10, parágrafo 4º, do Estatuto Social da Companhia, os Acionistas deverão apresentar, com o mínimo de 48h (quarenta e oito horas) de antecedência da **Assembleia Geral Ordinária de 2025**, portanto dia 22 de abril de 2025, às 10 horas, os seguintes documentos:

- (i) documento de identidade (Carteira de Identidade (RG), Carteira de Identidade Nacional (CIN), Carteira Nacional de Habilitação (CNH), passaporte, carteiras de identidade expedidas pelos conselhos profissionais e carteiras funcionais expedidas pelos órgãos da Administração Pública, desde que contenham foto de seu titular) e atos societários pertinentes que comprovem a representação legal, quando for o caso;
- (ii) comprovante expedido pela instituição financeira prestadora dos serviços de escrituração das ações da Companhia, em data não anterior a 17 de março de 2025;
- (iii) na hipótese de representação do acionista, original ou cópia da procuração;
- (iv) relativamente aos acionistas participantes da custódia fungível de ações nominativas, o extrato contendo a respectiva participação acionária, emitido pelo órgão competente, em data não anterior a 17 de março de 2025.

O representante de acionista pessoa jurídica deverá apresentar original ou cópia dos seguintes documentos, devidamente registrados no órgão competente (Registro Civil de Pessoas Jurídicas ou Junta Comercial, conforme o caso): (a) contrato ou estatuto social, e (b) ato societário de eleição do administrador que (b.i) comparecer à assembleia geral como representantes da pessoa jurídica; ou (b.ii) outorgar procuração para que terceiro represente a acionista pessoa jurídica.

No tocante aos fundos de investimento, a representação dos cotistas na Assembleia Geral caberá à instituição administradora ou gestora, observado o disposto no regulamento do fundo a respeito de quem é titular de poderes para exercício do direito de voto das ações e ativos na carteira do fundo. Nesse caso, o representante da administradora ou gestora do fundo, além dos documentos societários acima mencionados relacionados à gestora ou à administradora, deverá apresentar último regulamento consolidado do fundo (caso o regulamento não contemple a política de voto do fundo, apresentar também o formulário de informações complementares ou documento equivalente).

I. PARTICIPAÇÃO POR MEIO DE PLATAFORMA DIGITAL

Para fins de participação por meio de plataforma digital Ten Meetings a ser acessada no dia e horário da Assembleia Geral ("Plataforma Digital"), os acionistas interessados deverão preencher todos os dados de cadastro no endereço: <https://assembleia.ten.com.br/774800518> também disponibilizados no site de RI da Companhia e anexar todos os documentos necessários para sua habilitação para participação e/ou voto na Assembleia, com, no mínimo, 2 (dois) dias de antecedência da data designada para a realização da Assembleia, ou seja, até o dia 22 de abril de 2025. Após a aprovação do cadastro pela Companhia, o acionista receberá seu login e senha individual para acessar a plataforma por meio do e-mail utilizado para o cadastro.

No caso de procurador/representante, este deverá realizar o cadastro com seus dados no endereço: <https://assembleia.ten.com.br/774800518> também disponibilizado no site de RI da Companhia. Após receber e-mail de confirmação de cadastro, deverá, através do link enviado para o e-mail informado, indicar cada acionista que irá representar e anexar os respectivos documentos de comprovação da condição de acionista e de representação, nos termos acima mencionados. O procurador receberá e-mail individual sobre a situação de habilitação de cada acionista registrado em seu cadastro e providenciará, se necessário, a complementação de documentos. O procurador que porventura represente mais de um acionista somente poderá votar na Assembleia pelos acionistas que tiverem sua habilitação confirmada pela Companhia.

Com relação à participação por meio de procurador, a outorga de poderes de representação deverá ser constituída há menos de um ano, na forma prevista no Art. 126 da Lei 6.404, de 15 de dezembro de 1976 ("Lei das Sociedades por Ações"), e deverá apresentar:

- a) Instrumento de mandato com poderes especiais para representação na Assembleia, devendo o procurador ser acionista, administrador da Companhia, advogado ou instituição financeira, cabendo, neste caso, ao administrador de fundos de investimento representar os condôminos.
- b) Cópia do último Estatuto Social ou Contrato Social consolidado e da documentação societária outorgando poderes de representação (ata de eleição e/ou procuração), caso o Acionista outorgante seja Pessoa Jurídica;
- c) Documento de Identificação com foto do procurador;
- d) Comprovante da titularidade das ações de emissão da Companhia, expedido por Instituição Financeira, Agente de Custódia e/ou Escriturador, em no máximo 5 (cinco) dias antes da data da realização da Assembleia, demonstrando sua posição acionária.

Os Acionistas estrangeiros deverão apresentar a mesma documentação exigida dos Acionistas brasileiros, a qual deverá estar traduzida para o português.

Solicitamos aos Acionistas que eventualmente desejarem deixar consignado em ata abstenções ou votos contrários, que avisem à Mesa da sua intenção tão logo seja solicitada a sua manifestação para votar sobre o(s) item(ns) pertinentes(s) da Ordem do Dia.

A fim de auxiliar os acionistas, poderão ser utilizados os modelos de procuração anexos a este Manual, podendo os Acionistas, contudo, utilizar outros instrumentos de mandato, desde que estejam de acordo com o disposto na Lei das Sociedades por Ações e no Código Civil Brasileiro.

II. PARTICIPAÇÃO POR MEIO DE BOLETIM DE VOTO A DISTÂNCIA

A Companhia informa que adotará ainda o sistema de voto a distância, conforme Resolução CVM 81/22 e Resolução CVM nº 204, de 04 de junho de 2024, permitindo que seus acionistas enviem os respectivos Boletins por meio de seu agente de custódia, do escriturador das ações da Companhia ou pela plataforma disponibilizada, de acordo com os procedimentos e prazos estabelecidos. Desde que seja detentor de ações que representem, no mínimo, 1,5% das ações da Companhia, caso deseje, o acionista poderá solicitar que seja incluída no Boletim de Voto proposta de candidato a membro titular e seu suplente do Conselho Fiscal da Companhia, devendo fazê-lo através de notificação ao departamento de Relações com Investidores em até 25 (vinte e cinco) dias antes da realização da Assembleia Geral, informando o nome, a qualificação e o currículo profissional completo dos candidatos. Os acionistas que optarem por transmitir instruções de preenchimento ao agente custodiante ou ao escriturador das ações de emissão da Companhia deverão entrar em contato com os mesmos e verificar os procedimentos por eles estabelecidos para emissão das instruções de voto via Boletim de voto a distância, bem como os documentos e informações exigidos.

O acionista deverá anexar além de cópias autenticadas do documento de identidade e/ou atos societários pertinentes que comprovem a representação legal, conforme o caso: (i) comprovante expedido pela instituição escrituradora; (ii) instrumento de mandato com reconhecimento de firma do outorgante; (iii) relativamente aos acionistas participantes da custódia fungível de ações nominativas, o extrato contendo a respectiva participação acionária, emitido pela instituição competente. Caso o acionista deseje entregar o Boletim pela plataforma da Companhia deverá realizar o seguinte procedimento:

Modo de participação para Envio de BVD

1. Criar um cadastro com login e senha único no endereço eletrônico (<https://assembleia.ten.com.br/774800518>)
2. Anexar as documentações necessárias conforme item 1.1 – Documentação Necessária deste Manual;

Boletim de Voto a Distância (BVD) direto para a Companhia:

- a) Acesse a área logada (<https://assembleia.ten.com.br/774800518>)
- b) Navegue até a guia "BVD".
- c) Selecione seus votos e confirme.

Dessa forma, o acionista será considerado presente e seus votos serão válidos, sem a necessidade de comparecer na data e horário marcados para a assembleia.

O acionista que optar por exercer o seu direito de voto a distância poderá fazê-lo também por meio de seus agentes custodiantes ou do agente escriturador das ações da Companhia (Banco Itaú S.A.), desde que observadas as regras por eles determinadas. Para tanto, os acionistas deverão entrar em contato com os seus agentes custodiantes e verificar os procedimentos por eles estabelecidos para emissão das instruções de voto via boletim de voto a distância.

Quaisquer esclarecimentos adicionais, nosso Departamento de Relações com Investidores encontra-se à disposição, cujos dados para contato seguem abaixo:

Relação com Investidores

ri@valid.com

VALID SOLUÇÕES S.A.

NIRE 35.3.0060022-3

CNPJ/MF nº 33.113.309/0001-47

**EDITAL DE CONVOCAÇÃO
ASSEMBLEIA GERAL ORDINÁRIA**

Ficam convocados os Senhores Acionistas da **VALID SOLUÇÕES S.A.** ("Companhia") para se reunirem em Assembleia Geral Ordinária ("AGO"), a ser realizada em primeira convocação no dia 24 de abril de 2025, às 10hs, **de forma exclusivamente digital**, nos termos da Resolução CVM nº 81, de 29 de março de 2022 ("Resolução CVM 81/22"), por meio da plataforma digital Ten Meetings ("Plataforma Digital"), para deliberarem sobre as seguintes matérias constantes da ORDEM DO DIA:

- (i) Examinar, discutir e votar: as contas dos administradores, o relatório da administração e as demonstrações financeiras, acompanhadas do parecer dos auditores externos e independentes, relativas ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2024;
- (ii) Apresentar a destinação do resultado líquido do exercício findo em 31 de dezembro de 2024;
- (iii) Fixar o número de membros do Conselho de Administração e elegê-los para o próximo mandato;
- (iv) Fixar o número de membros do Conselho Fiscal e elegê-los para o próximo mandato;
- (v) Fixar o montante da remuneração anual para o exercício de 2025:
 - 1) dos membros do Conselho de Administração;
 - 2) da Diretoria Executiva.
- (vi) Fixar o montante da remuneração global dos membros do Conselho Fiscal.

Informações Gerais:

1. A Assembleia Geral Ordinária da Companhia ("AGO" ou "Assembleia") será realizada de forma exclusivamente digital, nos termos da Resolução CVM 81/22, Resolução CVM 204/24 e do Manual para Participação, divulgado pela Companhia no endereço eletrônico www.ri.valid.com.
2. Em decorrência do disposto no parágrafo acima, a participação do acionista somente ocorrerá por:
 - 2.1. Envio voto a distância ("Boletim"), conforme Resolução CVM 81/22 e Resolução CVM 204/24. O acionista, que desejar, poderá optar por exercer o seu direito de voto por meio do sistema de votação à distância, conforme os termos da referida instrução, enviando o

correspondente boletim de voto à distância por meio de seus agentes de custódia, do escriturador das ações da Companhia ou mediante o acesso da plataforma digital ("Plataforma Digital"), disponibilizada através do link (<https://assembleia.ten.com.br/774800518>) também disponível no site de relações com Investidores da Companhia www.ri.valid.com.

- 2.2. Mediante o acesso da plataforma digital ("Plataforma Digital"), disponibilizada através do link (<https://assembleia.ten.com.br/774800518>) também disponível no site de relações com Investidores da Companhia www.ri.valid.com.

2.2.1. O acionista que desejar participar via Plataforma Digital, poderá: **(a)** participar da Assembleia, independentemente do envio do Boletim; ou **(b)** participar e votar na Assembleia, observando-se que quanto ao Acionista que já tenha enviado o Boletim e que, caso vote na Assembleia via Plataforma Digital, todas as instruções de voto recebidas por meio do Boletim serão desconsideradas pela mesa, seguindo o disposto no Art. 28, parágrafo 2º, inciso II, da Resolução CVM 81/22.

2.2.2. Com relação ao procedimento para participar via Plataforma Digital da Assembleia, o Acionista ao acessar a página citada no item 2.2 acima, deverá preencher o seu cadastro e anexar todos os documentos necessários para habilitar sua participação e/ou voto na Assembleia, com no mínimo de 2 (dois) dias de antecedência da data designada para realização da Assembleia, ou seja, 22 de abril de 2025. Após a aprovação do cadastro pela Companhia, o acionista receberá por meio do e-mail utilizado para o seu cadastro, o login e senha individual para acessar a Plataforma Digital.

3. Nos termos do Art. 37 da Resolução CVM 81/22, qualquer acionista com participação acionária igual ou superior a 1,5% do capital social da Companhia pode solicitar a inclusão de candidatos ao Conselho de Administração e ao Conselho Fiscal no boletim de voto a distância até 25 (vinte e cinco) dias antes da data da realização da AGO. As instruções para o exercício do voto a distância constam do Manual para Participação na AGO e do próprio boletim divulgado pela Companhia por meio do site de Relações com Investidores (<http://ri.valid.com/pt-br/>), bem como no site da B3 (http://www.b3.com.br/pt_br/) e da Comissão de Valores Mobiliários – CVM (www.cvm.gov.br).
4. Esclarecemos que o percentual mínimo do capital votante para requerer a adoção do processo de voto múltiplo para eleição dos membros do Conselho de Administração é de 5% (cinco por cento) das ações de emissão da Companhia, de acordo com a Resolução CVM nº 70, de 22 de março de 2022 ("Resolução CVM 70"). Nos termos do parágrafo 1º do Art. 141 da Lei 6.404, de 15 de dezembro de 1976 ("Lei das Sociedades por Ações"), a adoção do processo de voto múltiplo deverá ser requerida pelos acionistas até 48h (quarenta e oito horas) antes do horário da AGO.
5. Encontram-se à disposição dos acionistas, no site de Relações com Investidores (<http://ri.valid.com/pt-br/>), bem como no site da B3 (http://www.b3.com.br/pt_br/) e da

Comissão de Valores Mobiliários – CVM (www.cvm.gov.br), todas as informações necessárias para melhor entendimento das matérias previstas na Ordem do Dia acima.

São Paulo, 24 de março de 2025

Sidney Levy

Presidente do Conselho de Administração

INFORMAÇÕES SOBRE AS MATÉRIAS OBJETO DE DELIBERAÇÃO NA ASSEMBLEIA GERAL ORDINÁRIA

Seguem abaixo as informações detalhadas sobre as matérias que serão deliberadas na Assembleia Geral Ordinária no dia 24 de abril de 2025.

O quórum mínimo necessário para a instalação da Assembleia Geral Ordinária, em primeira convocação, será de $\frac{1}{4}$ (um quarto) do capital social votante. Caso esse quórum legal não seja atingido, a Companhia anunciará nova data para a realização da Assembleia Geral Ordinária, em segunda convocação, ocasião em que a Assembleia poderá ser instalada com a presença de qualquer número de acionistas.

ASSEMBLEIA GERAL ORDINÁRIA

i. Primeiro item da Ordem do Dia:

Tomar as contas dos administradores, examinar, discutir e votar o Relatório da Administração e as Demonstrações Financeiras, acompanhadas do parecer dos auditores externos e independentes, relativas ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2024.

Para deliberação dessa matéria, em conformidade com o disposto na Lei 6.404, de 15 de dezembro de 1976 ("Lei das Sociedades por Ações"), e Resolução CVM 81/22, encontram-se à disposição dos Acionistas, no site de Relações com Investidores (<http://ri.valid.com/pt-br/>), bem como no site da B3 (www.b3.com.br) e da Comissão de Valores Mobiliários – CVM (www.cvm.gov.br), os seguintes documentos:

- a) Relatório da Administração sobre os negócios sociais e principais fatos administrativos do exercício findo;
- b) Cópia das Demonstrações Financeiras;
- c) Parecer dos Auditores Independentes;
- d) Parecer do Conselho Fiscal; e
- e) Relatório Anual Resumido do Comitê de Auditoria

O comentário dos Administradores sobre a situação financeira da Companhia nos termos do item 2 do Formulário de Referência de 2024, encontra-se no **Anexo 1**.

ii. Segundo item da Ordem do Dia:

Estabelecer a destinação do resultado líquido relativos ao exercício social findo em 31 de dezembro de 2024.

A proposta de destinação do Lucro Líquido, na forma indicada no Anexo A da Resolução CVM 81/22, do exercício social findo em 31 de dezembro de 2024, encontra-se no **Anexo 2**.

iii. Terceiro item da Ordem do Dia:

Eleger os membros do Conselho de Administração para o próximo mandato.

Nos termos do Art. 11 da Resolução CVM 81/22, a Companhia está fornecendo as informações indicadas nos itens 7.3 a 7.8 do Formulário de Referência de 2024, conforme **Anexo 3**.

iv. Quarto item da Ordem do Dia:

Eleger os membros do Conselho Fiscal para o próximo mandato.

Nos termos do Art. 11 da Resolução CVM 81/22, a Companhia está fornecendo as informações indicadas nos itens 7.3 a 7.8 do Formulário de Referência de 2024, conforme **Anexo 3**.

v. Quinto item da Ordem do Dia:

Fixar a remuneração global anual dos membros do Conselho de Administração e da Diretoria para o exercício de 2025.

A proposta da remuneração anual global dos membros do Conselho de Administração e da Diretoria da Companhia a ser efetivamente paga ao longo do exercício de 2025 é de R\$ 20.392.117,65, sendo composta individualmente pela soma dos itens i e ii abaixo:

- i) Membros do Conselho de Administração: R\$ 2.803.411,75 (dois milhões oitocentos e três mil, quatrocentos e onze reais e setenta e cinco centavos); e
- ii) Diretoria Executiva: R\$ 17.588.705,90 (dezessete milhões, quinhentos e oitenta e oito mil, setecentos e cinco reais e noventa centavos).

Informações sobre a composição da remuneração dos Administradores da Companhia, previstas no Art. 13 da Resolução CVM 81/22, nos termos do item 8 do Formulário de Referência de 2024 estão disponíveis no **Anexo 4**.

vi. Sexto item da Ordem do Dia:

Fixar a remuneração global dos membros do Conselho Fiscal.

A proposta da remuneração anual global dos membros do Conselho Fiscal da Companhia a ser efetivamente paga ao longo do exercício de 2025 é de R\$ 568.736,64 (quinhentos e sessenta e oito mil setecentos e trinta e seis reais e sessenta e quatro centavos).

Informações sobre a composição da remuneração dos Administradores da Companhia, previstas no Art. 13 da Resolução CVM 81/22, nos termos do item 8 do Formulário de Referência de 2024, estão disponíveis no **Anexo 4**.

I. Modelo de Procuração em que o acionista estabelece a orientação de voto a ser seguida pelo seu procurador.

PROCURAÇÃO COM ORIENTAÇÃO DE VOTO

PROCURAÇÃO
[ACIONISTA], [QUALIFICAÇÃO] ("Outorgante"), nomeia e constitui como seu(s) procurador(es) o(s) Sr(s). [NOME], [NACIONALIDADE], [ESTADO CIVIL], [PROFISSÃO], com Carteira de Identidade RG nº [], inscrito(s) no CPF/MF sob o nº [], residente(s) e domiciliado(s) na cidade de [], estado de [], na Rua [], [número], ("Outorgado(s)", para representar(em) o Outorgante, na qualidade de acionista da VALID SOLUÇÕES S.A ("Companhia"), na Assembleia Geral Ordinária da Companhia, a ser realizada no dia 24 de abril de 2025, às 10:00h de modo exclusivamente digital, nos termos da Resolução CVM nº 81, de 29 de março de 2022 ("Resolução CVM 81/22"), devendo assinar o Livro de Registro de Presenças, podendo examinar, discutir e votar em nome da Outorgante, em conformidade com as orientações estabelecidas abaixo, acerca das seguintes matérias constantes da Ordem do Dia:
Matérias da Ordem do Dia
Em Assembleia Geral Ordinária
1) Aprovar o relatório da administração e as demonstrações financeiras, acompanhadas do parecer dos auditores externos e independentes, relativas ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2024.
A favor() Contra() Abstenção()
2) Deliberar sobre a destinação do Lucro Líquido do exercício findo em 31 de dezembro de 2024, no montante de R\$ 380.913.205,07.
A favor() Contra() Abstenção()
3) Eleger os seguintes candidatos para compor o Conselho de Administração: Sr. Sidney Levy Sra. Fiamma Zarife Sr. Henrique Bredda Sr. Giuliano Dedini Sr. Luiz Carlos Miyadaira Ribeiro Jr
A favor() Contra() Abstenção()
4) Eleger os seguintes candidatos para compor o Conselho Fiscal: Sr. William Cordeiro (Membro Efetivo) / Sr. Rodrigo Abud (Suplente) Sr. Regis Lemos de Abreu (Membro Efetivo) / Sr. Paulo Roberto Franceschi (Suplente) Sr. Vanderlei da Rosa (Membro efetivo) / Sr. Murici dos Santos (Suplente)
A favor() Contra() Abstenção()
5) Fixar a remuneração global anual dos Administradores referente ao exercício de 2025 no valor de R\$ 20.392.117,65 milhões, a ser composta da seguinte forma: 5.i) Membros do Conselho de Administração: R\$ 2.803.411,75;
A favor() Contra() Abstenção()
5.ii) Diretoria Executiva: R\$ 17.588.705,90
A favor() Contra() Abstenção()
6) Fixar a remuneração global dos membros do Conselho Fiscal no valor de R\$ 568.736,64.
A favor() Contra() Abstenção()
O presente instrumento de mandato tem prazo de validade de 2 (dois) meses, a partir da presente data.

Outorgante
Por: (assinatura)

II. Modelo de Procuração em que o acionista não estabelece a orientação de voto a ser seguida pelo seu procurador:

PROCURAÇÃO SEM ORIENTAÇÃO DE VOTO

[ACIONISTA], [QUALIFICAÇÃO] (“Outorgante”), nomeia e constitui como seu(s) procurador(es) o(s) Sr(s). [NOME], [NACIONALIDADE], [ESTADO CIVIL], [PROFISSÃO], com Carteira de Identidade RG nº [], inscrito(s) no CPF/MF sob o nº [], residente(s) e domiciliado(s) na cidade de [], estado de [], na Rua [], [número], (“Outorgado(s)”), para representar(em) o Outorgante, na qualidade de acionista da **VALID SOLUÇÕES S.A** (“Companhia”), na Assembleia Geral Ordinária da Companhia que se realizará no dia 24 de abril de 2025, às 10:00, de modo exclusivamente digital, nos termos da Resolução CVM nº 81, de 29 de março de 2022 (“Resolução CVM 81/22”), e se necessário em segunda convocação em data a ser informada oportunamente, podendo para tanto, votar em nome da Outorgante em todas as deliberações constantes da ordem do dia; apresentar manifestação de voto, requerimentos, notificações e protestos; discutir as matérias constantes na ordem do dia e apresentar propostas; firmar os livros sociais e a ata da Assembleia; bem como praticar todo e qualquer ato necessário ao bom e fiel cumprimento deste mandato.

O presente instrumento de mandato é valido pelo prazo de 02 (dois) meses a contar da data de sua assinatura.

[Cidade], [dia] de [mês] de [2025]

Outorgante

Por: (assinatura)

Anexo 1
Comentário dos Diretores

2.1 – COMENTÁRIOS DOS DIRETORES

a) Condições Financeiras e Patrimoniais Gerais

Segue abaixo as informações referentes ao patrimônio líquido e caixa da Companhia:

Patrimônio Líquido e Caixa*

R\$ milhões	2024	2023	2022
Caixa e equivalente de caixa com liquidez imediata	569,5	422,0	365,2
Títulos e Valores Mobiliários	46,0	13,5	11,9
Patrimônio Líquido	1.822,1	1.331,3	1.272,7
Dívida Líquida	29,7	287,9	502,0
Dívida Líq. / Patrimônio Líquido	0,02	0,22	0,39

(*) Informações de acordo com o Balanço Patrimonial Consolidado, valor em Caixa e cálculo da Dívida Líquida não consideram valores em Aplicação Vinculada.

O patrimônio líquido da Companhia, em 31 de dezembro de 2024, era de R\$ 1.822,1 milhões, um aumento de 36,9% ou R\$490,8 milhões em relação a 31 de dezembro de 2023. Em dezembro de 2024 fechamos o ano com um resultado de R\$379,6 milhões e de R\$210,6 milhões em 2023. Tivemos **reduções** (i) na rubrica de participação de não controladores de 16,5% equivalentes a R\$5,4 milhões; (ii) na rubrica de ações em tesouraria de 95,0% equivalentes a R\$24,0 milhões, e **aumentos** (i) Reserva de Capital de 11,9% equivalentes a R\$3,3 milhões; (ii) na rubrica de reservas de lucros de 135,0% equivalentes a R\$269,4 milhões; e (iii) na rubrica de ajuste acumulado de conversão de 335,1% equivalentes a R\$247,5 milhões.

O patrimônio líquido da Companhia, em 31 de dezembro de 2023, era de R\$ 1.331,3 milhões, um aumento de 4,60% ou R\$58,6 milhões em relação a 31 de dezembro de 2022. Em dezembro de 2023 fechamos o ano com um resultado de R\$210,6 milhões e de R\$15,5 milhões em 2022. Tivemos **reduções** (i) na rubrica de ajuste acumulado de conversão de 57,9% equivalentes a R\$101,4 milhões; (ii) na rubrica de participação de não controladores de 12,1% equivalentes a R\$4,5 milhões, e **aumentos** (i) na Reserva de Capital de 13% equivalentes a R\$3,3 milhões; (ii) na rubrica de reservas de lucros de 415,7% equivalentes a R\$160,9 milhões; (iii) demais variações no montante de R\$0,3 milhões.

Em 31 de dezembro de 2024, a Companhia apresentou uma posição de caixa de R\$569,5 milhões e o montante de R\$46,0 milhões em títulos e valores mobiliários, totalizando R\$615,5 milhões em disponibilidades. O capital de giro da Companhia é suficiente para as atuais exigências e os seus recursos de caixa são suficientes para atender o financiamento de suas atividades e cobrir sua necessidade de recursos. Na mesma data, a dívida líquida totalizava R\$29,7 milhões, redução de 89,7%

em relação a 2023. A relação dívida líquida/patrimônio líquido em 2024 ficou em 0,02x, ao passo que atingira 0,22x em 2023.

Indicadores de Endividamento e Patrimoniais*

Índices de Endividamento	2024	2023	2022
Índice de Endividamento Geral (Passivo Total / Ativo Total)	38,1%	47,7%	52,2%
Composição de Endividamento Geral (Passivo Circulante / Passivo Total)	48,1%	45,4%	50,5%
Imobilização do PL (Ativo Permanente / Patrimônio Líquido)	51,7%	66,3%	77,9%
Índices de Liquidez	2024	2023	2022
Liquidez Corrente (Ativo Circulante / Passivo Circulante)	2,88	2,30	1,87
Liquidez Seca ((Ativo Circulante – Estoque) / Passivo Circulante)	2,37	1,81	1,38

(*) Informações de acordo com o Balanço Patrimonial Consolidado.

O Índice de Endividamento Geral, que reflete a proporção dos ativos totais da empresa financiados por credores, teve uma redução de 14,1 p.p entre 2022 e 2024.

A Composição do Endividamento indica se a empresa concentra seu endividamento a curto ou longo prazo. No demonstrativo acima, verifica-se maior concentração em dívidas de longo prazo no ano de 2023.

A Imobilização do Patrimônio Líquido indica o quanto do Ativo Permanente da Companhia está sendo financiado pelo seu Patrimônio Líquido. Quanto mais a empresa investir no Ativo Permanente, menos recursos próprios sobrarão para o Ativo Circulante e, em consequência, maior será a dependência de Capitais de Terceiros para o financiamento do Ativo Circulante.

A Liquidez Corrente e Liquidez Seca refletem a capacidade de pagamento das obrigações de curto prazo. A Companhia apresentou nos exercícios findos em dezembro de 2022 a 2024, índices satisfatórios, e vem melhorando estes indicadores com o passar dos anos.

A Diretoria entende que os indicadores apresentados pela Companhia são compatíveis com o setor em que está inserida e que a Companhia apresenta condições financeiras e patrimoniais suficientes para implementar seu plano de negócios e cumprir suas obrigações de curto e longo prazo.

b) Estrutura de Capital

Os Diretores da Valid entendem que a Companhia possui uma estrutura de capital equilibrada, representada, em 31 de dezembro de 2024, por um endividamento bruto de R\$599,2 milhões, sendo

19,4% deste montante representado por dívidas de curto prazo e 80,6% representado por dívidas de longo prazo. Em 31 de dezembro de 2023, o endividamento bruto era de R\$710,0 milhões, enquanto em 31 de dezembro de 2022 era de R\$867,2 milhões, o que mostra uma clara evolução da Estrutura de Capital ao longo dos últimos 3 exercícios.

A seguir é apresentada a estrutura de capital nos 3 últimos exercícios sociais, entre: Capital Próprio e Capital de Terceiros, apurados da seguinte forma:

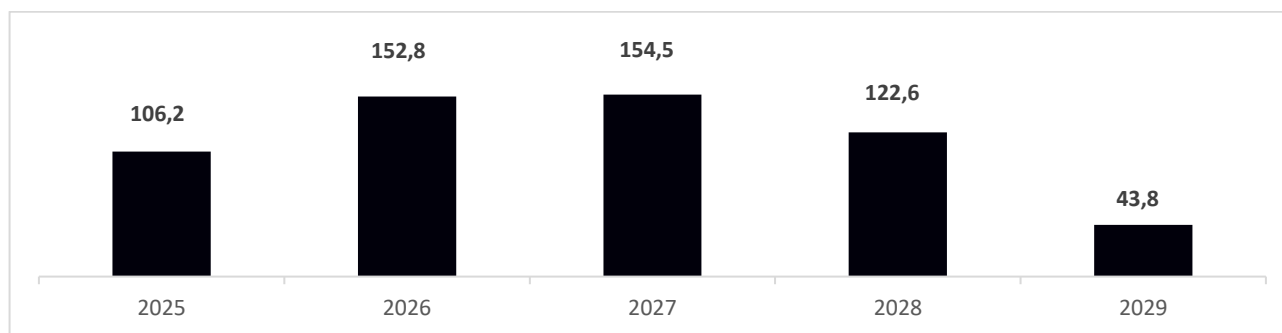
	Em 31 de dezembro de		
(em milhares de R\$)	2022	2023	2024
Capital Próprio:	1.272.675	1.331.269	1.822.097
Patrimônio líquido atribuído aos controladores	1.235.367	1.298.463	1.794.711
Patrimônio líquido atribuído aos não controladores	37.308	32.806	27.386
Capital de Terceiros	1.390.676	1.214.357	1.121.752
Passivo Circulante	702.216	551.170	539.370
Passivo não circulante	688.460	663.187	582.382
Capital Total	2.663.351	2.545.626	2.943.849

Os recursos próprios apresentados pela Companhia dividem-se em: (i) capital social; (ii) reservas de capital e ações em tesouraria; (iii) reservas de lucros; (iv) ajustes de acumulados de conversão; e (v) proposta de distribuição de dividendo adicional. Em 31 de dezembro de 2024, o patrimônio líquido da Valid totalizou o montante de R\$1.822,1 milhões (R\$1.331,3 milhões em 2023 e R\$1.272,7 milhões em 2022), representando um aumento de 36,9% em relação a 31 de dezembro de 2023 e um aumento de 43,2% em relação a 31 de dezembro de 2022.

c) Capacidade de Pagamento em Relação aos Compromissos Financeiros Assumidos

A Companhia tem apresentado plena capacidade de pagamento dos compromissos assumidos, uma vez que suas operações são fortes geradores de caixa e os financiamentos concedidos a clientes são de curto prazo. A Companhia possui perfil conservador de investimento e não opera em mercado de risco e/ou de derivativos. Além disso, apresentamos sólidos indicadores de liquidez.

Adicionalmente, os diretores entendem que a dívida está escalonada ao longo dos anos, com 44,7% vencendo em 2 anos, conforme gráfico abaixo:



Há que se destacar que, nos últimos três exercícios sociais, a Companhia tem sido bem-sucedida em acessar o mercado de capitais, seja para financiar seus investimentos ou para refinaranciar sua dívida.

d) Fontes de Financiamento para Capital de Giro e para Investimentos em Ativos Não-circulantes Utilizadas

As principais fontes de financiamento para capital de giro e investimentos realizadas no ano de 2024 foram: (i) captação em moeda estrangeira através da subsidiária Valid Espanha no montante de EUR10,0 milhões junto ao banco Santander; (ii) captação de empréstimos pela controladora no montante de R\$156,1 milhões junto à Caixa Econômica Federal; (iii) captação de empréstimos pela controladora no montante de US\$10,8 milhões, sendo US\$5,5 milhões junto ao Banco ABC e US\$5,3 milhões junto ao banco Santander; e (IV) captação da 10ª emissão de debêntures pela controladora no montante R\$243,1 milhões.

As principais fontes de financiamento para capital de giro e investimentos realizadas no ano de 2023 foram: (i) captação em moeda estrangeira através da subsidiária Valid Espanha no montante de US\$38,9 e EUR42,4 milhões junto ao Santander; (ii) captação de empréstimos pela controladora no montante de R\$156,1 milhões junto à Caixa Econômica Federal; (iii) captação de empréstimos pela controladora no montante de R\$26,7 junto ao Banco Safra; e (IV) captação de empréstimos pela Controladora no montante de R\$30,0 milhões junto ao Banco do Brasil.

As principais fontes de financiamento para capital de giro e investimentos realizadas no ano de 2022 foram: (i) captação em moeda estrangeira através da subsidiária Valid Espanha no montante de US\$17,1 e EUR8,6 milhões junto ao Santander; (ii) captação da 9ª emissão de debêntures pela controladora no montante R\$250,0 milhões; (iii) captação de empréstimos pela controladora no montante de R\$190,0 milhões junto à Caixa Econômica Federal; e (IV) captação em empréstimos pela Controladora no montante de R\$30,0 milhões junto ao Banco do Brasil.

Historicamente, a Companhia tem financiado suas atividades com capital próprio e recursos de terceiros, mas com a redução gradual da dependência de fontes externas à medida em que retoma sua capacidade de geração de caixa.

Em 31 de dezembro de 2024, 2023 e 2022 a nossa dívida líquida era respectivamente de R\$29,7 milhões; R\$287,9 milhões; e R\$502,0 milhões.

e) Fontes de Financiamento para Capital de Giro e para Investimentos em Ativos Não-Circulantes que Pretende Utilizar para Cobertura de Deficiências de Liquidez

As necessidades de financiamento do capital de giro e do CAPEX foram atendidas, nos últimos três exercícios sociais, através de contratação de linhas de crédito junto às instituições financeiras, e da utilização da geração de caixa próprio. A captação de operações mais estruturadas ao longo dos últimos anos teve o objetivo de alongamento do perfil da dívida para manutenção do nível de alavancagem e equacionamento do fluxo de caixa de médio e longo prazo.

f) Níveis de Endividamento e as Características de tais Dívidas, descrevendo ainda:

(i) Contratos de Empréstimo e Financiamento Relevantes:

A tabela abaixo apresenta a composição de nossos principais instrumentos de dívida (em R\$ mil):

	Consolidado		
	31/12/2024	31/12/2023	31/12/2022
Debêntures	248.283	248.050	338.382
Arrendamentos	19.310	18.388	27.028
Financiamentos	-	31.442	-
Empréstimos	331.623	412.074	501.745
Total	599.216	709.954	867.155
Circulante	116.131	172.061	281.801
Não circulante	483.085	537.893	585.354

As principais características de nossos empréstimos e financiamentos estão indicadas nas tabelas abaixo:

Tomador:	Valid Espanha	Valid Espanha	Valid Espanha	Valid S.A.	Valid S.A.	Valid S.A	Valid S.A.	Valid S.A.
Banco:	Santander	Santander	Santander	Banco Brasil	Banco ABC	CEF	CEF	Santander
Valor total:	EUR 13.000	EUR 10.000	EUR 4.400	R\$30.000	US\$5.515	R\$71.100	R\$85.000	US\$5.300
Data da captação:	13/11/2018	04/12/2024	05/05/2022	05/07/2022	15/07/2024	27/09/2024	27/09/2024	03/12/2024
Data de vencimento:	14/04/2025	03/12/2026	22/04/2025	05/04/2028	15/07/2025	26/09/2028	26/09/2028	03/12/2027
Remuneração:	4,70% a.a.	4,92% a.a	4,70% a.a.	CDI + 1,70% a.a.	7,23% a.a.	CDI + 0,12% a.m.	CDI + 0,12% a.m.	CDI + 1,70% a.a
Garantia:	Valid S.A.	Valid S.A	Valid S.A.	Valid S.A.	Valid S.A.	Valid S.A	Valid S.A.	Valid S.A.
Amortização do principal:	Semestral a partir de outubro de 2022	Bullet	Semestral a partir de outubro/22	Carência de 12 meses (mensal a partir de agosto de 2023)	Bullet	Carência de 4 meses (a partir de fevereiro de 2025, mensais)	Carência de 4 meses (a partir de fevereiro de 2025, mensais)	Bullet
Pagamento de juros:	Semestral a partir de outubro de 2022	Bullet	Semestral a partir de outubro /22	Carência de 12 meses (mensal a partir de agosto de 23)	Carência de 3 meses (Trimestrais a partir de outubro de 2025)	Bimestrais durante a carência de 4 meses (mensal a partir de fevereiro de 2025)	Bimestrais durante a carência de 4 meses (mensal a partir de fevereiro de 2025)	Anual (a partir de dezembro de 2025)
Saldo na moeda da dívida em 31/12/2024:	EUR 2.551	EUR 9.971	EUR 736	R\$22.233	U\$5.600	R\$71.343	R\$85.291	U\$5.287
Saldo atualizado em 31/12/2024 – R\$:	R\$16.422	R\$64.179	R\$4.741	R\$22.233	R\$34.677	R\$71.343	R\$85.291	R\$32.739

Empréstimos

Em 31 de dezembro de 2024 e 2023, os saldos dos empréstimos estão assim resumidos:

Empréstimos	Controladora		Consolidado	
	31/12/2024	31/12/2023	31/12/2024	31/12/2023
Principal	245.568	197.934	330.998	410.473
Juros	2.742	1.035	3.172	4.403
Custos de captação	(2.027)	(2.161)	(2.547)	(2.802)
	246.283	196.808	331.623	412.074
Circulante	79.796	20.687	100.523	90.986
Não circulante	166.487	176.121	231.100	321.088

Financiamentos

Em 31 de dezembro de 2024 e 2023, os saldos dos financiamentos estão assim resumidos:

Financiamentos	Controladora		Consolidado	
	31/12/2024	31/12/2023	31/12/2024	31/12/2023
Principal	-	30.000	-	30.000
Juros	-	1.442	-	1.442
Total	-	31.442	-	31.442
Circulante	-	-	-	31.442
Não circulante	-	-	-	-

Debêntures

Em 31 de dezembro de 2024 e 2023, os saldos a pagar das debêntures bem como seus respectivos juros calculados com base nas condições definidas contratualmente estão demonstrados como segue:

Debêntures	Controladora		Consolidado	
	31/12/2024	31/12/2023	31/12/2024	31/12/2023
Principal	248.857	250.000	248.857	250.000
Juros	5.333	833	5.333	833
Custos de captação	(5.907)	(2.783)	(5.907)	(2.783)
	248.283	248.050	248.283	248.050
Circulante	5.675	41.345	5.675	41.345
Não circulante	242.608	206.705	242.608	206.705

Arrendamentos

A Companhia adotou o IFRS16 a partir de janeiro de 2019. A seguir, são demonstrados os pagamentos mínimos futuros devidos pela Companhia referentes aos seus arrendamentos e de suas controladas em 31 de dezembro de 2024 e 2023:

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2024	31/12/2023	31/12/2024	31/12/2023
Até 1 ano	6.371	5.361	9.933	8.288
De 1 ano a 5 anos	2.029	3.983	9.377	10.100
	8.400	9.344	19.310	18.388

Abaixo são apresentados os valores contábeis dos passivos de arrendamento e as movimentações durante o exercício:

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2024	31/12/2023	31/12/2024	31/12/2023
Saldo inicial:	9.344	14.251	18.388	27.028
Adições	7.186	1.048	13.697	4.756

Juros	962	1.303	1.989	2.236
Baixas	(1.020)	-	(1.255)	-
Atualização cambial	-	-	37	(40)
Ajustes de conversão	-	-	611	(1.521)
Pagamentos	(8.072)	(7.258)	(14.157)	(14.071)
Saldo final	8.400	9.344	19.310	18.388

O cronograma de vencimento dos empréstimos, financiamentos e debêntures em aberto em 31 de dezembro de 2024 e 31 de dezembro de 2023 (não considera encargos futuros) são conforme segue:

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2024	31/12/2023	31/12/2024	31/12/2023
Até 1 ano	85.471	93.474	106.198	163.773
De 1 ano a 2 anos	88.206	149.394	152.819	265.315
De 2 anos a 3 anos	154.515	140.184	154.515	169.230
De 3 anos a 4 anos	122.564	93.248	122.564	93.248
De 4 anos a 5 anos	43.810	-	43.810	-
De 5 anos a 6 anos	-	-	-	-
	494.566	476.300	579.906	691.566

(ii) Outras Relações de Longo Prazo com Instituições Financeiras

Não temos outras relações de longo prazo.

(iii) Grau de Subordinação entre as Dívidas

Nos últimos 3 exercícios sociais não havia grau de subordinação contratual entre as dívidas da Companhia. Com efeito, as dívidas da Companhia que são garantidas com garantia real contam com as preferências e prerrogativas previstas em lei. Note-se ainda que, em eventual concurso universal de credores, a classificação dos créditos é definida de acordo com as disposições da Lei 11.101/05, a saber: (i) créditos derivados da legislação do trabalho, limitados a 150 (cento e cinquenta) salários

mínimos por credor, e os decorrentes de acidente de trabalho; (ii) créditos com garantia real até o limite do valor do bem gravado; (iii) créditos tributários, independentemente da sua natureza e tempo, excetuadas as multas tributárias; (iv) créditos com privilégio especial, tais como definidos em lei; (v) créditos com privilégio geral, tais como definidos em lei; (vi) créditos quirografários; (vii) multas contratuais; (viii) créditos subordinados, tais como definidos em lei.

- (iv) Eventuais restrições impostas ao emissor, em especial, em relação a limites de endividamento e contratação de novas dívidas, à distribuição de dividendos, à alienação de ativos, à emissão de novos valores mobiliários e à alienação de controle societário, bem como se o emissor vem cumprindo essas restrições

O endividamento da Companhia é limitado pelo cumprimento, por parte da Emissora, dos seguintes índices e limites financeiros aplicáveis, devido à Emissão de Debêntures, os quais serão verificados trimestralmente pelo Agente Fiduciário:

1) Relação entre a Dívida Líquida e o EBITDA:

Emissões de debêntures: Dívida Financeira Líquida / EBITDA menor ou igual a 3,00

$$\frac{\text{Dívida Financeira Líquida}}{\text{EBITDA}} \leq 3,0$$

2) Relação de Cobertura de Juros:

Emissões de debêntures: EBITDA / Despesa Financeira Líquida maior ou igual a 1,75

$$\frac{\text{EBITDA}}{\text{Despesa Financeira Líquida}} \geq 1,75$$

Para os fins do disposto acima, definem-se:

“Dívida Financeira Líquida” significa a soma de (i) empréstimos e financiamentos; (ii) obrigações comprovadas com o fundo de pensão dos empregados da Companhia (não considerando para fins desta definição o passivo atuarial); (iii) saldo líquido de operações de derivativos (i.e., passivos menos ativos de operações com derivativos); (iv) dívidas oriundas de quaisquer emissões de debêntures e/ou notas promissórias comerciais da Companhia; e (v) dívidas com pessoas ligadas listadas no passivo da Companhia, líquidas dos créditos com pessoas ligadas listadas no ativo da Companhia, excluindo-se os valores referentes aos contratos que não sejam mútuos, empréstimos e/ou financiamentos firmados com essas pessoas ligadas e desde que descritos em notas explicativas das demonstrações financeiras consolidadas da Companhia; menos o resultado da soma (i) do numerário disponível em caixa da Companhia; (ii) dos saldos líquidos de contas correntes bancárias credoras e devedoras da Companhia; e (iii) dos saldos de aplicações financeiras da Companhia.

“EBITDA” significa o lucro ou prejuízo líquido, relativo a um período de 12 meses, antes da contribuição social e imposto de renda, subtraindo-se as receitas e adicionando-se as despesas geradas pelos resultados não operacionais e financeiros, depreciação e amortização e resultados não recorrentes; e

“Despesa Financeira Líquida” significa os encargos de dívida, acrescidos das variações monetárias, deduzidas as rendas de aplicações financeiras, todos estes relativos aos itens descritos na definição de Dívida Financeira Líquida acima e calculados pelo regime de competência ao longo dos últimos 12 (doze) meses.

Todos os valores utilizados para cálculos dos índices acima mencionados referem-se às demonstrações financeiras consolidadas da Emissora.

Os indicadores financeiros da Companhia nos anos de 2022, 2023 e 2024 ficaram em conformidade com os *covenants* estabelecidos na escritura das emissões de debêntures (Dívida Líquida/EBITDA $\leq$ 3,00x e EBITDA/Despesas Financeiras $\geq$ 1,75x).

g) Limites dos Financiamentos Contratados e Percentuais já utilizados

Não temos financiamentos de longo prazo contratados.

h) Alterações Significativas em cada Item das Demonstrações de Resultado e de Fluxo de Caixa

A discussão e análise das nossas condições financeiras e resultados das operações a seguir deve ser lida juntamente com as nossas demonstrações financeiras individuais e consolidadas auditadas referentes ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2024 (que também apresentam números correspondentes a 2023), ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2023 (que também apresentam números correspondentes a 2022) em cada caso acompanhadas das notas explicativas relacionadas às mesmas. As demonstrações financeiras incluídas neste item foram preparadas em conformidade com as Normas Internacionais de Relatório Financeiro (“IFRS”) emitidas pelo International Accounting Standards Board (IASB) e de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil (“BR GAAP”).

Análise comparativa do Balanço Patrimonial – Em 31 de dezembro de 2024 e 31 de dezembro de 2023

Balanços Patrimoniais (R\$MM)	2024	AV(1)	2023	AV(1)	AH (2)
Caixa e equivalente de caixa	569,5	19,3%	422,0	16,6%	34,9%
Títulos e valores mobiliários	32,7	1,1%	0,0	0,0%	100,0%
Contas a receber de clientes	471,9	16,0%	386,9	15,2%	22,0%
Impostos a recuperar	137,9	4,7%	86,1	3,4%	60,2%
Estoques	274,5	9,3%	267,5	10,5%	2,6%
Aplicação financeira vinculada	13,4	0,5%	16,1	0,6%	-16,7%
Outros ativos	43,3	1,5%	40,2	1,6%	7,7%
Ativo disponível para venda	9,4	0,3%	48,6	1,9%	-80,7%
Total do Ativo Circulante	1.552,6	52,7%	1.267,4	49,8%	22,5%
Ativo não circulante					
Títulos e valores mobiliários	13,3	0,5%	13,5	0,5%	-1,5%
Créditos com partes relacionadas	2,7	0,1%	2,0	0,1%	33,9%
Depósitos judiciais	20,7	0,7%	19,8	0,8%	4,8%
Impostos a recuperar	63,1	2,1%	71,9	2,8%	-12,3%
Imposto de renda e contribuição social diferidos	75,1	2,6%	93,6	3,7%	-19,7%
Aplicação financeira vinculada	154,7	5,3%	180,8	7,1%	-14,4%
Outras contas a receber	19,8	0,7%	13,6	0,5%	45,8%
Outros investimentos designados ao valor justo	99,5	3,4%	0,0	0,0%	100,0%
Investimentos	2,1	0,1%	18,9	0,7%	-89,0%
Imobilizado	234,0	7,9%	207,8	8,2%	12,6%
Intangível	706,3	24,0%	656,3	25,8%	7,6%
Total do Ativo não circulante	1.391,3	47,3%	1.278,2	50,2%	8,8%
Total do ativo	2.943,8	100,0%	2.545,6	100,0%	15,6%

Balancos Patrimoniais (R\$MM)	2024	AV(1)	2023	AV	AH (2)
Fornecedores	173,8	5,9%	162,4	6,4%	7,0%
Obrigações decorrentes de compra de mercadorias e serviços	2,6	0,1%	3,0	0,1%	-12,7%
Empréstimos, financiamentos, debêntures e leasing a pagar	116,1	3,9%	172,1	6,8%	-32,5%
Salários, provisões e encargos sociais a recolher	127,0	4,3%	103,2	4,1%	23,1%
Impostos, taxas e contribuições a recolher	75,7	2,6%	65,6	2,6%	15,5%
Dividendos e juros sobre capital próprio a pagar	12,8	0,4%	0,0	0,0%	100,0%
Adiantamento de clientes e outras contas a pagar	31,2	1,1%	44,9	1,8%	-30,4%
Total Passivo Circulante	539,4	18,3%	551,2	21,7%	-2,1%
Débitos com partes relacionadas	1,1	0,0%	1,7	0,1%	-33,2%
Empréstimos, financiamentos, debêntures e leasing a pagar	483,1	16,4%	537,9	21,1%	-10,2%
Provisões	45,6	1,5%	57,3	2,3%	-20,4%
Impostos, taxas e contribuições a recolher	1,4	0,0%	1,4	0,1%	1,1%
Imposto de renda e contribuição social diferidos	13,4	0,5%	9,9	0,4%	35,7%
Passivo na aquisição de empresas	28,1	1,0%	45,9	1,8%	-38,8%
Outras contas a pagar	9,6	0,3%	9,0	0,4%	6,9%
Total do Passivo Não Circulante	582,4	19,8%	663,1	26,0%	-12,2%
Total do passivo	1.121,8	38,1%	1.214,3	47,7%	-7,6%
Patrimônio líquido					
Capital social	1.022,4	34,7%	1.022,4	40,2%	0,0%
Reservas de capital	31,3	1,1%	27,9	1,1%	12,1%
Ações em tesouraria	- 49,4	-1,7%	- 25,3	-1,0%	95,2%
Reservas de lucros	469,1	15,9%	175,0	6,9%	168,0%
Ajustes acumulados de conversão	321,4	10,9%	73,9	2,9%	334,9%
Proposta de dividendos adicionais	0,0	0,0%	24,6	1,0%	-100,0%
Participação de controladores	1.794,7	61,0%	1.298,5	51,0%	38,2%
Participações de não controladores	27,4	0,9%	32,8	1,3%	-16,5%
Patrimônio líquido	1.822,1	61,9%	1.331,3	52,3%	36,9%
Total do passivo e do patrimônio líquido	2.943,8	100,0%	2.545,6	100,0%	15,6%

(1) Análise Vertical

(2) Análise Horizontal

Ativo

Caixa e equivalentes de caixa, títulos e valores mobiliários e aplicações financeiras vinculadas

Em 31 de dezembro de 2024, o saldo de Caixa e equivalentes de caixa, títulos e valores mobiliários e aplicações financeiras vinculadas totalizou R\$783,6 milhões, comparado a R\$632,5 milhões em 31 de dezembro de 2023.

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2024	31/12/2023	31/12/2024	31/12/2023
Circulante				
Caixas e bancos	8,0	5,5	237,7	212,1
Equivalentes de caixa	150,9	174,3	331,8	209,9
Total caixa e equivalentes de caixa	158,9	179,8	569,5	422,0
Títulos e valores mobiliários	32,7	-	32,7	-
Aplicações financeiras vinculadas	13,4	16,2	13,4	16,2
	205,0	196,0	615,6	438,2
Não circulante				
Títulos e valores mobiliários	13,3	13,5	13,3	13,5
Aplicações financeiras vinculadas	154,8	180,8	154,7	180,8
	168,1	194,3	168,0	194,3
	373,1	390,3	783,6	632,5

Contas a receber

Em 31 de dezembro de 2024, o saldo de recebíveis totalizou R\$471,9 milhões, comparado a R\$386,9 milhões em 31 de dezembro de 2023.

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2024	31/12/2023	31/12/2024	31/12/2023
Contas a receber de clientes (b)	205,0	164,1	497,7	433,7
Contas a receber de partes relacionadas (a)	29,4	35,2	-	-
Provisão para perdas esperadas	-4,9	-4,1	-25,8	-46,8
	229,5	195,2	471,9	386,9

Impostos a recuperar

Em 31 de dezembro de 2024, o saldo de impostos a recuperar totalizou R\$201,0 milhões, comparado a R\$158,0 milhões em 31 de dezembro de 2023.

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2024	31/12/2023	31/12/2024	31/12/2023
IR e CSLL a recuperar ⁽¹⁾	95,5	54,5	109,2	64,4
ICMS a recuperar	1,1	2,5	14,7	12,9
IPI a recuperar ⁽²⁾	26,7	26,3	26,7	26,3
Impostos federais retidos por clientes	-	-	6,5	8,0
PIS e COFINS a recuperar ⁽³⁾	28,3	35,1	29,6	35,5
Outros	8,5	10,8	14,3	10,9
	160,1	129,2	201,0	158,0
Circulante	98,0	57,3	137,9	86,1
Não circulante	62,1	71,9	63,1	71,9

- (1) Referem-se, principalmente, ao imposto de renda sobre aplicações financeiras e antecipações de IR e CSLL realizadas.
- (2) Saldo de IPI a recuperar, classificado no ativo não circulante, referente a créditos que a Companhia tem expectativa de realizar através de pedido de restituição junto às autoridades fiscais. Até 31 de dezembro de 2024, a Companhia ingressou com o processo de pedido de restituição dos créditos de IPI no valor total de R\$25.772, dos quais a Companhia continua aguardando a posição do órgão federal.
- (3) Refere-se, principalmente, a discussão do ICMS na base de cálculo do PIS e da COFINS, julgada a favor do contribuinte pelo STF em 2017, cuja modulação foi julgada em 2021, confirmando a inconstitucionalidade e definindo que o ICMS destacado nas notas fiscais não devem compor a base de cálculo do PIS e da COFINS. Sendo assim, considerando que esses créditos passaram a ser classificados como 'praticamente certos', a Administração reconheceu o montante de R\$50.603, incluindo atualizações monetárias. Em maio de 2023, a Companhia habilitou o crédito no montante de R\$34.000, e, desse montante já foi utilizado R\$28.756.

Estoques

Em 31 de dezembro de 2024, o saldo de estoques totalizou R\$274,5 milhões, comparado a R\$267,5 milhões em 31 de dezembro de 2023.

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2024	31/12/2023	31/12/2024	31/12/2023
Matéria-prima	86,3	112,2	139,4	140,1
Produtos em processo	31,2	32,0	42,0	45,7
Peças e materiais de reposição	8,5	6,8	8,7	6,9
Produtos para revenda	0,9	2,0	52,6	49,3
Adiantamentos a fornecedores	14,9	7,0	38,3	29,4

Provisão para perdas de estoques	-1,2	-	-6,5	-3,9
	140,6	160,0	274,5	267,5

Imposto de renda e contribuição social diferido

Em 31 de dezembro de 2024, o saldo de imposto de renda e contribuição social diferida totalizou R\$61,7 milhões, comparado a R\$83,7 milhões em 31 de dezembro de 2023.

	31/12/2023	Adição (reversão/ realização no resultado do exercício)	Adição (reversão/ realização no patrimônio)	Ajustes de conversão /correção monetária	31/12/2024
Prejuízo fiscal e base negativa de contribuição social	69,6	-5,4	-	14,1	78,3
Comissões a pagar	0,8	-0,1	-	-	0,7
Despesas financeiras com empréstimos	0,8	0,2	-	-	1,0
Honorários advocatícios	1,4	0,6	-	-	2,0
Provisões para litígios e demandas judiciais	19	-3,7	-	0,3	15,6
Provisões para devedores duvidosos	2,1	-0,8	-	-	1,3
Provisões para obsolescência de equipamentos	-	-	-	-	-
Provisões para participação nos resultados	8,9	3,0	-	-	11,9
Opções de outorgas reconhecidas	1,3	-	-	-	1,3
Instrumentos financeiros	3,9	1,2	-	0,9	6,0
Impairment	9,2	-9,2	-	-	-
Amortização fiscal de ágio dedutível	-35,3	-	-	-	-35,3
Créditos de PIS e COFINS sobre ICMS	-7,3	-	-	-	-7,3
Instrumentos financeiros a valor justo	-	-	-22,5	1,9	-20,6
Diferença depreciação contábil x fiscal	-3,9	-6,6	-	-	-10,5
Ajuste por inflação Valid Argentina	-6,9	-3,8	-	-0,1	-10,8
Mais-valia de ativos	-3,8	4,3	-1,9	-	-1,4
Tributação em bases universais (TBU)	-	3,3	-	-	3,3
Outras adições (exclusões) temporárias, líquidas	23,9	2,1	-	0,2	26,2
Total impostos diferidos	83,7	-14,9	-24,4	17,3	61,7
Impostos diferidos ativos	93,6	-	-	-	75,1
Impostos diferidos passivos	-9,9	-	-	-	-13,4

Investimentos

Em 31 de dezembro de 2024, o saldo de investimentos totalizou R\$2,1 milhões, comparado a R\$18,9 milhões em 31 de dezembro de 2023. A redução de R\$16,8 milhões refere-se principalmente à: R\$0,4 milhão de variação cambial passiva; (R\$2,0) milhões de equivalência patrimonial; (R\$15,1) milhões de

transferência para investimento a valor justo referente participação societária da subsidiária Valid Espanha na Cubic; (R\$0,1) milhão de reserva reflexa.

Imobilizado

Em 31 de dezembro de 2024, o saldo de imobilizado totalizou R\$234,0 milhões, comparado a R\$207,8 milhões em 31 de dezembro de 2023. O aumento de R\$26,2 milhões refere-se principalmente à: (R\$52,6) milhões de depreciação; R\$68,7 milhões de adição; (R\$3,7) milhões de baixa; R\$11,6 milhões de variação positiva referente ao IAS 29; R\$3,0 milhões de variação cambial ativa e (R\$0,8) milhão de transferência para intangível e ativo disponível para venda.

Intangível

Em 31 de dezembro de 2024, o saldo de intangível totalizou R\$706,3 milhões, comparado a R\$656,3 milhões em 31 de dezembro de 2023. O aumento de R\$50,0 milhões refere-se principalmente à: (R\$50,7) milhões de amortização; R\$28,7 milhões de aquisições de intangível; R\$2,8 milhões de adição por combinação de negócios; R\$98,2 milhões de variação cambial ativa; (R\$4,3) milhão de transferência para ativo disponível para venda; (R\$24,0) milhões de *impairment* e (R\$0,7) milhão de baixa de intangível.

Passivo

Empréstimos, financiamentos, debêntures e arrendamentos a pagar

Em 31 de dezembro de 2024, o saldo de empréstimos, financiamentos, debêntures e arrendamentos a pagar totalizou R\$599,2 milhões, comparado a R\$710,0 milhões em 31 de dezembro de 2023.

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2024	31/12/2023	31/12/2024	31/12/2023
Empréstimos ^(a)	246,3	196,8	331,6	412,1
Debêntures ^(b)	248,3	248,1	248,3	248,1
Financiamento	-	31,4	-	31,4
Passivo de arrendamento ^(c)	8,4	9,3	19,3	18,4
	503,0	485,6	599,2	710,0
Circulante	91,8	98,8	116,1	172,1
Não circulante	411,2	386,8	483,1	537,9

Provisões

Em 31 de dezembro de 2024, o saldo de provisões totalizou R\$45,6 milhões, comparado a R\$57,3 milhões em 31 de dezembro de 2023. A redução de R\$11,7 milhões refere-se principalmente à: R\$19,3 milhões de provisões; R\$28,5 milhões de baixas; R\$2,1 milhões de pagamentos; R\$1,5 milhão de convolações de depósitos judiciais; R\$1,6 milhões referente à variação cambial passiva do período e R\$0,5 milhão referente baixa na alienação de controladas.

Impostos, taxas e contribuições a recolher

Em 31 de dezembro de 2024, o saldo de impostos, taxas e contribuições a recolher totalizou R\$77,2 milhões, comparado a R\$67,0 milhões em 31 de dezembro de 2023.

	Consolidado	
	31/12/2024	31/12/2023
IR e CSLL	21,1	16,4
ICMS	6,3	4,4
ISS	15,9	18,9
COFINS	21,5	18,9
PIS	4,5	3,9
INSS retido de clientes	0,7	0,7
Outros	7,2	3,8
	77,2	67,0
Total circulante	75,8	65,6
Total não circulante	1,4	1,4

Dividendos e juros sobre capital próprio a pagar

Em 31 de dezembro de 2024, o saldo de dividendos e juros sobre capital próprio a pagar totalizou R\$12,8 milhões, comparado a R\$0,0 milhões em 31 de dezembro de 2023.

Dividendos e Juros sobre Capital Próprio a pagar ("JCP")	Valor por ação (em Reais)	Data do pagamento	Controladora e Consolidado
Dividendos e JCP a pagar em 31 de dezembro de 2022			21,0
Dividendos e JCP declarados			
JCP declarados referente ao exercício de 2023	0,18000	09/05/2023	14,4
JCP declarados referente ao exercício de 2023	0,20000	18/07/2023	16,0
JCP declarados referente ao exercício de 2023	0,27000	24/10/2023	21,6
JCP declarados referente ao exercício de 2023	0,30700	01/12/2023	24,7
Total de JCP declarados em 2023			76,7
Dividendos e JCP pagos			
Pagamento de JCP declarados referente ao exercício de 2022	0,26303	31/01/2023	-21,0
Pagamento de JCP declarados referente ao exercício de 2023	0,18000	22/05/2023	-14,4
Pagamento de JCP declarados referente ao exercício de 2023	0,20000	31/07/2023	-16,0
Pagamento de JCP declarados referente ao exercício de 2023	0,27000	08/11/2023	-21,6
Pagamento de JCP declarados referente ao exercício de 2023	0,30700	14/12/2023	-24,7
Total de JCP pagos em 2023			-97,7
Dividendos e JCP a pagar em 31 de dezembro de 2023			-
Dividendos adicionais propostos ⁽¹⁾	0,30759	31/12/2023	24,6
Pagamento de dividendos declarados referente ao exercício de 2023	0,30759	29/04/2024	-24,6
JCP declarados referente ao exercício de 2024	0,34000	21/05/2024	27,3
Pagamento de JCP declarados referente ao exercício de 2024	0,34000	07/06/2024	-27,3
JCP declarados referente ao exercício de 2024	0,44000	16/07/2024	35,3
Pagamento de JCP declarados referente ao exercício de 2024	0,44000	15/08/2024	-35,2
JCP declarados referente ao exercício de 2024	0,53000	15/10/2024	42,3
Pagamento de JCP declarados referente ao exercício de 2024	0,53000	14/11/2024	-42,2
JCP declarados referente ao exercício de 2024	0,16000	23/12/2024	12,6
Saldo em 31 de dezembro de 2024			12,8

Patrimônio Líquido

Em 31 de dezembro de 2024, o saldo de patrimônio líquido totalizou R\$1.822,1 milhões, comparado a R\$1.331,3 milhões em 31 de dezembro de 2023.

	Nota	Reserva de capital		Reserva de Lucro					Outros resultados abrangentes	Lucros acumulados	Total patrimônio líquido controladores	Participação de não controladores	Total patrimônio líquido
		Capital Social	Opção de outorga reconhecida	Transações de capital	Ações em tesouraria	Reserva legal	Reserva para investimento	Dividendos adicionais					
Saldos em 31 de dezembro de 2023		1.022,4	28,7	-0,7	-25,3	14,9	160,1	24,6	73,9	-	1.298,5	32,8	1.331,3
Ações em tesouraria	15.b	-	-	-	-24,1	-	-	-	-	-	-24,1	-	-24,1
Efeitos cambiais relativos a conversão de investimento no exterior		-	-	-	-	-	-	-	184,9	-	184,9	2,4	187,4
Opções outorgadas reconhecidas	15.b	-	3,3	-	-	-	-	-	-	-	3,3	-	3,3
Lucro líquido do exercício		-	-	-	-	-	-	-	-	380,9	380,9	-1,3	379,6
Ajuste por inflação em controlada no Exterior	15.c	-	-	-	-	-	29,6	-	-	-	29,6	-	29,6
Pagamento de dividendos para não controladores		-	-	-	-	-	-0,4	-	-	-	-0,4	-1,4	-1,8
Resultado líquido em instrumentos ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes	23	-	-	-	-	-	-	-	62,6	-	62,6	-	62,6
Alienação de participação acionária em controlada		-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-5,2	-5,2
Constituição de reserva legal		-	-	-	-	19,0	-	-	-	-19,0	-	-	-
Constituição de reserva para investimento		-	-	-	-	-	244,3	-	-	-244,3	-	-	-
Distribuição de dividendos adicionais	15.d	-	-	-	-	-	-	-24,6	-	-	-24,6	-	-24,6
Juros sobre capital próprio	15.d	-	-	-	-	-	-	-	-	-117,6	-117,6	-	-117,6
Reserva reflexa	9	-	-	-	-	-	1,6	-	-	-	1,6	-	1,6
Saldos em 31 de dezembro de 2024		1.022,4	32,0	-0,7	-49,4	33,9	435,1	-	321,4	-	1.794,7	27,4	1.822,1

h.1) Demonstrações dos Resultados

A tabela a seguir expõe os resultados das operações nos períodos indicados:

Exercício encerrado em 31 de dezembro de 2024 comparado ao exercício findo 31 de dezembro de 2023:

Demonstrações de Resultado (R\$000)	2024	AV	2023	AV	Var 24/23
Receita de venda de bens e/ou serviços	2.171,3	100,0%	2.255,5	100,0%	-3,7%
Custo dos bens e/ou serviços vendidos	-1.394,3	-64,2%	-1.432,7	-63,5%	-2,7%
Resultado bruto	777,1	35,8%	822,8	36,5%	-5,6%
Despesas com vendas	-220,8	-10,2%	-194,0	-8,6%	13,8%
Despesas gerais e administrativas	-164,6	-7,6%	-165,8	-7,3%	-0,7%
Outras despesas operacionais	88,6	4,1%	-71,0	-3,1%	-224,7%
Resultado de equivalência patrimonial	-2,0	-0,1%	-0,2	0,0%	751,3%
Resultado antes do resultado financeiro	478,2	22,0%	391,8	17,4%	22,1%
Receitas financeiras	199,8	9,2%	277,1	12,3%	-27,9%
Despesas financeiras	-242,1	-11,2%	-395,7	-17,5%	-38,8%
Resultado antes dos tributos sobre o lucro	435,9	20,1%	273,2	12,1%	59,6%
Imposto de renda e contribuição social	-56,2	2,6%	-62,5	2,8%	10,1%
Lucro líquido do exercício	379,6	17,5%	210,6	9,3%	80,3%
Lucro atribuível a:					
Proprietários da Companhia	380,9	17,5%	213,3	9,5%	78,6%
Participações não controladoras	-1,3	0,1%	-2,7	0,1%	52,6%

Receita líquida

A receita líquida de vendas reduziu 3,7% no exercício findo em 31 de dezembro de 2024, tendo atingido o montante de R\$2.171,3 milhões, contra R\$2.255,5 milhões no exercício findo em 31 de dezembro de 2023, como resultado dos fatores descritos abaixo.

Abertura da Receita Líquida por Segmento

Em nosso segmento de **meios de pagamento**, nossas receitas tiveram uma redução de 11,7% para o exercício findo em 31 de dezembro de 2024, tendo atingido o montante de R\$787,5 milhões, contra R\$891,7 milhões para o mesmo período em 2023. Olhando por geografia, tivemos redução de 16,0% de volume na Argentina ainda sem grande efeito em preços. Porém, em um cenário de dólar mais forte, os custos, especialmente de matéria prima tem pressionado as margens.

No Brasil, a volumetria teve aumento de 9,0% no período, porém observamos retração no preço médio e o mesmo cenário de custos mais altos observados na Argentina. Tais fatores levaram a uma margem fraca no segmento.

Em nosso segmento de **sistemas de identificação**, nossas receitas aumentaram em 13,2% para o exercício findo em 31 de dezembro de 2024, tendo atingido o montante de R\$846,2 milhões, contra R\$747,2 milhões para o mesmo período em 2023.

Obtivemos no ano o maior volume histórico de emissões de documentos, chegando a 30,8 milhões de documentos emitidos, aumento de 6,7% frente aos 28,9 milhões emitidos em 2023. A forte volumetria no ano de 2024 pode ser explicada por dois fatores: i) maior demanda pela CIN em todos os estados em que atuamos; e ii) início do contrato de "ID" na Bahia, que se deu no fim de agosto, estado que tem a 4ª maior população do Brasil.

Além da emissão de documentos, podemos destacar também os segmentos de: Governo Digital, com crescimento de 13% em relação ao ano de 2023; e unidade Selo Água Físico, que passou a ser obrigatório no Estado de Minas Gerais a partir de setembro/2024, aumentando o faturamento em 34% frente ao ano de 2023.

Em nosso segmento de **mobile**, nossas receitas líquidas tiveram uma queda de 12,8% frente ao exercício findo em 31 de dezembro de 2023. A Companhia atingiu o montante de R\$537,6 milhões, contra R\$616,6 milhões para o exercício findo em 31 de dezembro de 2023.

O ano começou desafiador com margens apertadas, mas apresentamos melhorias no resultado trimestre a trimestre, tanto em SIM Cards como em Soluções Mobile, com importantes entregas em diferentes geografias.

Custo de vendas e serviços

Nosso custo de vendas e serviços reduziu 2,7% no exercício findo em 31 de dezembro de 2024, tendo atingido o montante de R\$1.394,3 milhões, contra R\$1.432,7 milhões em 2023, representando 64,2 % e 63,5 %, respectivamente, da receita líquida de vendas do período, como resultado dos fatores descritos a seguir:

Em nosso segmento de meios de pagamento, nossos custos de vendas e serviços são compostos principalmente de matérias primas que correspondem a R\$476,2 milhões no exercício findo em 31 de dezembro de 2024, contra R\$562,8 milhões em 2023. Os principais materiais que fazem parte do custo são: chips, plásticos, papéis, hologramas e tintas.

Em nosso segmento de sistemas de identificação, nossos custos de vendas e serviços são compostos principalmente por matéria prima consumida na produção e custos com pessoal, que juntos, corresponderam a 30,1% da receita líquida no exercício findo em 31 de dezembro de 2024 e 29,9% no mesmo período em 2023. Nossos custos de vendas e serviços neste segmento, aumentaram 14,0%, tendo atingido o montante de R\$500,4 milhões para o exercício findo em 31 de dezembro de 2024, contra R\$430,2 milhões para o mesmo período em 2023.

Em nosso segmento de mobile, nossos custos de vendas e serviços são compostos principalmente por matéria prima (microchips) e custos de pessoal. Nossos custos de vendas e serviços neste

segmento reduziram em 16,7% no exercício findo em 31 de dezembro de 2024, tendo atingido o montante de R\$299,8 milhões, contra R\$350,0 milhões para o mesmo período em 2023.

Lucro bruto

Como resultado dos fatores descritos acima, nosso lucro bruto reduziu 5,6% para o exercício findo em 31 de dezembro de 2024, tendo atingido o montante de R\$777,1 milhões, contra R\$822,8 milhões para o mesmo período em 2023. Nossa margem bruta (lucro bruto dividido pela receita líquida de vendas) reduziu 0,7 pontos percentuais, passando de 36,5% da receita líquida de vendas para o exercício findo em 31 de dezembro de 2023 para 35,8 % da receita líquida de vendas para o mesmo período em 2024.

Despesas com vendas

Nossas despesas com vendas aumentaram 13,8% para o exercício findo em 31 de dezembro de 2024, tendo atingido o montante de R\$220,8 milhões, contra R\$194,0 milhões para o mesmo período em 2023. Este aumento se deu principalmente no segmento de sistemas de identificação, devido ao aumento de provisão para devedores duvidosos em aproximadamente 154,8%. As despesas com vendas representaram 10,2% da nossa receita líquida de vendas para o exercício findo em 31 de dezembro de 2024 e 8,6% no mesmo período em 2023.

Despesas administrativas

Nossas despesas administrativas são compostas de despesas com pessoal e outros custos relacionados à manutenção da nossa sede e escritórios em cada um dos mercados em que operamos. Nossas despesas administrativas reduziram 0,7% para o exercício findo em 31 de dezembro de 2024, tendo atingido o montante de R\$164,6 milhões, contra R\$165,8 milhões para o mesmo período em 2023. Esta redução foi principalmente ocasionada pela reversão de contingências tributárias. As despesas administrativas representam 7,6% da nossa receita líquida de vendas para o exercício findo em 31 de dezembro de 2024, em comparação com 7,3% no mesmo período em 2023.

Outras receitas (despesas) operacionais, líquidas

Nossas outras despesas operacionais, líquidas, são compostas principalmente de taxas pagas em conexão com serviços legais e de consultoria relacionados às nossas combinações de negócios e reestruturações. Nossas outras despesas operacionais líquidas reduziram 224,7% para o exercício findo em 31 de dezembro de 2024, tendo atingido o montante de R\$88,6 milhões, contra (R\$71,0) milhões para o mesmo período em 2023. Essa variação foi principalmente ocasionada pela receita obtida na venda de 67,5% de participação que a investida na Espanha detinha na Cubic Telecom.

Resultado de Equivalência Patrimonial

Nosso resultado de equivalência patrimonial aumentou quando comparamos o resultado do exercício findo em 31 de dezembro de 2024 e 2023, tendo atingido o montante de (R\$2,0) milhões

no exercício findo em 2024, contra (R\$0,2) milhões para o mesmo período em 2023. Esse aumento foi devido, principalmente, pelos resultados advindos da Cubic.

Lucro (prejuízo) antes de receitas e despesas financeiras

Como resultado dos fatores descritos acima, nosso lucro antes de receitas e despesas financeiras aumentou 22,1% para o exercício findo em 31 de dezembro de 2024, tendo atingido um lucro no montante de R\$478,2 milhões, contra um lucro no montante de R\$391,8 milhões para o mesmo período em 2023.

Receitas financeiras

Nossas receitas financeiras reduziram 27,9% para o exercício findo em 31 de dezembro de 2024, tendo atingido o montante de R\$199,8 milhões contra R\$277,1 milhões para o mesmo período em 2023. Esta redução se deu principalmente devido a variação cambial de clientes, empréstimos e contratos de mútuos, no montante de R\$84,6 milhões, tendo atingido o montante de R\$80,4 milhões contra R\$165,0 milhões para o mesmo período em 2023.

Despesas Financeiras

Nossas despesas financeiras reduziram 38,8% para o exercício findo em 31 de dezembro de 2024, tendo atingido o montante de R\$242,1 milhões, contra R\$395,7 milhões para o mesmo período em 2023. Esta redução se deu principalmente devido a (i) variação cambial de fornecedores, empréstimos e contratos de mútuos de R\$110,0 milhões, tendo atingido o montante de R\$102,4 milhões para o exercício findo em 31 de dezembro de 2024, contra R\$212,4 milhões para o mesmo período em 2023; e (ii) redução de despesa com juros pela quitação das 7ª e 9ª emissão de debêntures, bem como quitação de empréstimos bancários, de R\$25,5 milhões, tendo atingido o montante de R\$75,1 milhões contra R\$100,6 milhões para o mesmo período de 2023.

Lucro (prejuízo) antes do imposto de renda e contribuição social

Como resultado dos fatores descritos acima, nosso lucro antes do imposto de renda e contribuição social aumentou 59,6% para o exercício findo em 31 de dezembro de 2024, tendo atingido um lucro de R\$435,9 milhões, contra um lucro de R\$273,2 milhões para o mesmo período em 2023.

Imposto de renda e contribuição social

Nossos impostos de renda e contribuição social tiveram uma redução de 10,1% no exercício findo em 31 de dezembro de 2024, atingido um montante de R\$56,2 milhões, contra R\$62,5 milhões para o mesmo período em 2023. Essa redução se deu principalmente na rubrica de impostos diferidos.

Lucro (prejuízo) líquido do exercício

Como resultado dos fatores descritos acima, nosso lucro líquido aumentou 80,3% para o exercício findo em 31 de dezembro de 2024, tendo atingido o montante de R\$379,6 milhões, contra R\$210,6 milhões para o mesmo período em 2023.

Liquidez e Recursos De Capital

Nossa principal fonte de liquidez e recursos de capital é o caixa gerado pelas nossas operações e empréstimos, incluindo empréstimos bancários de curto e longo prazo e emissão de debêntures.

Nossas principais aplicações de recursos são:

- aquisições;
- pagamento de dividendos e outras distribuições aos acionistas; e
- despesas de capital e outros investimentos.

Historicamente, atendemos às necessidades de financiamento do dia-a-dia da Companhia principalmente através do caixa gerado pelas operações e, algumas aquisições, através de empréstimos bancários.

Investimentos e Gastos de Capital

Nossos principais investimentos referem-se a investimentos em controladas e coligadas, ágio gerado pela aquisição de empresas e investimentos em ativos intangíveis.

Inicialmente, o ágio é mensurado como o excesso da contraprestação transferida em relação aos ativos líquidos adquiridos (ativos identificáveis adquiridos menos os passivos assumidos) e, se inferior, um ganho na compra vantajosa é reconhecido nos lucros ou prejuízos à data de aquisição.

No exercício findo em 31 de dezembro de 2024, tivemos um caixa gerado pelas atividades de investimentos de R\$38,7 milhões, um aumento de 132,2% em relação aos (R\$120,2) milhões para o exercício findo em 31 de dezembro de 2023. Dentre as atividades de investimentos realizadas até 31 de dezembro de 2024, podemos destacar: (i) (R\$79,2) milhões relativos a despesas de capital em ativos imobilizado e intangível; um aumento de 54,7% em relação aos (R\$51,2) milhões de 2023; (ii) R\$28,8 milhões relativos a resgate de aplicação financeira restrita, uma redução de R\$158,9% em relação aos (R\$48,9) milhões aplicados em 2023; (iii) (R\$55,8) milhões relativos à aquisição de participação societária, um aumento de 184,8% em relação a 2023; e (iv) R\$177,7 milhões relativos a alienação de participação societária, um aumento de 100,0% em relação a 2023.

h.2) Fluxos De Caixa

A divisão do nosso fluxo de caixa por atividades operacionais, atividades de investimento e atividades de financiamento encontra-se prevista na tabela abaixo para os períodos apresentados:

	Exercício social findo em 31 de dezembro de		
	2024	2023	2022
	em milhões de R\$		
Caixa e equivalentes de caixa no início do exercício	422,0	365,2	390,0
Caixa líquido gerado pelas atividades operacionais	438,2	649,1	544,3
Caixa líquido gerado (aplicado) nas atividades de investimento	38,7	-120,2	-83,6
Caixa líquido gerado (aplicado) nas atividades de financiamento	-390,4	-348,6	-485,5
Efeitos das mudanças de câmbio sobre o saldo de caixa e equivalentes de caixa mantidos em moeda estrangeira	61,0	-123,5	0,0
Caixa e equivalentes de caixa no final do exercício	569,5	422,0	365,2

Exercício encerrado em 31 de dezembro de 2024 comparado ao exercício findo em 31 de dezembro de 2023

O caixa líquido gerado pelas nossas atividades operacionais foi de R\$438,2 milhões para o exercício findo em 31 de dezembro de 2024 comparado a R\$649,1 milhões para o exercício findo em 31 de dezembro de 2023. Essa redução de 32,5% teve como principal fator a variação nas rubricas de impostos a recuperar e a recolher.

O caixa líquido gerado em nossas atividades de investimento foi de R\$38,7 milhões no exercício findo em 31 de dezembro de 2024, comparado a (R\$120,2) milhões no exercício findo em 31 de dezembro de 2023.

O caixa líquido aplicado em nossas atividades de financiamento foi de (R\$390,4) milhões no exercício findo em 31 de dezembro de 2024, comparado a um consumo de (R\$348,6) milhões no exercício findo em 31 de dezembro de 2023. Este aumento ocorreu principalmente pelos seguintes movimentos: (i) Aumento de (R\$141,1) milhões de pagamentos de debêntures e juros; (ii) Aumento de R\$241,4 milhões de captação de debêntures; (iii) Redução na captação de financiamentos e empréstimos em (R\$162,4) milhões; (iv) Aumento no pagamento de dividendos e juros sobre capital próprio em (R\$33,6 milhões); (v) Aumento na rubrica de ações em tesouraria, pela recompra de ações de (R\$24,4) milhões e (vi) Redução no pagamento de financiamentos, empréstimos e respectivos juros em R\$78,3 milhões.

2.2 – OS DIRETORES DEVEM COMENTAR:

a) Resultados das operações do emissor, em especial:

i) Descrição de quaisquer componentes importantes da receita

Para fins de administração, nós dividimos nossas operações em unidades de negócios, baseadas em produtos e serviços. Os três segmentos operacionais da Companhia estão descritos abaixo:

Meios de Pagamento: Nesse segmento são considerados os produtos e soluções integradas, tais como, cartões com chip e de tarja magnética, faturas e extratos bancários, dentre outros. Ainda, ofertamos soluções em Radio Frequency Identification - RFID, cartões contactless e de pagamentos móveis (por meio de TSM - Trusted Service Manager e HCE - Host Card Emulation, via NFC - Near Field Communication).

Sistemas de identificação: O segmento de identificação oferece soluções físicas e eletrônicas, como: captação, armazenamento e administração de dados, impressos de segurança, reconhecimento e impressão digital que atendem a essa demanda. Todas essas tecnologias realizam uma referência cruzada entre um banco de dados e os dados contidos no documento ou mídia portátil, como papel, plástico ou até mesmo meio de comunicação eletrônico para verificar sua autenticidade ou status. Os principais documentos de identificação são as carteiras de identidade, carteiras de habilitação, carteiras de conselho de classe, selos para segurança e autenticidade de marcas.

A Companhia oferece uma estrutura full service, com amplas frentes de atendimento, que englobam a geração de sistemas informatizados para a administração de bancos de dados, a coleta de dados biométricos, impressão e personalização dos documentos oficiais de identificação, soluções para Smart Cities, selos rastreáveis e serviços de Certificação Digital.

A Valid está presente nas soluções de Governo Digital, por meio da interoperabilidade de dados e adoção de soluções tecnológicas para ganhos de eficiência e precisão na realização de processos gerenciais que estão por trás do funcionamento da máquina pública. Além disso, oferecemos o serviço de Onboarding para o universo privado/público.

Mobile: No amplo portfólio de telecomunicações oferecidos pela Companhia, destacam-se os serviços de emissão extrato e tecnologias para o uso em celular e, ainda, inovações decorrentes da mobilidade digital, como soluções em NFC, TSM e HCE destinadas às operadoras de telefonia móvel.

Nesse segmento, a Companhia atua na prestação de serviços que aprimoram a comunicação das operadoras telefônicas com seus clientes, no desenvolvimento de tecnologias para uso em celular - como recarga e pagamento - e também na produção de cartões voltados a telecomunicação, sendo os SIM Cards o principal produto da unidade de negócio. Além disso, atuamos com Soluções Mobile, onde o nosso principal produto é o eSIM, chip já embarcado dentro do aparelho, onde os nossos principais clientes são as operadoras de telefone.

A tabela a seguir expõe a divisão de nossa receita líquida por segmento para os períodos indicados, excluindo transações entre segmentos:

Exercício social findo em 31 de dezembro de			
	2024	2023	2022
(Em milhões de R\$)			
Meios de pagamento.....	787,5	908,2	1.213,0
Sistemas de identificação	846,2	730,0	664,5
Mobile.....	537,6	617,3	559,5
Total⁽¹⁾.....	2.171,3	2.255,5	2.437,0

(1) Reflete a eliminação de transações intersegmentos.

A tabela a seguir expõe a divisão de nossa receita líquida por segmento como um percentual (%) de nossa receita líquida para os períodos indicados, excluindo transações intersegmentos:

Exercício social findo em 31 de dezembro de			
	2024	2023	2022
(percentual da receita líquida)			
Meios de pagamento.....	36,3	40,3	49,7
Sistemas de identificação	39,0	32,4	27,3
Mobile.....	24,7	27,4	23,0
Total⁽¹⁾.....	100	100	100

(1) Reflete a eliminação de transações intersegmentos.

Divisão Geográfica

A Companhia e suas investidas operam nas seguintes áreas geográficas: Brasil (país de domicílio), Espanha, Argentina, EUA, Colômbia, Uruguai, México, Dinamarca, Ilhas Maurício, Singapura, África do Sul, Nigéria, Emirados dos Árabes, Taiwan, Indonésia, Irlanda, Alemanha e China.

Adicionalmente, nós apresentamos em nossas demonstrações financeiras uma divisão geográfica dos vários componentes de nossas demonstrações financeiras.

A tabela a seguir expõe a divisão de nossa receita líquida pela localização de nossas operações nos períodos indicados:

	Exercício social findo em 31 de dezembro de		
	2024	2023	2022
	(Em milhões de R\$)		
Brasil.....	1.304,1	1.225,3	1.131,8
Estados Unidos.....	73,6	71,1	651,6
EMEA*.....	303,5	421,6	353,5
Outros países.....	490,1	537,5	300,1
Total.....	2.171,3	2.255,5	2.437,0

(*) Estão sendo considerados os seguintes países nesta linha: Dinamarca, Ilhas Maurício, Singapura, Panamá, África do Sul, Emirados Árabes, Índia, Espanha, Alemanha, Indonésia, China e Nigéria.

A tabela a seguir expõe a divisão de nossa receita líquida por localização das nossas operações como um percentual da receita líquida para os períodos indicados:

	Exercício social findo em 31 de dezembro de		
	2024	2023	2022
	(percentual da receita líquida)		
Brasil.....	60,1	54,3	46,4
Estados Unidos.....	3,4	3,2	26,7
EMEA*.....	14,0	18,7	14,5
Outros países.....	22,5	23,8	12,4
Total.....	100	100	100

(*) Estão sendo considerados os seguintes países nesta linha: Dinamarca, Ilhas Maurício, Singapura, Panamá, África do Sul, Emirados Árabes, Índia, Espanha, Alemanha, Indonésia, China e Nigéria.

ii. Fatores que afetaram materialmente os resultados operacionais

No ano, a Companhia apresentou Lucro Líquido recorde de R\$381 MM vs. um Lucro de R\$213 MM em 2023 (78,9% A/A). Esse resultado representa um ganho por ação de quase R\$4,76. Quando comparado com o resultado do ano anterior, o incremento pode ser explicado principalmente pela receita obtida na alienação de 67,5% de participação societária na Cubic Telecom, através de sua controlada na Espanha.

b) Variações das receitas atribuíveis a modificações de preços, taxas de câmbio, inflação, alterações de volumes e introdução de novos produtos e serviços

Os contratos firmados entre a Companhia e os órgãos públicos estaduais preveem reajustes de preços baseados nos índices de inflação IPC-A e IGP-M. As receitas da Companhia podem ser influenciadas pela inflação na Argentina, e, pela variação cambial decorrentes da nossa presença nos seguintes países: Brasil, Argentina, Espanha, México, Uruguai, Colômbia, Estados Unidos, Dinamarca, Ásia, África e Oriente Médio.

c) impacto da inflação, da variação de preços dos principais insumos e produtos, do câmbio e da taxa de juros no resultado operacional e no resultado financeiro do emissor, quando relevante:

As variações nas taxas de juros e câmbio influenciam diretamente o saldo a pagar da dívida consolidada da Companhia.

2.3 – MUDANÇAS SIGNIFICATIVAS NAS PRÁTICAS CONTÁBEIS – RESSALVAS E ÊNFASES NO PARECER DO AUDITOR

a) Mudanças nas práticas contábeis que tenham resultado em efeitos significativos sobre as informações previstas nos campos 2.1 e 2.2:

Não aplicável para os anos apresentados.

b) Opiniões modificadas e ênfases presentes no relatório do auditor

As demonstrações financeiras do exercício social findo em 31 de dezembro de 2024 não apresentaram ênfase no parecer dos auditores. Dois riscos significativos foram apresentados: (i) recuperabilidade de ágio gerado em combinações de negócios e créditos fiscais diferidos; e (ii) reconhecimento de receita.

2.4 – OS DIRETORES DEVEM COMENTAR OS EFEITOS RELEVANTES QUE OS EVENTOS ABAIXO TENHAM CAUSADO OU SE ESPERA QUE VENHAM A CAUSAR NAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS DO EMISSOR E EM SEUS RESULTADOS:

a) Introdução ou alienação de segmento operacional:

Não ocorreram efeitos relevantes nas demonstrações financeiras ou em seus resultados devida à introdução ou alienação de segmento operacional, a não ser pela venda de ativos nos Estados Unidos que serão detalhados a seguir.

b) Constituição, aquisição ou alienação de participação societária:Incorporações:

- i) Conforme aprovado em reunião com os sócios realizada em dezembro de 2022, a Interprint foi incorporada pela Controladora;
- ii) Conforme aprovado em reunião com os sócios realizada em dezembro de 2022, a Valid Participações foi incorporada pela Controladora;
- iii) Conforme aprovado em reunião com os sócios realizada abril de 2022, a Agrotopus foi incorporada pela Valid Link;
- iv) Conforme aprovado em reunião com os sócios realizada em abril de 2022, a Alpdex foi incorporada pela Serbet;

Aquisição/Alienação:Aquisição de controladas: Contiplan Indústria Gráfica Ltda. ("Contiplan Indústria") e Contiplan Tecnologia Gráfica Ltda. ("Contiplan Tecnologia")

Em 1 de outubro de 2024, a Companhia, por meio da controlada BluPay, adquiriu a totalidade das ações das empresas Contiplan Indústria e Contiplan Tecnologia, pelo valor de R\$23.970, pagos na data da compra, exceto pelo montante de R\$1.000 retido para cobertura de possíveis contingências pelo período de 5 anos.

As empresas adquiridas estão sediadas em São Paulo e atuam como gráficas de segurança de alto nível, com soluções especiais para cédulas de identidade, diplomas, certificados, selos de autenticidade, ingressos entre outros. Atualmente, são fornecedoras de documentos de segurança em todas as esferas públicas nacionais.

Essas aquisições estão alinhadas à estratégia da Companhia em fortalecer a vertical de "ID".

Na data de aquisição, conforme laudo de avaliação, o valor justo dos ativos identificáveis adquiridos e passivos assumidos das empresas adquiridas, são conforme apresentados a seguir:

	Valor justo dos ativos e passivos na data de aquisição
Caixa e equivalentes de caixa	2.030
Impostos a recuperar	722
Contas a receber	1.320
Estoques	1.023
Intangível	3.118
Imobilizado	3.580
Outros ativos	3.605
Salários a pagar	(142)
Fornecedores	(454)
Impostos a recolher	(426)
Outros passivos	(1.667)
Ativos líquidos da adquirida	12.709
Total da contraprestação	23.970
Imposto diferido sobre mais valia	2.036
Agio gerado na aquisição	13.297

As alocações efetuadas estão sumarizadas abaixo:

Mais valia de relacionamento com clientes ⁽¹⁾	2.199
Mais valia de licenças ⁽²⁾	917
Mais valia ativo imobilizado ⁽³⁾	2.873
Total	5.989

(1) O valor justo do relacionamento com clientes foi mensurado pelo método de *multi-period excess earnings method* ("MEEM"). Esse intangível tem vida útil definida remanescente estimada de 12,2 anos, trazido a valor presente a uma taxa de desconto de 14,26%.

(2) A estimativa do valor justo foi calculada com base no método "With and Without" e baseou-se nas estimativas da administração sobre os efeitos que a ausência da licença teria sobre as receitas e fluxos de caixa da Companhia. Esse intangível tem vida útil definida de 1,25 anos.

(3) O critério geral de avaliação adotado considerou os ativos imobilizados em bom estado de conservação e adequados para uso, ou seja, os bens foram avaliados supondo-se que continuarão a ser utilizados para a mesma finalidade e no estado de conservação físico e funcional. O nível de rigor do trabalho para avaliação é definido preferencialmente como de

Grau de fundamentação 1 (tabela 4 – NBR14.653-5:2006), atendendo os requisitos e disposições atualizações das normas da ABNT – Associação Brasileira de Normas Técnicas.

A contribuição das adquiridas para o Grupo pode ser demonstrada como segue:

Contribuição para o Grupo de receita líquida desde a data de aquisição até 31/12/2024	1.944
Contribuição para o Grupo com lucro líquido desde a data da aquisição até 31/12/2024	126
Receita líquida da adquirida de 01 de janeiro até 31 de dezembro de 2024	3.013
Prejuízo da adquirida de 01 de janeiro até 31 de dezembro de 2024	(286)

A Companhia não incorreu em custos significativos para concluir a aquisição e os montantes foram reconhecidos no resultado do exercício na data em que ocorreram.

Alienação da Cubic Telecom

Em 29 de novembro de 2023, a controlada Valid Espanha celebrou um acordo para a venda de 67,5% de sua participação na Cubic Telecom, equivalente a 8.863.743 ações, pelo valor de R\$171,4 milhões (com a cotação de 31 de dezembro de 2023). Em 31 de dezembro de 2023, a Valid Espanha registrou o montante de R\$34.011 na rubrica “ativo disponível para venda”, relacionado a essa operação.

No dia 6 de março de 2024, a Companhia concluiu a venda por €32 milhões (aproximadamente R\$173,0 milhões na cotação do dia) recebido integralmente na data da transação, gerando um ganho de R\$136,8 milhões, registrado na rubrica de “outras receitas (despesas) operacionais, líquidas” nas demonstrações do resultado. Após a conclusão e diluições aplicáveis, o Grupo continua, através de sua controlada Valid Espanha, detendo 4.261.873 ações, que representa 1,67% do capital da Cubic Telecom.

Alienação de controlada Serbet

No dia 26 de janeiro de 2024, a Companhia alienou 100% de sua participação na controlada “Serbet” pelo valor de R\$10,4 milhões, recebidos no momento da venda. A Companhia havia registrado uma provisão para perda da unidade de negócio de estacionamento digital para mantê-lo ao valor de realização. Dessa forma, a venda não gerou impacto significativo no resultado.

Aquisição de controlada Flexdoc

A Companhia adquiriu 100% de participação da empresa Flexdoc Tecnologia da Informação Ltda. (“FlexDoc”) em 22 de maio de 2023 com uma contraprestação a ser transferida de R\$68.758, calculada conforme abaixo:

- (i) R\$ 20 milhões pagos na data da compra;

(ii) Consideração contingente de: (a) adicional de até R\$20 milhões, a depender da lucratividade da Flexdoc em 2023 e 2024, e (b) 61,85% do lucro alcançado pela Flexdoc ao longo dos próximos 4 anos. O pagamento desse montante está sujeito ao atendimento das métricas e condições contratuais e o valor justo dessa consideração contingente foi estimado com base no modelo de Monte Carlo em R\$48.757. Desse montante, R\$2.810 foram pagos em 2023, sendo o saldo remanescente de R\$45.947.

A Flexdoc é uma empresa sediada em Brasília, DF, com atuação nacional, especializada em automação de processos, validação de dados e documentos, e sistemas de processamento de documentos por imagem, que auxilia os clientes a acelerar o crescimento através da implantação de fluxos inteligentes e gerenciáveis com alto grau de automação e confiabilidade nos dados, documentos e processos.

A aquisição da Flexdoc está alinhada à estratégia da Companhia de avançar em ID Digital, tanto para o ecossistema de clientes públicos quanto privados e traz à Valid a possibilidade de ampliar e fortalecer seu portfólio de soluções, podendo explorar novas geografias e negócios em um mercado que a empresa já atua.

Na data de aquisição, conforme laudo preliminar de avaliação, o valor justo dos ativos identificáveis adquiridos e passivos assumidos da Flexdoc são conforme apresentados a seguir:

	Valor justo dos ativos e passivos na data de aquisição
Caixa e equivalentes de caixa	2.008
Impostos a recuperar	392
Contas a receber	551
Imobilizado	1.696
Intangível	18.003
Outros ativos	42
Salários a pagar	(418)
Fornecedores	(550)
Impostos a recolher	(38)
Ativos líquidos da adquirida	21.686
Total da contraprestação estimada	68.758
Agio gerado na aquisição	47.072

As alocações efetuadas estão sumarizadas abaixo:

Mais valia de relacionamento com clientes (i)	8.013
Mais valia de marcas (ii)	3.411
Mais valia de tecnologia (iii)	1.759
Total	13.183

- (i) O valor justo do relacionamento com clientes foi mensurado pelo método de *multi-period excess earnings method* ("MEEM"). Esse intangível tem vida útil definida remanescente estimada de 6 anos, trazido a valor presente a uma taxa de desconto de 16,76%.
- (ii) O valor justo da marca foi mensurado com base método de *Relief from Royalties*.
- (iii) O valor justo calculado à tecnologia refere aos *softwares* da adquirida e foi calculado com base no custo de reposição e possui vida útil definida remanescente estimada em 4 anos.

A contribuição da adquirida para o Grupo pode ser demonstrada como segue:

Contribuição para o Grupo de receita líquida desde a data de aquisição até 31/12/2023	19.388
Contribuição para o Grupo com lucro desde a data da aquisição até 31/12/2023	4.515
Receita líquida da adquirida de 01 de janeiro até 31 de dezembro de 2023	32.385
Lucro da adquirida de 01 de janeiro até 31 de dezembro de 2023	8.589

A Companhia não incorreu em custos significativos para concluir a aquisição e os montantes foram reconhecidos no resultado do exercício na data em que ocorreram.

Alienação operação USA

A investida Valid Soluciones Tecnológicas ("Valid Espanha"), sociedade na qual a Companhia detém participação societária de 100%, celebrou, em 30 de junho de 2022, o contrato de compra e venda para alienação de certos ativos detidos pela Valid USA Inc. (Identificação e Meios de Pagamentos) à Giesecke+Devrient ("G+D"), um grupo global de tecnologia e segurança, atuante nos mercados de pagamentos, conectividade, identidade e infraestrutura digital, com presença estabelecida nos Estados Unidos.

Aquisição VSoft e Via Soft

A Companhia adquiriu 10% de participação das empresas VSoft e ViaSoft em outubro de 2022. As sociedades atuam no segmento digital, prestando serviços tecnológicos com soluções de (i)

certificação de processo e identificação de pessoas no mercado de trânsito; (ii) sistemas de biometria; e (iii) sistemas de identidade digital. O investimento traz à Valid a possibilidade de complementar a sua atuação geográfica no país e também garante a ampliação do portfólio de produtos e de tecnologia, podendo explorar novos negócios em um mercado que a Valid já atua, tanto para o mercado público, através de iniciativas junto aos Departamentos Estaduais de Trânsito, mercado privado com soluções que permitam a certificação de processos para autoescolas.

A Companhia não adquiriu o controle, mas detém influência significativa na investida e, portanto, reconhece esse investimento como coligada. No momento da aquisição a Administração avaliou os ativos e passivos da investida para determinar as mais-valias e o ágio incluídos no investimento, como segue:

Contraprestação total	12.000
Valor justo das opções de compra adicional de participação ⁽¹⁾	(8.849)
Preço de aquisição ajustado	3.151
Patrimônio líquido das investidas a valor contábil	141
Valor justo de ativos e passivos	
Mais valia de tecnologia e carteira de clientes	3.010
Patrimônio líquido das investidas a valor justo	3.151

- (1) O contrato de aquisição possui algumas opções de compra e venda com vencimentos entre março de 2023 e março de 2027 que a Companhia, caso exerça, pode aumentar gradativamente sua participação societária nas investidas. Esse montante foi classificado como um ativo financeiro.

c) Eventos ou operações não usuais:

Não se aplica.

2.5 – Caso o emissor tenha divulgado, no decorrer do último exercício social, ou deseje divulgar neste formulário medições não contábeis, como Lajida (lucro antes de juros, impostos, depreciação e amortização) ou Lajir (lucro antes de juros e imposto de renda), o emissor deve:

a. Informar o valor das medições não contábeis.

A seguir, apresentamos as principais medições não contábeis utilizadas por nossa administração:

(i) EBITDA

O EBITDA e a Margem EBITDA são divulgados pela Companhia como informação complementar por serem indicadores úteis do seu desempenho operacional.

O EBITDA (Earnings Before Interest, Taxes, Depreciation and Amortization) é uma medida não contábil elaborada pela Companhia em consonância com a Resolução CVM nº 156, de 4 de outubro de 2012 (“[Resolução CVM 156](#)”), conciliada com suas demonstrações financeiras e consiste no lucro (prejuízo) líquido acrescido pelo resultado financeiro líquido, pelo imposto de renda e contribuição social e pelas depreciações e amortizações.

A Margem EBITDA é calculada por meio da divisão do EBITDA pela receita líquida de venda de bens e/ou serviços.

(ii) Dívida Líquida

A dívida líquida é calculada com base na soma de todas as obrigações com instituições financeiras, representadas nas demonstrações financeiras por empréstimos, financiamentos, debêntures e passivo de arrendamento registradas no passivo circulante e não circulante, deduzidos os valores registrados como caixa e equivalente de caixa representados por saldos disponíveis em caixas e bancos e aplicações financeiras.

b. Fazer as conciliações entre os valores divulgados e os valores das demonstrações financeiras auditadas.

Indicadores Financeiros (em R\$ milhões)	Exercício social encerrado em 31 de dezembro de			variação	
	2024	2023	2022	2023 vs 2024	2022 vs 2023
Receita Líquida	2.171,30	2.255,50	2.437,00	-3,73%	-7,45%
Lucro Bruto	777,1	822,8	739,7	-5,55%	11,23%
Margem Bruta	35,79%	36,48%	30,35%	-0,69 p.p.	6,13 p.p.
Reconciliação do EBITDA R\$ milhões (exceto os percentuais)					
Lucro líquido do Período	380,9	213,3	24,5	78,57%	770,61%
(+) IR e Contribuição Social	56,2	62,5	18,7	-10,08%	234,22%
(+) Rec/Desp Financeira	42,3	118,6	186,6	-64,33%	-36,44%
(+/-) Depreciação e Amortização	105,2	120,6	83,6	-12,77%	44,26%
EBITDA ¹²³	584,6	515	313,4	13,51%	64,33%
Margem EBITDA ³	26,92%	22,83%	12,86%	4,09 p.p.	9,97 p.p.

Reconciliação da Dívida Líquida R\$ milhões (exceto os percentuais)

(+) Empréstimo, financiamentos, debêntures e arrendamentos a pagar circulante	116,1	172,1	281,8	-32,52%	-38,93%
(+) Empréstimo, financiamentos, debêntures e arrendamentos a pagar não circulante	483,1	537,9	585,4	-10,19%	-8,11%
(-) Caixa e Equivalentes de Caixa	569,5	422	365,2	34,95%	15,55%
Dívida Líquida ³	29,7	288	502	-89,67%	-42,63%

¹O EBITDA (Earnings Before Interest, Taxes, Depreciation and Amortization) é uma medida não contábil elaborada pela Companhia em consonância com a Resolução CVM nº 156, de 4 de outubro de 2012 ("Resolução CVM 156"), conciliada com suas demonstrações financeiras e consiste no lucro (prejuízo) líquido acrescido pelo resultado financeiro líquido, pelo imposto de renda e contribuição social e pelas depreciações e amortizações.

² O EBITDA, a Margem EBITDA e a Dívida Líquida não são medidas reconhecidas pelas Práticas Contábeis Adotadas no Brasil, nem pelas Normas Internacionais de Relatório Financeiro – International Financial Reporting Standards (IFRS), emitidas pelo International Accounting Standard Board (IASB), não representam o fluxo de caixa para os períodos apresentados e não devem ser considerados como substitutos para o lucro (prejuízo) líquido ou como indicadores do desempenho operacional ou como substitutos do fluxo de caixa como indicador de liquidez da Companhia. Não poderão também ser considerados para o cálculo de distribuição de dividendos. Não possuem um significado padrão e podem não ser comparáveis a medidas com títulos semelhantes fornecidos por outras Companhias.

³ A Margem EBITDA é calculada por meio da divisão do EBITDA pela receita líquida de venda de bens e/ou serviços.

Dívida líquida é calculada com base na soma de todas as obrigações com instituições financeiras, representadas nas demonstrações financeiras por empréstimos, financiamentos, debêntures e arrendamentos a pagar registradas no passivo circulante e não circulante, deduzidos os valores registrados como caixa e equivalente de caixa representados por saldos disponíveis em caixas e bancos e aplicações financeiras.

c. Explicar o motivo pelo qual entende que tal medição é mais apropriada para a correta compreensão da sua condição financeira e do resultado de suas operações.

A Companhia acredita que essas medições (não contábeis) sejam reconhecidas como medidas de desempenho frequentemente utilizadas por investidores, analistas de valores mobiliários e outras pessoas interessadas em analisar a performance das Companhias. Tais medidas, contudo, são suscetíveis a variações na forma de cálculo e não são calculadas por todas as Companhias da mesma maneira. Dessa forma, o EBITDA e a Margem EBITDA aqui apresentados podem não ser diretamente comparáveis com medidas similares apresentadas por outras Companhias.

No entanto, nenhuma informação deverá ser considerada isoladamente, como um substituto para o lucro líquido apurado de acordo com o IFRS ou as práticas contábeis adotadas no Brasil ou, ainda, como medida de lucratividade da Companhia.

Adicionalmente, essas medições apresentam limitações que prejudicam a sua utilização como medidas de desempenho, em razão de não desconsiderarem certos custos ou despesas da

Companhia que podem impactar significativamente os resultados operacionais e de liquidez, tais como nosso resultado financeiro líquido, impostos de renda e contribuição social e depreciação e amortização. Desta forma, o EBITDA e a Margem EBITDA funcionam como indicadores de nosso desempenho econômico geral, que não são afetados por flutuações nas taxas de juros, alterações de carga tributária ou alterações nos níveis de depreciação e amortização derivados, bem como de gastos que julgamos não recorrentes.

A Companhia entende que o cálculo da dívida líquida, conforme demonstrado acima, é uma medição não contábil amplamente utilizada no mercado financeiro para captação de recursos e representa mais adequadamente nosso endividamento financeiro. Adicionalmente, nas escrituras de debêntures de nossa emissão e nos contratos financeiros, estamos sujeitos à observância de determinados índices financeiros (covenants) que utilizam a dívida líquida como parâmetro na forma definida nos respectivos instrumentos constitutivos da dívida.

2.6 – Eventos Subsequentes às Últimas Demonstrações Financeiras

Em 15 de janeiro de 2025, a Companhia adquiriu, 41% de participação nas empresas VSoft Tecnologia Participações S.A. e Via Soft Soluções Tecnológicas S.A., pelo valor de R\$11.700, passando a deter 51% de participação total em ambas as empresas.

Em 18 de fevereiro de 2025, conforme informado no Aviso aos Acionistas, o Conselho de Administração deliberou o pagamento de Juros sobre Capital Próprio de R\$1,57 (um real e cinquenta e sete centavos) por ação, o que representa R\$123.965 a ser pago em quatro parcelas trimestrais iguais, sendo a primeira em 27 de março de 2025. De acordo com a legislação vigente, farão jus aos juros os acionistas da Companhia detentores de ações em 13 de março de 2025.

Em 24 de fevereiro de 2025, a Moody's Local BR Agência de Classificação de Risco Ltda. ("Moody's Local Brasil"), elevou o Rating Corporativo (CFR) da Companhia para AA.br, de AA-.br. Ao mesmo tempo, elevou os ratings da 9ª Emissão de Debêntures e da 10ª Emissão de Debêntures para AA+.br, de AA.br.

Em 6 de março de 2025, a Companhia captou junto ao Banco do Nordeste o montante de R\$6.600 a uma taxa de 12,99% a.a. com prazo de vencimento de 5 anos. Os recursos deste financiamento serão destinados à implementação do site localizado na Bahia, para atendimento ao cidadão na emissão de documentos de identificação.

2.7 – OS DIRETORES DEVEM COMENTAR A DESTINAÇÃO DOS RESULTADOS SOCIAIS, INDICANDO:

a) Regras sobre retenção de lucros

De acordo com o artigo 38 do Estatuto Social da Companhia, o lucro líquido terá a seguinte destinação: (a) 5% (cinco por cento) para a formação da reserva legal, até atingir 20% (vinte por cento) do capital social subscrito; (b) a parcela necessária ao pagamento de um dividendo obrigatório não poderá ser

inferior, em cada exercício, a 25% (vinte e cinco por cento) do lucro líquido anual ajustado, na forma prevista pelo Artigo 202 da Lei de Sociedades por Ações.

O saldo remanescente dos lucros, se houver, terá a destinação que a Assembleia Geral determinar, sendo que qualquer retenção de lucros do exercício pela Companhia deverá ser obrigatoriamente acompanhada de proposta orçamentária previamente aprovada pelo Conselho de Administração.

Caso o saldo das reservas de lucros ultrapasse o capital social, a Assembleia Geral deliberará sobre a aplicação do excesso na integralização ou no aumento do capital social ou, ainda, na distribuição de dividendos aos acionistas.

b) Regras sobre distribuição de dividendos

O dividendo mínimo obrigatório estabelecido no Estatuto Social não poderá ser inferior, em cada exercício, a 25% (vinte e cinco por cento) do lucro líquido anual ajustado, na forma prevista pelo Artigo 202 da Lei de Sociedades por Ações.

c) Periodicidade das distribuições de dividendos

A distribuição de dividendos segue a regra da Lei das Sociedades por Ações, ou seja, de distribuição anual, podendo também a Companhia, por deliberação do Conselho de Administração, levantar balanço semestral e declarar dividendos à conta de lucro apurado nesses balanços. Ainda, o Conselho de Administração poderá declarar dividendos intermediários, à conta de lucros acumulados ou de reservas de lucros existentes no último balanço anual ou semestral.

d) Eventuais restrições à distribuição de dividendos impostas por legislação ou regulamentação especial aplicável ao emissor, assim como contratos, decisões judiciais, administrativas ou arbitrais

Não há restrições.

e) Se o emissor possui uma política de destinação de resultados formalmente aprovada, informar órgão responsável pela aprovação, data da aprovação e, caso o emissor divulgue a política, locais na rede mundial de computadores onde o documento pode ser consultado

A Política de Destinação de resultados da Companhia foi aprovada pelo Conselho de Administração no dia 05/02/2019 e está disponível no site da CVM e no site de Relações com Investidores da Companhia (www.ri.valid.com).

2.8 – ITENS RELEVANTES NÃO EVIDENCIADOS NAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

a) Os ativos e passivos detidos pelo emissor, direta ou indiretamente, que não aparecem no seu balanço patrimonial (off-balance sheet items), tais como:

- i. Carteiras de recebíveis baixadas sobre as quais a entidade mantenha riscos e responsabilidades, indicando respectivos passivos

A Valid não possui carteiras de recebíveis baixadas sobre as quais mantenha riscos e responsabilidades que não aparecem no seu balanço patrimonial.

- ii. Contratos de futura compra e venda de produtos ou serviços

A Valid não possui contratos de futura compra e venda de produtos ou serviços que não aparecem no seu balanço patrimonial.

- iii. Contratos de construção não terminada

A Valid não possui contratos de construção não terminada que não aparecem no seu balanço patrimonial.

- iv. Contratos de recebimentos futuros de financiamentos

A Valid não possui contratos de recebimentos futuros de financiamentos que não aparecem no seu balanço patrimonial.

b) Outros itens não evidenciados nas demonstrações financeiras:

Não se aplica.

2.9 – EM RELAÇÃO A CADA UM DOS ITENS NÃO EVIDENCIADOS NAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS INDICADOS NO ITEM 2.8, OS DIRETORES DEVEM COMENTAR

a) Como tais itens alteram ou poderão vir a alterar as receitas, as despesas, o resultado operacional, as despesas financeiras ou outros itens das demonstrações financeiras do emissor

Não aplicável, pois a Diretoria entende que não há ativos e passivos que não estejam refletidos nas demonstrações financeiras consolidadas da Companhia nos exercícios sociais findos em 2024, 2023 e 2022.

b) Natureza e o propósito da operação

Não aplicável, pois a Diretoria entende que não há ativos e passivos que não estejam refletidos nas demonstrações financeiras consolidadas da Companhia nos exercícios sociais findos em 2024, 2023 e 2022.

c) Natureza e montante das obrigações assumidas e dos direitos gerados em favor do emissor em decorrência da operação

Não aplicável, pois a Diretoria entende que não há ativos e passivos que não estejam refletidos nas demonstrações financeiras consolidadas da Companhia nos exercícios sociais findos em 2024, 2023 e 2022.

2.10 – PLANO DE NEGÓCIOS

a) Investimentos, incluindo:

i. Descrição quantitativa e qualitativa dos investimentos em andamento e dos investimentos previstos

Em reunião do Conselho de Administração realizada no dia 19 de novembro de 2024, foi aprovado o Plano de Investimentos e Orçamento Anual da Companhia para o exercício de 2025, conforme previsto no Estatuto Social, no valor consolidado de R\$105.600.000,00 (Cento e cinco milhões e seiscentos mil reais), distribuído pelas unidades regionais e suas respectivas divisões de negócios.

ii. Fontes de financiamento dos investimentos

Os investimentos são financiados através de recursos gerados pela atividade operacional da Companhia. Entendemos que, caso tenhamos oportunidades de investimentos que requeiram fontes alternativas de financiamento, estas poderão ser utilizadas devido ao nosso baixo grau de endividamento.

iii. Desinvestimentos relevantes em andamento e desinvestimentos previstos.

Imóvel Caju – RJ

Conforme decidido em RCA, foi aprovado o processo de venda do imóvel do Caju (RJ). A Valid estima que a mudança se dê ao longo de 2025. Assim como ocorrido com a unidade fabril de São Bernardo do Campo (SP), a operação que era realizada no Caju foi transferida para Sorocaba (SP), levando mais sinergias para as operações.

Alienação da Cubic

Em 29 de novembro de 2023, a controlada Valid Espanha celebrou um acordo para a venda de 67,5% de sua participação na Cubic Telecom, equivalente a 8.863.743 ações, pelo valor de R\$171,4 milhões (com a cotação de 31 de dezembro de 2023).

No dia 6 de março de 2024, a Companhia concluiu a venda por €32 milhões (aproximadamente R\$173,0 milhões na cotação do dia) recebido integralmente na data da transação, gerando um ganho de R\$136,8 milhões, registrado na rubrica de “outras receitas (despesas) operacionais, líquidas” nas demonstrações do resultado. Após a conclusão e diluições aplicáveis, o Grupo continua, através de sua controlada Valid Espanha, detendo 4.261.873 ações, que representa 1,67% do capital da Cubic Telecom.

Alienação da Serbet

No dia 26 de janeiro de 2024, a Companhia alienou a controlada “Serbet” pelo valor de R\$10,4 milhões. Os valores foram recebidos no próprio mês de alienação. A Companhia realizou a provisão para perda da unidade de negócio de estacionamento digital para mantê-lo ao valor de realização. Dessa forma, a venda não gerou impacto significativo no resultado.

b) Desde que já divulgada, indicar a aquisição de plantas, equipamentos, patentes ou outros ativos que devam influenciar materialmente a capacidade produtiva do emissor

Não se aplica.

c) Novos produtos e serviços, indicando:

i. Descrição das pesquisas em andamento já divulgadas

Não se aplica.

ii. Montantes totais gastos pelo emissor em pesquisas para desenvolvimento de novos produtos ou serviços

Não se aplica.

iii. Projetos em desenvolvimento já divulgados

Não se aplica.

iv. Montantes totais gastos pelo emissor no desenvolvimento de novos produtos ou serviços.

No ano de 2024, foram gastos R\$28,6 milhões com a equipe de P&D. O montante foi destinado para o desenvolvimento das equipes da Colômbia, Espanha e Dinamarca, na respectiva proporção de R\$2,0 milhões; R\$13,2 milhões; R\$11,9 milhões.

d) Oportunidades inseridas no plano de negócios do emissor relacionadas a questões ASG

A Companhia vem atuando de forma estruturada para possibilitar um plano de trabalho ASG de curto, médio e longo prazo e como consequência deste trabalho a elaboração de uma matriz de materialidade, bem como a definição de indicadores chave, farão parte da evolução na gestão das práticas ASG. Ainda, iniciativas relacionadas ao tema ASG são implantadas na Companhia por sua essência: no desenvolvimento de cartões com matéria prima reciclável, utilização de energia renovável em seu parque fabril e na estruturação de projeto para internalização do tema de diversidade de inclusão, seguindo as melhores práticas de mercado.

2.11 – OUTROS FATORES COM INFLUÊNCIA RELEVANTE

Exceto os mencionados nesta seção, não foram identificados outros fatores que possam influenciar de maneira significativa o desempenho operacional da Companhia.

ANEXO 2

Destinação do Lucro Líquido

(ANEXO A, Resolução CVM nº 81/2022)

1- Informar o lucro líquido do exercício:

O Lucro Líquido da Companhia, no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2024, foi de **R\$380.913.205,07** (trezentos e oitenta milhões, novecentos e treze mil, duzentos e cinco reais e sete centavos).

2- Informar o montante global e o valor por ação dos dividendos, incluindo dividendos antecipados e juros sobre capital próprio já declarados:

A tabela abaixo demonstra os dividendos e juros s/capital próprio declarados pela Valid em 2024, totalizando R\$117.604.510,31:

Evento	Data	Exercício	Posição acionária	Data pagamento	Valor bruto por ação R\$	Valor bruto R\$
JCP	21/05/2024	1T24	27/05/2024	07/06/2024	0,340000	27.343.232,14
JCP	16/07/2024	2T24	09/08/2024	15/08/2024	0,440000	35.263.127,24
JCP	15/10/2024	3T24	07/11/2024	14/11/2024	0,530000	42.310.375,41
JCP	17/12/2024	2024	20/12/2024	23/12/2024	0,160000	12.687.775,52

3- Informar o percentual do lucro líquido do exercício distribuído:

A distribuição de lucros para o exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2024 foi de **30,9%** do resultado do exercício de 2024, líquidos de imposto de renda. O montante total já foi distribuído aos acionistas da Companhia sob a forma de juros sobre capital próprio antecipados.

4- Informar o montante global e o valor por ação de dividendos distribuídos com base em lucro de exercícios anteriores:

Em 29 de abril de 2024, foi pago o montante de R\$24.643.191,99 (vinte e quatro milhões, seiscentos e quarenta e três mil, cento e noventa e um reais e noventa e nove centavos), correspondentes a R\$0,30759 por ação, referente a dividendos propostos em 2023.

5- Informar, deduzidos os dividendos antecipados e juros sobre capital próprio já declarados:

a) O valor bruto de dividendo e juros sobre capital próprio, de forma segregada, por ação de cada espécie e classe:

Evento	Data	Exercício	Posição acionária	Data pagamento	Valor bruto por ação R\$	Valor bruto R\$
Dividendos	17/04/2024	2023	31/12/2023	29/04/2024	0,310000	24.646.235,95
JCP	21/05/2024	1T24	27/05/2024	07/06/2024	0,340000	27.343.232,14
JCP	16/07/2024	2T24	09/08/2024	15/08/2024	0,440000	35.263.127,24

JCP	15/10/2024	3T24	07/11/2024	14/11/2024	0,530000	42.310.375,41
JCP	17/12/2024	2024	20/12/2024	23/12/2024	0,160000	12.687.775,52

b) A forma e o prazo de pagamento dos dividendos e juros sobre capital próprio:

Para os acionistas com ações depositadas na B³ S.A. – Brasil, Bolsa, Balcão (“B3”), os valores foram creditados conforme procedimentos adotados pela B³, que os repassa aos acionistas titulares, por intermédio dos seus Agentes de Custódia.

Para os demais acionistas, o pagamento foi efetuado de acordo com o cadastro no Itaú Unibanco S.A., Instituição Financeira Escriturária das ações de emissão da Companhia.

c) Eventual incidência de atualização e juros sobre os dividendos e juros sobre capital próprio

Não se aplica.

d) Data da declaração de pagamento dos dividendos e juros sobre capital próprio considerada para identificação dos acionistas que terão direito ao seu recebimento

Os pagamentos foram efetuados no decorrer do ano de 2024, conforme item “a”.

6- Caso tenha havido declaração de dividendos ou juros sobre capital próprio com base em lucros apurados em balanços semestrais ou em períodos menores: a) informar o montante dos dividendos ou juros sobre capital próprio já declarados; b) Informar a data dos respectivos pagamentos

Segue abaixo a tabela informativa dos montantes e datas de pagamentos de dividendos e juros sobre capital próprio já declarados nos últimos 3 exercícios:

Dividendos e Juros sobre Capital Próprio a pagar ("JCP")	Valor por ação (em Reais)	Data do pagamento	Controladora e Consolidado
Dividendos e JCP a pagar em 31 de dezembro de 2022			21.012
Dividendos e JCP declarados			
JCP declarados referente ao exercício de 2023	0,18000	09/05/2023	14.414
JCP declarados referente ao exercício de 2023	0,20000	18/07/2023	16.016
JCP declarados referente ao exercício de 2023	0,27000	24/10/2023	21.635
JCP declarados referente ao exercício de 2023	0,30700	01/12/2023	24.600
Total de JCP declarados em 2023			76.665
Dividendos e JCP pagos			
Pagamento de JCP declarados referente ao exercício de 2022	0,26303	31/01/2023	(21.007)
Pagamento de JCP declarados referente ao exercício de 2023	0,18000	22/05/2023	(14.414)
Pagamento de JCP declarados referente ao exercício de 2023	0,20000	31/07/2023	(16.016)

Pagamento de JCP declarados referente ao exercício de 2023	0,27000	08/11/2023	(21.635)
Pagamento de JCP declarados referente ao exercício de 2023	0,30700	14/12/2023	(24.597)
Total de JCP pagos em 2023			(97.669)
Dividendos e JCP a pagar em 31 de dezembro de 2023			8
Dividendos adicionais propostos ⁽¹⁾	0,30759	31/12/2023	24.646
Pagamento de dividendos declarados referente ao exercício de 2023	0,30759	29/04/2024	(24.643)
JCP declarados referente ao exercício de 2024	0,34000	21/05/2024	27.343
Pagamento de JCP declarados referente ao exercício de 2024	0,34000	07/06/2024	(27.334)
JCP declarados referente ao exercício de 2024	0,44000	16/07/2024	35.263
Pagamento de JCP declarados referente ao exercício de 2024	0,44000	15/08/2024	(35.227)
JCP declarados referente ao exercício de 2024	0,53000	15/10/2024	42.310
Pagamento de JCP declarados referente ao exercício de 2024	0,53000	14/11/2024	(42.225)
JCP declarados referente ao exercício de 2024	0,16000	23/12/2024	12.689
Saldo em 31 de dezembro de 2024			12.830

7- Fornecer tabela comparativa indicando os seguintes valores por ação de cada espécie e classe: a) Lucro líquido do exercício e dos 3 (três) exercícios anteriores; b) Dividendo e juro sobre capital próprio distribuído nos 3 (três) exercícios anteriores

Montante Global	2024	2023	2022
Lucro Líquido	380.914	213.286	24.479
Dividendos	-	24.646	-
Juros sobre Capital Próprio	117.605	76.665	21.000
Total Distribuído	117.605	101.311	21.000
Montante por ação ON (R\$)	2024	2023	2022
Lucro Líquido	4,76	2,67	0,31
Dividendos	-	0,31	-
Juros sobre Capital Próprio	1,47	0,96	0,26
Total Distribuído	1,47	1,27	0,26

8- Havendo destinação de lucros à reserva legal: a) identificar o montante destinado à reserva legal; b) detalhar a forma de cálculo da reserva legal

Foram destinados 5% do lucro líquido do exercício para a reserva legal, no valor de **R\$19.045.660,25** (dezenove milhões, quarenta e cinco mil, seiscentos e sessenta reais e vinte e cinco centavos).
Lucro líquido do exercício: R\$380.913.205,07
Constituição da reserva legal: 5%
Reserva legal: R\$19.045.660,25

9- Caso a Companhia possua ações preferenciais com direito a dividendos fixos ou mínimos: a) descrever a forma de cálculos dos dividendos fixos ou mínimos; b) informar se o lucro do exercício é suficiente para o pagamento integral dos dividendos fixos ou mínimos; c) identificar se eventual parcela não paga é cumulativa; d) identificar o valor global dos dividendos fixos ou mínimos a serem pagos a cada classe de ações preferenciais; e) identificar os dividendos fixos ou mínimos a serem pagos por ação preferencial de cada classe

Não se aplica, pois a Companhia não possui ações preferenciais.

10- Em relação ao dividendo obrigatório

a) Descrever a forma de cálculo prevista no estatuto

Conforme a alínea 'b' do Artigo 38 do Estatuto Social da Companhia, o pagamento de dividendo obrigatório não poderá ser inferior, em cada exercício, a 25% (vinte e cinco por cento) do Lucro Líquido anual.

b) Informar se ele está sendo pago integralmente

Sim.

c) Informar o montante eventualmente retido

Não se aplica, já que a Companhia não reteve

11- Havendo retenção do dividendo obrigatório devido à situação financeira da Companhia: a) informar o montante da retenção; b) descrever, pormenorizadamente, a situação financeira da Companhia, abordando, inclusive, aspectos relacionados à análise de liquidez, ao capital de giro e fluxos de caixa positivos; c) justificar a retenção dos dividendos

Não há montante retido.

12- Havendo destinação de resultado para reserva de contingências: a) Identificar o montante destinado à reserva; b) Identificar a perda considerada provável e sua causa; c) Identificar o montante destinado à reserva; d) Explicar porque a perda foi considerada provável

Não se aplica, pois não temos reservas para contingências.

13- Havendo destinação de resultado para reserva de lucros a realizar: a) Informar o montante destinado à reserva de lucros a realizar; b) Informar a natureza dos lucros não realizados que deram origem à reserva

Não se aplica.

14- Havendo destinação de resultado para reservas estatutárias: a) descrever as cláusulas estatutárias que estabelecem a reserva; b) Identificar o montante destinado à reserva; c) descrever como o montante foi calculado

Não se aplica.

15- Havendo retenção de lucros prevista em orçamento de capital:**a) Identificar o montante da retenção**

A Administração da Companhia entende como necessária a manutenção das Reservas de Investimentos nos níveis atuais, incorporadas as retenções de lucros auferidos no exercício de 2024, às quais serão acrescidas à geração operacional de caixa do exercício de 2025 para suporte ao plano de expansão que será implementado ao longo do exercício. O valor destinado à reserva de investimentos em 2024 foi de R\$244.263.034,51 (duzentos e quarenta e quatro milhões, duzentos e sessenta e três mil, trinta e quatro reais e cinquenta e um centavos).

b) Fornecer cópia do orçamento de capital

Atendendo ao previsto no parágrafo 2º, do artigo 196, da Lei nº 6.404/76, submete-se a seguinte proposta de Orçamento de Capital da Valid à Assembleia Geral Ordinária para o exercício de 2024, no valor de **R\$105.600.000,00** (cento e cinco milhões e seiscentos mil reais) conforme fontes de financiamento abaixo:

Fontes de recursos – R\$ milhões	2024
Retenção de lucros do exercício de 2024	-
Recursos próprios ou de terceiros	105,6
Total das fontes de recursos	105,6

A seguir é apresentado o resumo das aplicações do Orçamento de Capital para o exercício de 2024:

Investimentos	2024
V/ID	58,0
V/Mobile	26,2
V/Pay	21,3
Total	105,6

16- Havendo destinação de resultado para a reserva de incentivos fiscais:**a) Informar o montante destinado à reserva;**

Não se aplica.

b) Explicar a natureza da destinação

Não se aplica.

Anexo 3
Remuneração dos Administradores

Item 8 do Formulário de Referência

A administração da Companhia propõe que a remuneração global anual dos administradores, para o exercício social de 2025 (período de janeiro a dezembro), no valor total de R\$ 20.392.117,65.

2025	Previsto AGO 2025 (jan/25 a dez/25)
Conselho de Administração	R\$ 2.803.411,75
Diretoria Estatutária	R\$ 17.588.705,90
Total	R\$ 20.392.117,65

Para fins de comparação, a Companhia disponibiliza a seguir tabela sumária com o montante anual consolidado, segregado por órgão, apresentando: (i) os valores aprovados na Assembleia Geral Ordinária realizada em 17 de abril de 2024, e (ii) os valores realizados, conforme divulgados nas demonstrações financeiras da Companhia em 31 de dezembro de 2024.

2024	Previsto AGO 2024 (jan/24 a dez/24)	Realizado 2024 (jan/24 a dez/24)
Conselho de Administração	R\$2.628.852,36	R\$ 2.643.082,66
Diretoria Estatutária	R\$ 18.538.322,09	R\$ 17.895.055,70
Total	R\$ 21.167.174,45	R\$ 20.538.138,36

A seguir, a Companhia também disponibiliza tabela com o montante anual consolidado, segregado por órgão, apresentando: (i) os valores aprovados na Assembleia Geral Ordinária realizada em 17 de abril de 2024, e (ii) os valores propostos para o exercício social de 2025:

Proposta 2024 x 2025	Proposta AGO 2024 (jan/24 a dez/24)	Proposta AGO 2025 (jan/25 a dez/25)
Conselho de Administração	R\$ 2.628.852,36	R\$ 2.803.411,75
Diretoria Estatutária	R\$ 18.538.322,09	R\$ 17.588.705,90
Total	R\$ 21.167.174,45	R\$ 20.392.117,65

(i) O valor proposto para o exercício social de 2025 é 4% abaixo da proposta de 2024.

8. Remuneração dos administradores

8.1 A Política de Remuneração dos Administradores tem por objetivo estabelecer diretrizes de fixação da remuneração dos administradores, membro do comitê fiscal e membros dos comitês de assessoramento da Companhia, de forma a atrair, reter profissionais alinhados às nossas competências e valores, bem como motivá-los a atingir resultados e criar valor para nossos acionistas e stakeholders.

a) objetivos da política ou prática de remuneração, informando se a política de remuneração foi formalmente aprovada, órgão responsável por sua aprovação, data da aprovação e, caso o emissor divulgue a política, locais na rede mundial de computadores onde o documento pode ser consultado:

A Companhia tem uma cultura corporativa sólida e uma gestão focada em três pilares: (i) busca pela eficiência, (ii) foco no cliente e (iii) valorização das pessoas.

A Política de Remuneração da Administração da Companhia, com o fim de estabelecer as diretrizes que deverão ser observadas e, conseqüentemente, aplicadas para determinar a remuneração dos Diretores Estatutários e membros do Conselho de Administração da Companhia, bem como dos comitês de assessoramento desse órgão, estatutários ou não, de forma a atrair e reter profissionais alinhados com as nossas competências e valores, bem como motivá-los a atingir resultados e criar valor para Companhia A referida política encontra-se disponível nas páginas da Companhia <https://ri.valid.com/governanca-corporativa/estatuto-politicas-e-codigos/>.

b. práticas e procedimentos adotados pelo conselho de administração para definir a remuneração individual do conselho de administração e da diretoria, indicando:

(i) os órgãos e comitês do emissor que participam do processo decisório, identificando de que forma participam

Cabe ao Conselho de Administração efetuar a distribuição da verba global anual entre os Conselheiros e Diretores Estatutários, após considerar o parecer do Comitê de Remuneração. Vale ressaltar que se incluem na verba global anual a remuneração fixa, incentivos de curto e longo prazo.

(ii) critérios e metodologia utilizada para a fixação da remuneração individual, indicando se há a utilização de estudos para a verificação das práticas de mercado, e, em caso positivo, os critérios de comparação e a abrangência desses estudos

A remuneração da Companhia é baseada nos seguintes critérios: (i) melhores práticas de mercado; (ii) metas e estratégias de negócios; (iii) interesses dos acionistas na criação de valor sustentável e de longo prazo; (iv) visão, missão e valores da Companhia.

Para obtenção de uma boa verificação das práticas de mercado, a Companhia utiliza pesquisa de remuneração total, realizado por empresa líder de mercado, com periodicidade anual, desde o nível executivo até o operacional. A Companhia busca empresas com as mesmas características de tamanho, faturamento e estrutura de capital para adequação de comparabilidade de pacotes de remuneração total, incluídos neste os seguintes elementos: salário base anual, outros proventos garantidos, tais como férias e 13º salário, incentivos de curto e longo prazo, além dos benefícios.

(iii) com que frequência e de que forma o conselho de administração avalia a adequação da política de remuneração do emissor

Com base nos dados acima, o Conselho de Administração, baseado no parecer do Comitê de Remuneração, avalie e toma as decisões pertinentes com periodicidade anual.

c) composição da remuneração, indicando: (i) descrição dos elementos da remuneração e os objetivos de cada um deles; (ii) razões que justificam a composição da remuneração (iii) a existência de membros não remunerados pelo emissor e a razão para esse fato.

(i) Descrição dos elementos e objetivos da remuneração:

CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

Os membros do Conselho de Administração fazem jus a uma remuneração fixa mensal, balizada nas práticas de mercado, que tem como objetivo compensá-los pelos serviços prestados e reconhecer o valor da sua experiência pessoal, bem como a responsabilidade do seu cargo na Companhia.

Além da remuneração descrita acima, os membros do Conselho de Administração são reembolsados, pela Companhia, de todas as despesas de locomoção e estada necessárias ao desempenho de suas funções.

DIRETORIA

A remuneração total dos Diretores da Companhia é composta por cinco elementos:

- Remuneração Fixa: tem por objetivo reconhecer e refletir o valor do cargo exercido na Companhia, bem como o desempenho individual, experiência, formação e conhecimento do executivo;
- Outros Proventos garantidos: abrangidos pelos pagamentos garantidos em função da legislação vigente, tais como férias e 13º salário;
- Benefícios: que visem complementar benefícios da assistência social pública e dar segurança aos diretores e seus familiares dentro das práticas usuais do mercado, assegurando as perfeitas condições para o desempenho do cargo;
- Remuneração Variável: premiar o atingimento e superação de metas da Companhia e individuais, alinhadas ao orçamento, planejamento estratégico e mercado;
- Programa de Outorga de Ações da Companhia, com base no Plano de Incentivo de Longo Prazo da Companhia: reforçar a retenção dos executivos chave, atração de talentos e alinhar seus interesses com os dos acionistas, na criação de valor para o negócio de forma sustentável e no longo prazo.

Como metodologia de cálculo de reajuste de cada um dos elementos da remuneração dos administradores, a Companhia se baseia na verificação das boas práticas de mercado, obtida periodicamente através de pesquisas de remuneração total, considerando as seguintes combinações:

- Porte similar em termos de faturamento;
- Quantidade similar de funcionários;
- Estrutura de capital similar;

A remuneração fixa é baseada na mediana de mercado e reajustada anualmente, conforme convenção ou dissídio coletivo da categoria, e sempre que couber em função do desempenho

individual e outros fatores tais como potencial do executivo, habilidades específicas, experiência na função e riscos de retenção.

A remuneração variável é determinada em função dos resultados atingidos em relação aos “targets” do programa (em Reais ou em múltiplos de salários-base) e geralmente, baseia-se em metas de 3 esferas: Empresa, Unidade de Negócio ou Área, possibilitando, também, a mensuração do desempenho individual através de metas qualitativas.

Os benefícios oferecidos pela Companhia seguem as práticas de mercado. Aos diretores são concedidos os seguintes benefícios:

- Plano de Previdência Privada
- Plano de saúde
- Seguro de vida
- Auxílio funeral
- Vale refeição
- Cesta básica

CONSELHO FISCAL

Quando o Conselho Fiscal da Companhia se encontrar em funcionamento, os seus membros farão jus a uma remuneração fixa mensal estabelecida pela Assembleia Geral, que não poderá ser inferior a, no mínimo, 10% (dez por cento) da remuneração que, em média, for atribuída a cada diretor, não computados benefícios e remuneração variável.

Além da remuneração acima descrita, os membros do Conselho Fiscal, conforme prevê a legislação vigente, também são reembolsados, pela Companhia, de todas as despesas de locomoção e estada necessárias ao desempenho de suas funções.

COMITÊS

Os membros do Comitê de Auditoria Estatutário e dos demais comitês de assessoramento ao Conselho de Administração que não sejam membros do Conselho de Administração recebem uma remuneração fixa a título de honorários.

Em nenhuma hipótese, no entanto, os membros do Comitê farão jus a remuneração variável ou plano de entrega de ações ou de outorga de opções de compra ou subscrição de ações. Da mesma forma, os Diretores e membros do Conselho de Administração não farão jus a qualquer remuneração adicional em virtude da sua eventual participação nos Comitês de Assessoramento da Companhia.

Metodologia de cálculo e de reajuste dos elementos da remuneração:

Os valores de remuneração pagos pela Companhia aos seus administradores são comparados periodicamente com o mercado, por meio de pesquisas, de forma que se possa aferir a sua competitividade e eventualmente avaliar a necessidade de se realizar reajuste em algum dos componentes da remuneração. Especificamente no caso dos diretores estatutários, a remuneração fixa também é reajustada com base nos indicadores públicos de inflação, limitado ao teto do acordo sindical.

Principais indicadores de desempenho que são levados em consideração na determinação de cada elemento da remuneração:

Para a determinação dos itens de remuneração variável da diretoria estatutária da Companhia as métricas utilizadas para tal são, principalmente, crescimento EBITDA e Faturamento, assim como metas individuais.

(ii) Proporção de cada elemento na remuneração total**CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO:**

Tipo de Remuneração:	2022	2023	2024
Fixa	99%	99%	99%
Variável	0%	0%	0%
Benefícios	1%	1%	1%
Total	100%	100%	100%

DIRETORES ESTATUTÁRIOS:

Tipo de Remuneração:	2022	2023	2024
Fixa	37%	38%	30%
Variável	58%	58%	67%
Benefícios	5%	4%	3%
Total	100%	100%	100%

CONSELHO FISCAL:

Tipo de Remuneração:	2022	2023	2024
Fixa	100%	100%	100%
Variável	0%	0%	0%
Benefícios	0%	0%	0%
Total	100%	100%	100%

(ii) Razões que justificam a composição da remuneração:

A composição da remuneração visa à atração e retenção de profissionais adequados às necessidades da Companhia e considera as composições referenciais de mercado à época da contratação de cada profissional específico, baseado em suas experiências e capacidade técnica.

(iii) A existência de membros não remunerados pelo emissor e a razão para esse fato:

Não existem membros não remunerados pela Companhia.

d) existência de remuneração suportada por subsidiárias, controladas ou controladores diretos ou indiretos:

Os membros do Conselho de Administração e a Diretoria estatutária não recebem remuneração suportadas por empresas subsidiárias ou controladas. A Companhia não possui acionista controlador.

e) existência de qualquer remuneração ou benefício vinculado à ocorrência de determinado evento societário, tal como a alienação do controle societário do emissor:

Não há qualquer remuneração ou benefício vinculado à ocorrência de determinado evento societário.

8.2 Remuneração do Conselho de Administração, Diretoria Estatutária e Conselho Fiscal

Remuneração total prevista para Exercício Social findo em 31/12/2025 - Valores Anuais				
	Conselho de Administração	Diretoria Estatutária	Conselho Fiscal	Total
Nº de membros / Nº de membros remunerados (1)	5	4	3	12
Salário ou Pró Labore	2.764.692,00	5.329.450,28	568.736,64	8.662.878,92
Benefícios direto e indireto (2)	38.719,75	593.497,63	0	632.217,38
Participações em comitês	0,00	0,00	0,00	0,00
Outros (3)	0,00	0,00	0,00	0,00
Descrição de outras remunerações fixas	0,00	0,00	0,00	0,00
Remuneração variável	0,00	7.980.792,44	0,00	7.980.792,44
Bônus	0,00	2.314.242,32	0,00	2.314.242,32
Participação de Resultados	0,00	5.666.550,12	0,00	5.666.550,12
Participação em reuniões	0,00	0,00	0,00	0,00
Comissões	0,00	0,00	0,00	0,00
Outros (4)	0,00	0,00	0,00	0,00
Descrição de outras remunerações variáveis	0,00	0,00	0,00	0,00

Pós-emprego (PGBL)	0,00	0,00	0,00	0,00
Cessação do cargo	0,00	880.000,00	0,00	880.000,00
Baseada em ações (5)	0,00	2.804.965,55	0,00	2.804.965,55
Observação	Conforme disposto no OFÍCIO- CIRCULAR/CVM/SEP/Nº 03/2019, o número de membros do Conselho de Administração, da Diretoria Estatutária e do Conselho Fiscal (letra “b”) foram apurados de acordo com a média anual do número de membros de cada órgão apurado mensalmente, com duas casas decimais.	Conforme disposto no OFÍCIO- CIRCULAR/CVM/SEP/Nº 03/2019, o número de membros do Conselho de Administração, da Diretoria Estatutária e do Conselho Fiscal (letra “b”) foram apurados de acordo com a média anual do número de membros de cada órgão apurado mensalmente, com duas casas decimais.	Conforme disposto no OFÍCIO- CIRCULAR/CVM/SEP/Nº 03/2019, o número de membros do Conselho de Administração, da Diretoria Estatutária e do Conselho Fiscal (letra “b”) foram apurados de acordo com a média anual do número de membros de cada órgão apurado mensalmente, com duas casas decimais.	Conforme disposto no OFÍCIO- CIRCULAR/CVM/SEP/Nº 03/2019, o número de membros do Conselho de Administração, da Diretoria Estatutária e do Conselho Fiscal (letra “b”) foram apurados de acordo com a média anual do número de membros de cada órgão apurado mensalmente, com duas casas decimais.
Total da remuneração	2.803.411,75	17.588.705,90	568.736,64	20.960.854,29

Remuneração total para Exercício Social findo em 31/12/2024 – Valores Anuais				
	Conselho de Administração	Diretoria Estatutária	Conselho Fiscal	Total
Nº de membros / Nº de membros remunerados (1)	5,0	4,0	3,0	12,0
Salário ou Pró Labore	2.608.200,00	5.258.485,39	536.544,00	8.403.229,39
Benefícios direto e indireto (2)	34.882,66	483.930,18	0,00	518.812,84
Participações em comitês	0,00	0,00	0,00	0,00
Outros (3)	0,00	0,00	0,00	0,00
Descrição de outras	0,00	0,00	0,00	0,00

remunerações fixas				
Remuneração variável	0,00	9.141.640,13	0,00	9.141.640,13
Bônus	0,00	1.582.157,79	0,00	1.582.157,79
Participação de Resultados	0,00	5.309.482,33	0,00	5.309.482,33
Participação em reuniões	0,00	0	0,00	0,00
Comissões	0,00	0	0,00	0,00
Outros (4)	0,00	2.250.000,00	0,00	2.250.000,00
Descrição de outras remunerações variáveis	0,00	0	0,00	0,00
Pós-emprego (PGBL)	0,00	0	0,00	0,00
Cessação do cargo	0,00	474.000,00	0,00	474.000,00
Baseada em ações (5)	0,00	2.537.000,00	0,00	2.537.000,00
Observação	Conforme disposto no OFÍCIO- CIRCULAR/CVM/SEP/N� 03/2019, o número de membros do Conselho de Administração, da Diretoria Estatutária e do Conselho Fiscal (letra "b") foram apurados de acordo com a média anual do número de membros de cada órgão apurado mensalmente, com duas casas decimais.	Conforme disposto no OFÍCIO- CIRCULAR/CVM/SEP/N� 03/2019, o número de membros do Conselho de Administração, da Diretoria Estatutária e do Conselho Fiscal (letra "b") foram apurados de acordo com a média anual do número de membros de cada órgão apurado mensalmente, com duas casas decimais.	Conforme disposto no OFÍCIO- CIRCULAR/CVM/SEP/N� 03/2019, o número de membros do Conselho de Administração, da Diretoria Estatutária e do Conselho Fiscal (letra "b") foram apurados de acordo com a média anual do número de membros de cada órgão apurado mensalmente, com duas casas decimais.	Conforme disposto no OFÍCIO- CIRCULAR/CVM/SEP/N� 03/2019, o número de membros do Conselho de Administração, da Diretoria Estatutária e do Conselho Fiscal (letra "b") foram apurados de acordo com a média anual do número de membros de cada órgão apurado mensalmente, com duas casas decimais.
Total da remuneração	2.643.082,66	17.895.055,70	536.544,00	21.074.682,36

- (1) Foi apurado de acordo com a média anual do número de membros de cada órgão apurado mensalmente;
- (2) O benefício informado no quadro acima, pertinente ao Conselho de Administração, refere-se ao plano de saúde pago pela Companhia, cujo beneficiário é o Presidente do Conselho, Sr. Sidney Levy;

- (3) A Companhia esclarece que, o valor referente a encargos sociais não foi informado neste item por conta do entendimento do Colegiado da CVM no Processo nº 19957.007457/2018-10, incluído no Ofício Circular CVM/SEP nº 01/21. [Para efeito comparativo da proposta de remuneração do ano corrente com os exercícios anteriores, a Companhia informou o valor dos encargos no item 13.16]”;
- (4) A Companhia esclarece que, conforme orientação contida no Ofício Anual SEP, os valores de remuneração informados deverão ser líquidos de encargos sociais que sejam ônus do empregador
- (5) A Companhia esclarece que os valores informados na linha de remuneração baseada em ações, se referem aos valores que deverão ser provisionados no resultado do exercício, em consonância com cálculo matemático de *fair value* elaborado por empresa de consultoria especializada.

Remuneração total para Exercício Social findo em 31/12/2023 - Valores Anuais

	Conselho de Administração	Diretoria Estatutária	Conselho Fiscal	Total
Nº de membros / Nº de membros remunerados (1)	5	4	3	12
Salário ou Pró Labore	1.866.833,01	4.896.513,26	440.056,68	7.203.402,95
Benefícios direto e indireto (2)	28.562,64	567.025,26	0,00	595.587,90
Participações em comitês	0,00	0,00	0,00	0,00
Outros (3)	0,00	0,00	0,00	0,00
Descrição de outras remunerações fixas	0,00	0,00	0,00	0,00
Remuneração variável	0,00	6.878.481,75	0,00	6.878.481,75
Bônus	0,00	1.214.848,25	0,00	1.214.848,25
Participação de Resultados	0,00	5.663.633,50	0,00	5.663.633,50
Participação em reuniões	0,00	0,00	0,00	0,00
Comissões	0,00	0,00	0,00	0,00
Outros (4)	0,00	0,00	0,00	0,00
Descrição de outras	0,00	0,00	0,00	0,00

remunerações variáveis				
Pós-emprego (PGBL)	0,00	0,00	0,00	0,00
Cessação do cargo	0,00	106.764,24	0,00	106.764,24
Baseada em ações (5)	0,00	871.743,28	0,00	871.743,28
Observação	Conforme disposto no OFÍCIO- CIRCULAR/CVM/SEP/Nº 03/2019, o número de membros do Conselho de Administração, da Diretoria Estatutária e do Conselho Fiscal (letra "b") foram apurados de acordo com a média anual do número de membros de cada órgão apurado mensalmente, com duas casas decimais.	Conforme disposto no OFÍCIO- CIRCULAR/CVM/SEP/Nº 03/2019, o número de membros do Conselho de Administração, da Diretoria Estatutária e do Conselho Fiscal (letra "b") foram apurados de acordo com a média anual do número de membros de cada órgão apurado mensalmente, com duas casas decimais.	Conforme disposto no OFÍCIO- CIRCULAR/CVM/SEP/Nº 03/2019, o número de membros do Conselho de Administração, da Diretoria Estatutária e do Conselho Fiscal (letra "b") foram apurados de acordo com a média anual do número de membros de cada órgão apurado mensalmente, com duas casas decimais.	Conforme disposto no OFÍCIO- CIRCULAR/CVM/SEP/Nº 03/2019, o número de membros do Conselho de Administração, da Diretoria Estatutária e do Conselho Fiscal (letra "b") foram apurados de acordo com a média anual do número de membros de cada órgão apurado mensalmente, com duas casas decimais.
Total da remuneração	1.895.395,65	13.320.527,79	440.056,68	15.655.980,12

- (1) Foi apurado de acordo com a média anual do número de membros de cada órgão apurado mensalmente;
- (2) O benefício informado no quadro acima, pertinente ao Conselho de Administração, refere-se ao plano de saúde pago pela Companhia, cujo beneficiário é o Presidente do Conselho, Sr. Sidney Levy;
- (3) A Companhia esclarece que, o valor referente a encargos sociais não foi informado neste item por conta do entendimento do Colegiado da CVM no Processo nº 19957.007457/2018-10, incluído no Ofício Circular CVM/SEP nº 01/21. [Para efeito comparativo da proposta de remuneração do ano corrente com os exercícios anteriores, a Companhia informou o valor dos encargos no item 13.16]";
- (4) A Companhia esclarece que, conforme orientação contida no Ofício Anual SEP, os valores de remuneração informados deverão ser líquidos de encargos sociais que sejam ônus do empregador
- (5) A Companhia esclarece que os valores informados na linha de remuneração baseada em ações, se referem aos valores que deverão ser provisionados no resultado do exercício, em

consonância com cálculo matemático de *fair value* elaborado por empresa de consultoria especializada.

Remuneração total para Exercício Social findo em 31/12/2022 - Valores Anuais

	Conselho de Administração	Diretoria Estatutária	Conselho Fiscal	Total
Nº de membros / Nº de membros remunerados (1)	5	4	3	12
Salário ou Pró Labore	1.680.000,00	5.488.575,51	382.680,00	7.551.255,51
Benefícios direto e indireto (2)	26.475,60	873.131,93		899.607,53
Participações em comitês	0,00	0,00	0,00	0,00
Outros (3)	0,00	0,00	0,00	0,00
Descrição de outras remunerações fixas	0,00	0,00	0,00	0,00
Remuneração variável	0,00	5.451.502,43	0,00	5.451.502,43
Bônus		1.112.539,29	0,00	1.112.539,29
Participação de Resultados		4.338.963,14	0,00	4.338.963,14
Participação em reuniões	0,00	0,00	0,00	0,00
Comissões	0,00	0,00	0,00	0,00
Outros (4)	0,00	0,00	0,00	0,00
Descrição de outras remunerações variáveis	0,00	0,00	0,00	0,00
Pós-emprego (PGBL)	0,00	0,00	0,00	0,00
Cessação do cargo	0,00	0,00	0,00	0,00
Baseada em ações (5)	0,00	3.165.956,00	0,00	3.165.956,00

Observação	Conforme disposto no OFÍCIO- CIRCULAR/CVM/SEP/Nº 03/2019, o número de membros do Conselho de Administração, da Diretoria Estatutária e do Conselho Fiscal (letra "b") foram apurados de acordo com a média anual do número de membros de cada órgão apurado mensalmente, com duas casas decimais.	Conforme disposto no OFÍCIO- CIRCULAR/CVM/SEP/Nº 03/2019, o número de membros do Conselho de Administração, da Diretoria Estatutária e do Conselho Fiscal (letra "b") foram apurados de acordo com a média anual do número de membros de cada órgão apurado mensalmente, com duas casas decimais.	Conforme disposto no OFÍCIO- CIRCULAR/CVM/SEP/Nº 03/2019, o número de membros do Conselho de Administração, da Diretoria Estatutária e do Conselho Fiscal (letra "b") foram apurados de acordo com a média anual do número de membros de cada órgão apurado mensalmente, com duas casas decimais.	Conforme disposto no OFÍCIO- CIRCULAR/CVM/SEP/Nº 03/2019, o número de membros do Conselho de Administração, da Diretoria Estatutária e do Conselho Fiscal (letra "b") foram apurados de acordo com a média anual do número de membros de cada órgão apurado mensalmente, com duas casas decimais.
Total da remuneração	1.706.475,60	14.979.165,87	382.680,00	17.068.321,47

- (1) Foi apurado de acordo com a média anual do número de membros de cada órgão apurado mensalmente;
- (2) O benefício informado no quadro acima, pertinente ao Conselho de Administração, refere-se ao plano de saúde pago pela Companhia, cujo beneficiário é o Presidente do Conselho, Sr. Sidney Levy;
- (3) A Companhia esclarece que, o valor referente a encargos sociais não foi informado neste item por conta do entendimento do Colegiado da CVM no Processo nº 19957.007457/2018-10, incluído no Ofício Circular CVM/SEP nº 01/21. [Para efeito comparativo da proposta de remuneração do ano corrente com os exercícios anteriores, a Companhia informou o valor dos encargos no item 13.16]";
- (4) A Companhia esclarece que, conforme orientação contida no Ofício Anual SEP, os valores de remuneração informados deverão ser líquidos de encargos sociais que sejam ônus do empregador
- (5) A Companhia esclarece que os valores informados na linha de remuneração baseada em ações, se referem aos valores que deverão ser provisionados no resultado do exercício, em consonância com cálculo matemático de *fair value* elaborado por empresa de consultoria especializada.

8.3 Remuneração variável do Conselho de Administração, Diretoria Estatutária e Conselho Fiscal

2025				
	Conselho Fiscal	Conselho de Administração	Diretoria Estatutária	Total
Nº de membros* / Nº de membros remunerados*	3	5	4	12
PARTICIPAÇÃO NOS RESULTADOS				
Valor Mínimo Previsto	0,00	0,00	1.888.850,04	2.384.392,07
Valor Máximo Previsto	0,00	0,00	5.666.550,12	7.153.176,20
Valor Previsto caso as metas estabelecidas fossem atingidas	0,00	0,00	3.777.700,08	4.768.784,13
BÔNUS				
Valor Mínimo Previsto	0,00	0,00	0,00	0,00
Valor Máximo Previsto	0,00	0,00	2.314.242,32	1.275.828,75
Valor Previsto caso as metas estabelecidas fossem atingidas	0,00	0,00	1.416.637,53	637.914,38

2024	Conselho Fiscal	Conselho de Administração	Diretoria Estatutária	Total
Nº de membros* / Nº de membros remunerados*	3	5	4	12
PARTICIPAÇÃO NOS RESULTADOS				
Valor Mínimo Previsto	0,00	0,00	2.384.392,07	2.384.392,07
Valor Máximo Previsto	0,00	0,00	7.153.176,20	7.153.176,20
Valor Previsto caso as metas estabelecidas fossem atingidas	0,00	0,00	4.768.784,13	4.768.784,13
Valor efetivamente reconhecido no resultado do exercício social	0,00	0,00	5.309.482,33	5.309.482,33
BÔNUS				
Valor Mínimo Previsto	0,00	0,00	0,00	0,00
Valor Máximo Previsto	0,00	0,00	1.275.828,75	1.275.828,75
Valor Previsto caso as metas estabelecidas fossem atingidas	0,00	0,00	637.914,38	637.914,38
Valor efetivamente reconhecido no resultado do exercício social	0,00	0,00	1.582.157,79	1.582.157,79

* A Companhia esclarece que o valor efetivamente reconhecido excede o valor máximo previsto devido a mudança de CEO.

2023	Conselho Fiscal	Conselho de Administração	Diretoria Estatutária	Total
Nº de membros* / Nº de membros remunerados*	3	5	4	12
PARTICIPAÇÃO NOS RESULTADOS				
Valor Mínimo Previsto	0,00	0,00	1.794.544,50	1.794.544,50
Valor Máximo Previsto	0,00	0,00	5.383.633,50	5.383.633,50
Valor Previsto caso as metas estabelecidas fossem atingidas	0,00	0,00	3.589.089,00	3.589.089,00
Valor efetivamente reconhecido no resultado do exercício social	0,00	0,00	5.663.633,50	5.663.633,50
BÔNUS				
Valor Mínimo Previsto	0,00	0,00	0,00	0,00
Valor Máximo Previsto	0,00	0,00	1.275.828,75	1.275.828,75
Valor Previsto caso as metas estabelecidas fossem atingidas	0,00	0,00	637.914,38	637.914,38
Valor efetivamente reconhecido no resultado do exercício social	0,00	0,00	1.214.848,25	1.214.848,25

* A Companhia esclarece que o valor efetivamente reconhecido excede o valor máximo previsto devido ao desligamento do CFO e posterior substituição do mesmo.

2022	Conselho Fiscal	Conselho de Administração	Diretoria Estatutária	Total
Nº de membros* / Nº de membros remunerados*	3	5	4	12
PARTICIPAÇÃO NOS RESULTADOS				
Valor Mínimo Previsto	0,00	0,00	335.183,00	335.183,00
Valor Máximo Previsto	0,00	0,00	335.183,00	335.183,00
Valor Previsto caso as metas estabelecidas fossem atingidas	0,00	0,00	335.183,00	335.183,00
Valor efetivamente reconhecido no	0,00	0,00	4.338.963,14	4.338.963,14

resultado do exercício social				
BÔNUS				
Valor Mínimo Previsto	0,00	0,00	960.307,90	960.307,90
Valor Máximo Previsto	0,00	0,00	4.801.539,50	4.801.539,50
Valor Previsto caso as metas estabelecidas fossem atingidas	0,00	0,00	3.201.026,33	3.201.026,33
Valor efetivamente reconhecido no resultado do exercício social	0,00	0,00	1.112.539,29	1.112.539,29

* A Companhia esclarece que o número total de membros é igual ao número total de membros remunerados

8.4 Em relação ao plano de remuneração baseado em ações do conselho de administração e da diretoria estatutária, em vigor no último exercício social e previsto para o exercício social corrente:

A Companhia possui atualmente um plano de opção de compra de ações e um plano de remuneração baseado em ações – *matching shares* e ações restritas, que denominamos mais à frente como “Plano 1” e “Plano 2” respectivamente, ambos vigentes e aprovados em assembleia geral ordinária e extraordinária realizada em 29 de abril de 2021.

DESCRIÇÃO DO PLANO 1

a. termos e condições gerais

O Plano de Opção de Compra de Ações (“Plano 1”) é administrado pelo Comitê de Remuneração da Companhia, o qual tem competência privativa para criar, periodicamente, programas de Opções de Compra de Ações, nos quais serão definidos:

- (i) os beneficiários dos programas;
- (ii) o número e a espécie de ações da Companhia objeto de cada outorga a ser realizada sob tais programas;
- (iii) o preço de exercício de cada opção, observado o disposto no item 5 do Plano 1;
- (iv) os prazos de carência durante os quais a opção (no todo ou em parte) não poderá ser exercida;
- (v) os períodos para o exercício e o prazo máximo para o exercício da opção;
- (vi) as normas sobre transferência de opções e quaisquer restrições às ações recebidas em razão do exercício das opções;
- (vii) as regras aplicáveis aos casos de desligamento, aposentadoria, falecimento ou invalidez permanente de beneficiários;
- (viii) eventuais penalidades pelo descumprimento de obrigações;

- (ix) eventuais metas relacionadas à performance global da Companhia, ou quaisquer outras condições para o exercício total ou parcial das opções e a aquisição ou entrega das ações correspondentes; e
- (x) quaisquer outros termos e condições que não sejam contrários ao previsto neste Plano 1.

São elegíveis para participar deste plano os administradores e empregadores da Companhia e de sociedades por ela controladas, com exceção dos membros do Conselho de Administração da Companhia que são impedidos de participar deste plano como beneficiários.

Nenhuma decisão do Comitê de Remuneração da Companhia poderá, excetuados os ajustamentos permitidos por este Plano, (i) aumentar o limite total das ações que possam ser conferidas pelo exercício de opções outorgadas, ou (ii) alterar ou prejudicar quaisquer direitos ou obrigações de qualquer acordo existente sobre opção de compra, sem o consentimento do Beneficiário.

O Comitê de Remuneração da Companhia poderá, a qualquer tempo, (i) alterar ou extinguir este Plano; (ii) prorrogar, mas nunca antecipar, o prazo final para o exercício das opções vigentes no âmbito deste Plano; (iii) antecipar o prazo de carência para o exercício das opções vigentes no âmbito deste Plano; e (iv) estabelecer a regulamentação aplicável aos casos omissos, desde que observado o disposto acima.

O plano entrou em vigor com a sua aprovação pela Assembleia Geral da Companhia e poderá ser extinto, a qualquer tempo, por decisão do Conselho de Administração, sem prejuízo (i) da prevalência das restrições à transferência das ações (ii) ao disposto no item 3.2.1. do plano; e (iii) ao exercício das opções ainda em vigor já outorgadas, podendo neste caso o Conselho de Administração estabelecer um prazo máximo para o respectivo exercício.

b. data de aprovação e órgão responsável

O plano foi aprovado em assembleia geral ordinária e extraordinária realizada em 29 de abril de 2021.

c. número máximo de ações abrangidas

A quantidade total de Ações destinadas ao Plano não poderia ultrapassar a 2,20% (dois inteiros e vinte centésimos por cento) do total de ações representativas do capital social da Companhia existentes na data de sua concessão, sempre levando em consideração, neste total, o efeito da diluição decorrente do exercício de todas as opções concedidas e não exercidas, nos termos de todos os Programas então em vigor.

Uma vez exercida a opção por um Beneficiário, as ações correspondentes serão adquiridas junto ao saldo de ações da Companhia mantidas em tesouraria. Na hipótese de não haver

saldo de ações da Companhia em tesouraria, as ações a serem adquiridas pelo Beneficiário serão objeto de emissão por meio de aumento do capital social da Companhia.

d. número máximo de opções a serem outorgadas

A outorga de opções no âmbito deste Plano 1 deve respeitar o limite máximo de 2,20% (dois inteiros e vinte centésimos por cento) do total de ações representativas do capital social da Companhia existentes na data de sua concessão, sempre levando em consideração, neste total, o efeito da diluição decorrente do exercício de todas as opções concedidas e não exercidas, nos termos de todos os Programas então em vigor.

e. condições de aquisição de ações

O beneficiário adquirirá ações da Companhia, em razão do exercício de opções, mediante o pagamento do correspondente preço de exercício, a ser estabelecido pelo Comitê de Remuneração da Companhia, utilizando-se um dos critérios abaixo estipulados:

- (i) preço de fechamento das ações da Companhia, da mesma espécie objeto da opção, no pregão imediatamente anterior à data da outorga da opção; ou
- (ii) média dos preços de fechamento das referidas ações negociadas na B3 S.A. – Brasil Bolsa Balcão, em determinado período anterior à data da outorga da opção ou à data de admissão do respectivo Beneficiário, a critério do Comitê de Remuneração da Companhia.

f. critérios para fixação do preço de aquisição ou exercício

O beneficiário adquirirá ações da Companhia, em razão do exercício de opções, mediante o pagamento do correspondente preço de exercício, a ser estabelecido pelo Comitê de Remuneração da Companhia, utilizando-se um dos critérios abaixo estipulados:

- (iii) preço de fechamento das ações da Companhia, da mesma espécie objeto da opção, no pregão imediatamente anterior à data da outorga da opção; ou
- (iv) média dos preços de fechamento das referidas ações negociadas na B3 S.A. – Brasil Bolsa Balcão, em determinado período anterior à data da outorga da opção ou à data de admissão do respectivo Beneficiário, a critério do Comitê de Remuneração da Companhia.

g. critérios para fixação do prazo de exercício

As opções poderão ser exercidas total ou parcialmente, durante o prazo e nos períodos fixados nos respectivos contratos.

O beneficiário que desejar exercer suas opções de compra de ações deverá comunicar à Companhia, por escrito, a sua intenção de fazê-lo, indicando a quantidade de opções exercidas, acompanhada do pagamento do preço de exercício correspondente.

Se as opções forem exercidas parcialmente, o titular das opções poderá exercer o remanescente dos direitos decorrentes do contrato dentro dos prazos e nas condições neles estipuladas, ressalvadas as hipóteses previstas neste Plano 1. A parcela das opções que não for exercida nos prazos e condições estipulados será considerada automaticamente extinta, sem direito a indenização.

Os beneficiários estarão sujeitos às regras restritivas ao uso de informações privilegiadas aplicáveis às Companhias abertas em geral e àquelas estabelecidas pela Companhia.

h. forma de liquidação

O Beneficiário que desejar exercer suas opções de compra de ações deverá comunicar à Companhia, por escrito, a sua intenção de fazê-lo, indicando a quantidade de opções exercidas, acompanhada do pagamento do Preço de Exercício correspondente.

Se as opções forem exercidas parcialmente, o titular das opções poderá exercer o remanescente dos direitos decorrentes do Contrato dentro dos prazos e nas condições neles estipuladas. A parcela das opções que não for exercida nos prazos e condições estipulados será considerada automaticamente extinta, sem direito a indenização.

O Preço de Exercício será pago na forma que vier a ser determinada pelo Comitê de Remuneração da Companhia, em cada programa, observada a necessidade de pagamento à vista da parcela mínima de realização de 10% (dez por cento) do preço de exercício.

i. restrições à transferência das ações

Salvo decisão específica em contrário do Comitê de Remuneração da Companhia, o beneficiário somente poderá vender, transferir ou, de qualquer forma, alienar as ações da Companhia adquiridas no âmbito deste Plano 1, bem como aquelas que venham a ser por ele adquiridas em virtude de bonificações, desdobramentos, subscrições ou qualquer outra forma de aquisição que não envolva o desembolso de recursos próprios adicionais do beneficiário, ou ainda valores mobiliários que deem direito à subscrição ou aquisição de ações da Companhia, desde que tais ações ou valores mobiliários tenham decorrido da propriedade das ações da Companhia objeto do Plano 1 (em conjunto, as "Ações"), se atendido o período mínimo de indisponibilidade eventualmente estabelecido, a critério do Comitê de

Remuneração da Companhia, para cada lote de Ações, o qual nunca será superior a 5 (cinco) anos contados da data de aquisição das Ações correspondentes.

Caso venha a ser admitida a integralização a prazo do preço de exercício, enquanto o preço de exercício não for pago integralmente, as Ações adquiridas com o exercício das opções nos termos deste Plano I não poderão ser alienadas a terceiros, salvo mediante prévia autorização do Comitê de Remuneração da Companhia, hipótese em que o produto da venda será destinado prioritariamente à quitação do débito do beneficiário para com a Companhia.

j. critérios e eventos que, quando verificados, ocasionarão a suspensão, alteração ou extinção do plano

Na hipótese de término do contrato de trabalho, término de mandato, destituição ou renúncia ao cargo de administrador, bem como aos casos de aposentadoria, invalidez permanente ou falecimento de beneficiários, o programa irá definir: (i) o tratamento a ser dado às opções outorgadas e não exercidas; (ii) eventual permanência das restrições à disponibilidade das Ações; (iii) a possibilidade de tratamento mais favorável àqueles beneficiários que concordarem em assinar contrato de não competição com a Companhia, cumprindo-o pelo prazo que venha a ser determinado pelo Comitê de Remuneração da Companhia; e (iv) quaisquer outros termos e condições que não sejam contrários ao previsto neste Plano.

Na hipótese de o número de ações em que se divide o capital social da Companhia for aumentado ou diminuído como resultado de bonificações em ações, grupamentos ou desdobramentos, serão feitos ajustamentos apropriados no número de ações objeto de opções outorgadas e não exercidas.

Na hipótese de dissolução, transformação, incorporação, fusão, cisão ou reorganização da Companhia, na qual a Companhia não seja a sociedade remanescente ou, em sendo a sociedade remanescente, deixe de ter suas ações admitidas à negociação em bolsa de valores, as opções dos programas em vigência terão o tratamento que vier a ser determinado pelo Comitê de Remuneração da Companhia.

Na hipótese de hipótese de aquisição do Controle da Companhia, ou aquisição de participação relevante de acionistas na forma definida em seu Estatuto Social e demais regras aplicáveis, o Comitê de Remuneração da Companhia poderá determinar a antecipação do prazo de carência das opções por determinado período, para que possam ser exercidas pelo beneficiário, bem como que as Ações adquiridas pelo beneficiário resultantes deste exercício ficarão livres e desembaraçadas para venda a qualquer momento.

k. efeitos da saída do administrador dos órgãos do emissor sobre seus direitos previstos no plano de remuneração baseado em ações

Na hipótese de término do contrato de trabalho, término de mandato, destituição ou renúncia ao cargo de administrador, bem como aos casos de aposentadoria, invalidez permanente ou falecimento de beneficiários, o programa irá definir: (i) o tratamento a ser dado às opções outorgadas e não exercidas; (ii) eventual permanência das restrições à disponibilidade das Ações; (iii) a possibilidade de tratamento mais favorável àqueles beneficiários que concordarem em assinar contrato de não competição com a Companhia, cumprindo-o pelo prazo que venha a ser determinado pelo Comitê de Remuneração da Companhia; e (iv) quaisquer outros termos e condições que não sejam contrários ao previsto neste Plano.

DESCRIÇÃO DO PLANO 2

a. termos e condições gerais

O Plano de Remuneração Baseado em Ações – *Matching Shares* e Ações Restritas (“Plano 2”) é administrado pelo Comitê de Remuneração da Companhia. O Comitê de Remuneração da Companhia terá amplos poderes, respeitados os termos deste Plano 2 e as diretrizes fixadas pelo Conselho de Administração, para a organização e administração deste plano.

O Comitê de Remuneração da Companhia criará, periodicamente, com base na política de remuneração da Companhia, programas de concessão de ações matching e/ou ações restritas, nos quais determinarão, dentre outras condições:

- (i) os Participantes de tais Programas;
- (ii) a quantidade de ações matching e/ou ações restritas objeto do respectivo programa;
- (iii) a forma de transferência das ações matching e/ou ações restritas, que poderá se dar em lotes;
- (iv) o período aquisitivo (*vesting period*) para a realização da transferência das ações matching e/ou ações restritas;
- (v) restrições à disponibilidade das ações matching restritas e das ações próprias;
- (vi) regras aplicáveis aos casos de desligamento, aposentadoria, falecimento ou invalidez permanente de participantes;
- (vii) eventuais penalidades pelo descumprimento de obrigações; e
- (viii) quaisquer outros termos e condições que não sejam contrários ao previsto neste Plano 2.

São elegíveis para participar deste plano os administradores e empregadores da Companhia e de sociedades por ela controladas, com exceção dos membros do Conselho de Administração da Companhia que são impedidos de participar deste plano como beneficiários.

Nenhuma decisão do Comitê de Remuneração da Companhia poderá, excetuados os ajustes permitidos por este Plano 2, e eventuais adaptações que vierem a ser realizadas em decorrência de alterações implementadas na legislação pertinente, (i) aumentar o limite

total das ações que podem ser concedidas, ou (ii) alterar ou prejudicar quaisquer direitos ou obrigações de um participante, sem seu prévio consentimento, relativos aos pagamentos em ações no âmbito deste plano.

O Comitê de Remuneração da Companhia poderá, a qualquer tempo, sempre observado o disposto acima: (i) alterar ou extinguir este Plano 2; (ii) antecipar eventuais prazos de carência no âmbito deste Plano 2; e (iii) estabelecer a regulamentação aplicável aos casos omissos.

O plano entrou em vigor com a sua aprovação pela Assembleia Geral da Companhia e poderá ser extinto, a qualquer tempo, por decisão do Conselho de Administração, sem prejuízo do direito dos participantes às ações restritas já concedidas e que serão entregues aos participantes nos prazos e condições previstos nos programas correspondentes.

b. data de aprovação e órgão responsável

O plano foi aprovado em assembleia geral ordinária e extraordinária realizada em 29 de abril de 2021.

c. número máximo de ações abrangidas

Não aplicável, tendo em vista que não serão outorgadas opções de ações em decorrência do Plano 2.

d. número máximo de opções a serem outorgadas

Poderão ser entregues aos Participantes, no âmbito deste Plano de Ações, no máximo, 3,5% (três inteiros e cinquenta centésimos por cento) do total de ações representativas do capital social da Companhia existentes nesta data.

Se o número de ações em que se divide o capital social da Companhia for aumentado ou diminuído como resultado de bonificações em ações, grupamentos ou desdobramentos, o Comitê de Remuneração fará os ajustamentos apropriados no número de ações objeto dos Programas e Contratos que ainda não tenham sido transferidas aos participantes.

e. condições de aquisição de ações

As condições de aquisição serão aplicáveis de acordo com o respectivo programa do qual o participante participe, a ser criado, periodicamente, pelo Comitê de Remuneração, com base na política de remuneração da Companhia.

Sujeito à continuidade do vínculo empregatício e/ou estatutário, conforme o caso, do participante com a Companhia até o término do período de carência aplicável e observadas as regras contidas no respectivo programa e em cada contrato, as ações matching e as ações

restritas serão transferidas pela Companhia ao Participante de acordo com os lotes e nos períodos fixados no respectivo Programa e Contrato.

A entrega de ações matching e de ações restritas será realizada a título gratuito aos Participantes.

f. critérios para fixação do preço de aquisição ou exercício

A entrega de ações matching e de ações restritas será realizada a título gratuito aos Participantes. O preço de referência por ação matching e ação restrita, para os fins deste Plano 2, corresponderá à cotação das ações da Companhia na B3 S.A. – Brasil, Bolsa, Balcão no pregão imediatamente anterior à data de transferência das ações matching e das ações restritas.

g. critérios para fixação do prazo de exercício

Sujeito à continuidade do vínculo empregatício e/ou estatutário, conforme o caso, do participante com a Companhia até o término do período de carência aplicável e observadas as regras contidas no respectivo programa e em cada contrato, as ações matching e as ações restritas serão transferidas pela Companhia ao Participante de acordo com os lotes e nos períodos fixados no respectivo Programa e Contrato. E a entrega de ações matching e de ações restritas será realizada a título gratuito aos Participantes.

h. forma de liquidação

Caberá à administração da Companhia tomar todas as providências necessárias para formalizar a transferência das ações matching e das ações restritas objeto do respectivo Contrato ao respectivo participante.

i. restrições à transferência das ações

O Comitê de Remuneração da Companhia poderá estabelecer no Programa a existência ou não de períodos de restrição de transferência das ações recebidas pelo Beneficiário objeto das outorgas do Plano 2. Além disso, o Comitê de Remuneração poderá estabelecer regras para o direito de preferência da Companhia, caso o Participante venha a transferir ou de qualquer forma alienar as ações matching e as ações restritas que lhe forem concedidas.

A transferência das ações matching e/ou ações restritas para o participante somente se dará com o implemento das condições e prazos previstos neste Plano 2, nos programas e nos contratos, de modo que a concessão do direito ao recebimento das ações em si não garante

ao participante quaisquer direitos sobre as ações restritas ou mesmo representa a garantia do seu recebimento

j. critérios e eventos que, quando verificados, ocasionarão a suspensão, alteração ou extinção do plano

Na hipótese de aumento ou diminuição do número de ações em que se divide o capital social da Companhia, serão feitos ajustamentos apropriados no número de ações objeto dos programas e contratos que ainda não tenham sido transferidas aos participantes.

Na hipótese de dissolução, transformação, incorporação, fusão, cisão ou reorganização da Companhia, na qual a Companhia não seja a sociedade remanescente ou, em sendo a sociedade remanescente, deixe de ter suas ações admitidas à negociação em bolsa de valores, os contratos dos programas em vigência, a critério do Comitê de Remuneração da Companhia, poderão: (i) ser transferidos para a Companhia sucessora; (ii) ter seus prazos de carência antecipados; ou (iii) ser mantidos e liquidados em dinheiro.

Na hipótese de aquisição do Controle da Companhia, ou aquisição de participação relevante de acionistas na forma definida em seu Estatuto Social e demais regras aplicáveis, o Comitê de Remuneração da Companhia poderá determinar a antecipação do prazo de entrega das ações restritas, bem como que as ações restritas adquiridas pelo participante, que estejam sujeitas a restrições à sua transferência, ficarão livres e desembaraçadas para venda a qualquer momento, respeitado eventual direito de preferência, se houver.

k. efeitos da saída do administrador dos órgãos do emissor sobre seus direitos previstos no plano de remuneração baseado em ações

O Comitê de Remuneração da Companhia estabelecerá, em cada programa, as regras aplicáveis aos casos de desligamento de Participantes, em virtude do término do contrato de trabalho, término de mandato, destituição ou renúncia ao cargo executivo, bem como aos casos de aposentadoria, invalidez permanente ou falecimento de participantes.

8.5 Remuneração baseada em ações do Conselho de Administração e da Diretoria Estatutária

Os quadros a seguir demonstram as concessões de ações e opções à membros administradores da Companhia dos três últimos exercícios sociais e a prevista para o exercício social corrente e apresentam apenas planos efetivamente outorgados pela Companhia. Outorgas previstas, mas ainda não realizadas, não foram consideradas por não haver a definição sobre datas e quantidades da outorga.

PLANO 1 – OPÇÃO DE COMPRA DE AÇÕES

2025 (prevista)	Conselho de Administração	Diretoria Estatutária	Conselho Fiscal	Total
-----------------	---------------------------	-----------------------	-----------------	-------

Nº total de membros	5	4	3	12
Nº de membros remunerados	0	0	0	0
Preço médio ponderado de exercício de cada um dos seguintes grupos de opções:	-	-	-	-
Em aberto no início do exercício social	0	R\$ 3,86	0	R\$ 3,86
Perdidas e expiradas durante o exercício social	0	0	0	0
Exercidas durante o exercício social	0	0	0	0
Diluição potencial em caso de exercício de todas as opções em aberto	0	0,15%	0	0,15%

Período fiscal com fim em 31/12/2024

2024	Conselho de Administração	Diretoria Estatutária	Conselho Fiscal	Total
Nº total de membros	5	4	3	12
Nº de membros remunerados	0	3	0	3
Preço médio ponderado de exercício de cada um dos seguintes grupos de opções:	-	-	-	-
Em aberto no início do exercício social	0	R\$ 9,74	0	R\$ 9,74
Perdidas e expiradas durante o exercício social	0	0	0	0
Exercidas durante o exercício social	0	R\$ 9,74	0	R\$ 9,74
Diluição potencial em caso de exercício de todas as opções em aberto	0	0,10%	0	0,10%

Período fiscal com fim em 31/12/2023

2023	Conselho de Administração	Diretoria Estatutária	Conselho Fiscal	Total
Nº total de membros	0	3,67	0	3,67
Nº de membros remunerados	0	2	0	2

Preço médio ponderado de exercício de cada um dos seguintes grupos de opções:	0		-	
Em aberto no início do exercício social		R\$ 9,36		R\$ 9,36
Perdidas e expiradas durante o exercício social	0	R\$ 8,93	0	R\$ 8,93
Exercidas durante o exercício social	0	N/A	0	N/A
Diluição potencial em caso de exercício de todas as opções em aberto	0	0,11%	0	0,11%

Período fiscal com fim em 31/12/2022

2022	Conselho de Administração	Diretoria Estatutária	Conselho Fiscal	Total
Nº total de membros	0	4	0	4
Nº de membros remunerados	0	3	0	3
Outorga de opções de compras de ações	N/A	722.500	N/A	722.500
Preço médio ponderado de exercício de cada um dos seguintes grupos de opções:				0
Em aberto no início do exercício social	N/A	8,78	N/A	8,78
Perdidas e expiradas durante o exercício social	N/A	8,78	N/A	8,78
Exercidas durante o exercício social	N/A	8,78	N/A	8,78
Diluição potencial em caso de exercício de todas as opções em aberto	N/A	0,88%	N/A	0,88%

8.6. Em relação à cada outorga de opções de compra de ações realizada nos 3 últimos exercícios sociais e previstas para o exercício social corrente, do conselho de administração e da diretoria estatutária, elaborar tabela com o seguinte conteúdo:

PLANO DE OPÇÕES

Período fiscal com fim em 31/12/2024

Item 8.6	SOP 2024 Diretores	SOP 2024 Gerentes
Nº total de membros	4	4
Nº de membros remunerados	2	1
Data de outorga	20/05/2024	20/05/2024
Quantidade de opções outorgadas	94.791	24.253
Prazo para que as opções se tornem exercíveis	94.791 em 20/05/2025	24.253 em 20/05/2025
Prazo máximo para exercício das opções	94.791 em 20/05/2025	24.253 em 20/05/2025
Prazo de restrição à transferência das ações recebidas em decorrência do exercício das opções	50% - 1 ano 50% - 2 anos	50% - 1 ano 50% - 2 anos
Valor justo das opções na data da outorga	R\$ 7,92	R\$ 1,94
Multiplicação da quantidade de ações outorgadas pelo valor justo das opções na data da outorga	R\$ 750.744,72	R\$ 47.050,82

8.7. Em relação às opções em aberto do conselho de administração e da diretoria estatutária ao final do último exercício social, elaborar tabela com o seguinte conteúdo:

2024	Conselho de Administração	Diretoria Estatutária	Conselho Fiscal	Total
Nº total de membros	5	4	3	12
Nº de membros remunerados	0	4	0	4
Em relação às opções ainda não exercíveis				
i. quantidade	N/A	119.044	N/A	119.044
ii. Data em que se tornarão exercíveis	N/A	20/05/2025	N/A	-
iii. prazo máximo para exercício das opções	N/A	20/05/2025	N/A	-

iv. prazo de restrição à transferência das ações	N/A	50% - 1 ano 50% - 2 anos	N/A	-
v. preço médio ponderado de exercício	N/A	R\$ 3,86	N/A	R\$ 3,86
vi. valor justo das opções no último dia do exercício social	N/A	R\$ 5,42	N/A	R\$ 5,42
Em relação às opções exercíveis				
i. quantidade	N/A	N/A	N/A	-
ii. prazo máximo para exercício das opções	N/A	N/A	N/A	-
iii. prazo de restrição à transferência das ações	N/A	N/A	N/A	-
iv. preço médio ponderado de exercício	N/A	N/A	N/A	-
v. valor justo das opções no último dia do exercício social	N/A	N/A	N/A	-
valor justo do total das opções no último dia do exercício social	N/A	N/A	N/A	-

8.8. Em relação às opções exercidas relativas à remuneração baseada em ações do conselho de administração e da diretoria estatutária, nos 3 últimos exercícios sociais, elaborar tabela com o seguinte conteúdo:

2024	Conselho de Administração	Diretoria Estatutária	Conselho Fiscal	Total
Nº total de membros	5	4	3	12
Nº de membros remunerados	0	3	0	3
Número de ações	N/A	79.787	N/A	79.787
Preço médio ponderado de exercício	N/A	R\$ 9,74	N/A	-
Preço médio ponderado de mercado das ações relativas às opções exercidas	N/A	R\$ 17,57	N/A	R\$ 17,57
Multiplicação do total das opções exercidas pela diferença entre o preço médio ponderado de exercício e o preço médio ponderado de mercado das	N/A	R\$ 624.732,21	N/A	R\$ 624.732,21

ações relativas às opções exercidas				
-------------------------------------	--	--	--	--

PLANO 2 – Ações Restritas / Matching

8.9. Em relação à remuneração baseada em ações, sob a forma de ações a serem entregues diretamente aos beneficiários, reconhecida no resultado dos 3 últimos exercícios sociais e à prevista para o exercício social corrente, do conselho de administração e da diretoria estatutária, elaborar tabela com o seguinte conteúdo:

Previsão com fim em 31/12/2025

2025	Conselho de Administração	Diretoria Estatutária	Conselho Fiscal	Total
Nº total de membros	5	4	3	12
Nº de membros remunerados	0	0	0	0
Número de ações	0	0	0	0
Diluição potencial em caso de outorga de todas as ações aos beneficiários	0	0	0	0

Período fiscal com fim em 31/12/2024

2024	Conselho de Administração	Diretoria Estatutária	Conselho Fiscal	Total
Nº total de membros	5	4	3	12
Nº de membros remunerados	0	4	0	4
Número de ações	N/A	397.866	N/A	397.866
Diluição potencial em caso de outorga de todas as ações aos beneficiários	N/A	0,49%	N/A	0,49%

Período fiscal com fim em 31/12/2023

2023	Conselho de Administração	Diretoria Estatutária	Conselho Fiscal	Total
Nº total de membros	0	3,67	0	3,67
Nº de membros remunerados	0	3,5	0	3,5
Número de ações	N/A	386.054	N/A	386.054
Diluição potencial em caso de outorga de todas as ações aos beneficiários	N/A	0,47%	N/A	0,47%

Período fiscal com fim em 31/12/2022

2022	Conselho de Administração	Diretoria Estatutária	Conselho Fiscal	Total
Nº total de membros	0	4	0	4
Nº de membros remunerados	0	4	0	4
Número de ações	N/A	648.136	N/A	648.136,00
Diluição potencial em caso de outorga de todas as ações aos beneficiários	N/A	0,79%	N/A	0,79%

Para os programas de Matching, as ações não possuem período de *vesting*, por isso estão representadas como exercíveis, mas dependem do exercício do Programa SOP para que o direito seja adquirido.

Os valores justos apresentados foram calculados com base no valor justo dos ativos na data de outorga, como previsto pelo CPC 10 para o caso de planos de pagamento baseados em ações liquidados em instrumentos de patrimônio.

8.10. Em relação à cada outorga de ações realizada nos 3 últimos exercícios sociais e previstas para o exercício social corrente, do conselho de administração e da diretoria estatutária, elaborar tabela com o seguinte conteúdo:

Modelo 1 – usado quando há outorgas apenas para Diretores Estatutários	Matching 2024 Diretores	Matching Diretores 2023	Matching 2024 Gerentes
Nº total de membros	4,00	4,00	4,00
Nº de membros remunerados	1,00	1,00	1,00
Data de outorga	20/05/2024	05/05/2023	20/05/2024
Quantidade de ações outorgadas	168.394	105.238	48.506
Prazo máximo para entrega das ações	84.197 em 20/05/2026 84.197 em 20/06/2027	52.619 em 05/05/2025 52.619 em 05/05/2026	24.253 em 20/05/2026 24.253 em 20/05/2027
Prazo de restrição à transferência das ações	N/A	N/A	N/A
Valor justo das ações na data da outorga	R\$ 17,09	R\$ 11,27	R\$ 17,09
Multiplicação da quantidade de ações outorgadas pelo valor justo das ações na data da outorga	R\$ 2.877.853,46	R\$ 1.186.032,26	R\$ 828.967,54

Modelo 1 – usado quando há outorgas apenas para Diretores Estatutários	Matching Gerentes 2022	Matching Gerentes 2023
Nº total de membros	4,00	4,00
Nº de membros remunerados	1,00	1,00
Data de outorga	05/05/2022	05/05/2023
Quantidade de ações outorgadas	19.392	36.944
Prazo máximo para entrega das ações	05/05/2025	18.472 em 05/05/2025 18.472 em 05/05/2026
Prazo de restrição à transferência das ações	N/A	N/A
Valor justo das ações na data da outorga	R\$ 8,50	R\$ 11,27
Multiplicação da quantidade de ações outorgadas pelo valor justo das ações na data da outorga	R\$ 164.832,00	R\$ 416.358,88

8.11 Em relação às ações entregues relativas à remuneração baseada em ações do conselho de administração e da diretoria estatutária, nos 3 últimos exercícios sociais, elaborar tabela com o seguinte conteúdo:

Não existe remuneração baseada em ações disponível para o Conselho Fiscal e Conselho de Administração. Apenas a Diretoria Estatutária é contemplada por estes planos.

Em relação ao Plano de Opção, ainda não houve exercícios até o final de 2021. As informações sobre o Plano de Ações Restritas estão descritas na tabela abaixo.

PLANO DE AÇÕES RESTRITAS

2024	Conselho de Administração	Diretoria Estatutária	Conselho Fiscal	Total
Nº total de membros	5	4	3	12
Nº de membros remunerados	0	1	0	1
Número de ações	N/A	19.392	N/A	19.392

Preço médio ponderado de aquisição	N/A	R\$ -	N/A	R\$ -
Preço médio ponderado de mercado das ações adquiridas	N/A	R\$ 17,57	N/A	R\$ 17,57
Multiplicação do total das ações adquiridas pela da diferença entre o preço médio ponderado de aquisição e o preço médio ponderado de mercado das ações adquiridas	N/A	R\$ 340.717,44	N/A	R\$ 340.717,44

2023	Conselho de Administração	Diretoria Estatutária	Conselho Fiscal	Total
Nº total de membros	0	3,67	0	3,67
Nº de membros remunerados	0	1	0	1
Número de ações	N/A	233.334	N/A	233.334
Preço médio ponderado de aquisição	N/A	R\$ -	N/A	R\$ -
Preço médio ponderado de mercado das ações adquiridas	N/A	R\$ 13,10	N/A	R\$ 3,10
Multiplicação do total das ações adquiridas pela da diferença entre o preço médio ponderado de aquisição e o preço médio ponderado de mercado das ações adquiridas	N/A	R\$ 3.056.675,40	N/A	R\$ 3.056.675,40

2022	Conselho de Administração	Diretoria Estatutária	Conselho Fiscal	Total
Nº total de membros	0	4	0	4
Nº de membros remunerados	0	3	0	3
Número de ações	N/A	332.284	N/A	332.284
Preço médio ponderado de aquisição	N/A	R\$ -	N/A	R\$ -
Preço médio ponderado de mercado das ações adquiridas	N/A	R\$ 9,03	N/A	R\$ 9,03
Multiplicação do total das ações adquiridas pela diferença entre o preço médio ponderado de aquisição e o preço médio ponderado de mercado das ações adquiridas	N/A	R\$ 2.999.446,60	N/A	R\$ 2.999.446,60

8.12. Descrição sumária das informações necessárias para a compreensão dos dados divulgados nos itens 8.5 a 8.11, tal como a explicação do método de precificação do valor das ações e das opções, indicando, no mínimo:

a) modelo de precificação;

Segundo o CPC-10 e a IFRS 2, “para transações mensuradas com base no valor justo dos instrumentos patrimoniais outorgados, a entidade deve mensurar o valor justo dos instrumentos patrimoniais outorgados na data da mensuração, baseando-se nos preços de mercado se disponíveis, levando em consideração os termos e condições sob os quais os instrumentos patrimoniais foram outorgados” e “se os preços de mercado não estiverem disponíveis, a entidade deve estimar o valor justo dos instrumentos patrimoniais outorgados utilizando técnica de avaliação para estimar a que preço os respectivos instrumentos patrimoniais poderiam ser negociados, na data da mensuração, em uma transação sem favorecimentos, entre partes conhecedoras do assunto e dispostas a negociar”.

Dessa forma, para definir o valor justo dos instrumentos outorgados, deve-se preferencialmente utilizar o valor de mercado dos ativos outorgados, desde que este valor esteja disponível. Caso este valor não esteja disponível, deve-se utilizar alguma técnica de estimação bem aceita pela literatura para que o valor justo seja calculado.

No Plano de Opção de Compra de Ações, não é possível utilizar diretamente o valor de mercado das opções, uma vez que não há opções negociadas em mercado organizado com as mesmas características das opções do Plano de Opção de Compra de Ações da

Companhia. Portanto, fez-se necessário a utilização de um modelo de precificação de opções para mensurar o valor justo.

A Companhia optou então por utilizar o modelo Binomial de Hull & White por, de acordo com a norma, refletir melhor a situação da Companhia. Com base no CPC-10, a Companhia estimou o valor justo das opções nas datas das outorgas e reconheceu como despesa, em cada período, parcela proporcional ao prazo de vigência dos direitos.

Já para os programas de Ações Restritas/Matching, apesar de termos o valor disponível das ações, há uma particularidade, pois o lockup é muito longo (maior que o vesting). Dessa forma, foi utilizado o modelo de precificação de opções para que fosse possível precificar esse efeito do lockup no valor da ação.

- b) dados e premissas utilizadas no modelo de precificação, incluindo o preço médio ponderado das ações, preço de exercício, volatilidade esperada, prazo de vida da opção, dividendos esperados e a taxa de juros livre de risco;

As seguintes premissas foram aplicadas na determinação do valor justo das opções de compra de ações, conforme tabela a seguir.

- (1) A volatilidade informada representa a média das volatilidades utilizadas, já que temos períodos diferentes de acordo com o período de lockup.

- c) método utilizado e as premissas assumidas para incorporar os efeitos esperados de exercício antecipado;

O modelo binomial utilizado para precificar as opções considerou que, uma vez cumpridas as condições de aquisição de direito, o participante exercerá a opção antes do vencimento caso o valor da ação atinja o dobro do preço de exercício, gerando um ganho de 100% em relação ao preço de exercício. Tal abordagem foi utilizada para melhor representar o racional de tomada de decisão de exercício de um detentor de opções.

- d) forma de determinação da volatilidade esperada; e

Para definir a volatilidade foi considerado o histórico do valor da ação da Companhia. O período escolhido foi proporcional à expectativa de exercício das opções. A metodologia foi desvio padrão dos retornos diários.

- e) se alguma outra característica da opção foi incorporada na mensuração de seu valor justo

Não houve outra característica da opção incorporada na mensuração de seu valor justo.

Variável	SOP 2024 Diretores	SOP 2024 Gerentes	Matching Diretores 2024	Matching Diretores 2023	Matching Gerentes 2024	Matching Gerentes 2022
Modelo de Precificação	Binomial	Binomial	Último Pregão	Último Pregão	Último Pregão	Último Pregão
Preço Médio Ponderado das Ações	R\$ 16,89	R\$ 16,89	R\$ 17,09	R\$ 11,27	R\$ 17,09	R\$ 8,50
Preço de Exercício	10,23	18,96	N/A	N/A	N/A	N/A
Volatilidade Esperada	35,66%	35,66%	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%
Prazo de vida da opção	1 ano	1 ano	N/A	N/A	N/A	N/A
Dividendos Esperados	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%
Taxa de juros livre de riscos	5,15%	5,15%	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%
Método utilizado e as premissas assumidas para incorporar os efeitos esperados de exercício antecipado	O participante exercerá a opção antes do vencimento caso o valor da ação atinja 3 vezes o preço de exercício	O participante exercerá a opção antes do vencimento caso o valor da ação atinja 3 vezes o preço de exercício	N/A	N/A	N/A	N/A
Forma de determinação da volatilidade esperada	A expectativa de volatilidade foi calculada para cada data de exercício, levando em consideração o tempo remanescente para completar o período de aquisição, bem como a volatilidade histórica dos retornos, utilizando o modelo GARCH	A expectativa de volatilidade foi calculada para cada data de exercício, levando em consideração o tempo remanescente para completar o período de aquisição, bem como a volatilidade histórica dos retornos, utilizando o modelo GARCH	N/A	N/A	N/A	N/A
Se alguma outra característica da opção foi incorporada na mensuração de seu valor justo	N/A	N/A	N/A	N/A	N/A	N/A

8.13. Informar a quantidade de ações, cotas e outros valores mobiliários conversíveis em ações ou cotas, emitidos, no Brasil ou no exterior, pelo emissor, seus controladores diretos ou indiretos, sociedades controladas ou sob controle comum, que sejam detidas por membros do conselho de administração, da diretoria estatutária ou do conselho fiscal, agrupados por órgão

Em dezembro de 2024, o capital social da Valid S.A., consistia em 81.836.375 ações (VLID3), com a participação do conselho e da diretoria conforme a tabela abaixo:

Posição em 31/12/2024	VLID3	% Total
Conselho de Administração	2.400.410	2,9%
Conselho Fiscal	21,00	0,0%
Diretoria (estatutária)	180.938	0,2%

8.14 Em relação aos planos de previdência em vigor conferidos aos membros do conselho de administração e aos diretores estatutários, fornecer as seguintes informações em forma de tabela:

a. Órgão	Diretoria Estatutária
b. número de membros (1)	4
c. número de membros remunerados (1)	4
d. nome do plano	PGBL/VBGL
e. quantidade de administradores que reúnem as condições para se aposentar	Nenhum em 2024
f. condições para se aposentar antecipadamente	Não há aposentadoria antecipada no plano, só a normal que é: (a) Ter, no mínimo, 60 (sessenta) anos de idade; (b) Ter, no mínimo, 5 (cinco) anos de contribuição ao PGBL.
g. valor atualizado das contribuições acumuladas no plano de previdência até o encerramento do último exercício social, descontada a parcela relativa a contribuições feitas diretamente pelos administradores	
h. valor total acumulado das contribuições realizadas durante o último exercício social, descontada a parcela relativa a contribuições feitas diretamente pelos administradores	R\$ 135.682,68
i. se há a possibilidade de resgate antecipado e quais as condições	Na ocorrência de Morte ou invalidez total e permanente do participante, o saldo total da provisão matemática de benefícios a conceder será revertida ao participante. O Participante poderá, a partir do 60º(sexagésimo) dia contado de sua inscrição do PGBL, resgatar ou portar, total

ou parcial, o saldo da Provisão do Participante - Parte Participante Mensal e da Provisão do Participante - Parte Participante Voluntária. O intervalo mínimo entre pedidos de resgate ou portabilidade de um mesmo participante será de 60 (sessenta) dias, contados a partir da data de registro do último pedido. O resgate total do participante implicará no imediato cancelamento de sua inscrição no Plano. A efetivação do resgate ou portabilidade, de parte ou totalidade do saldo da conta, implicará a transferência para a conta coletiva do mesmo valor resgatado ou portado, do saldo da conta - parte instituidora mensal. No caso de término do vínculo empregatício do Participante integrante dos grupos 1 ou 2, com a instituidora, antes de ser elegível ao benefício de renda previsto no PGBL, o saldo da provisão - Parte instituidora mensal poderá ser liberado ao participante, conforme os critérios indicados abaixo:

Tempo de plano (em anos completos)	(%) percentual da provisão do participante - Parte instituidora mensal a ser disponibilizado ao participante
Até 02 anos	0%
Acima de 02 anos até 03 anos	20%
Acima de 03 anos até 04 anos	30%
Acima de 04 anos até 05 anos	40%
Acima de 05 anos até 06 anos	50%
Acima de 06 anos até 07 anos	60%
Acima de 07 anos até 08 anos	70%
Acima de 08 anos até 09 anos	80%
Acima de 08 anos até 10 anos	90%
Acima de 10 anos	100%

(1) A quantidade número de membros e número de membros remunerados são iguais e foram apurados de acordo com a média anual do número de membros de cada órgão apurado mensalmente;

8.15 Em forma de tabela, indicar, para os 3 últimos exercícios sociais, em relação ao conselho de administração, à diretoria estatutária e ao conselho fiscal:

	Diretoria Estatutária		
	31/12/2024	31/12/2023	31/12/2022
Nº de membros / Nº de membros remunerados	4	4,2	4
Valor da maior remuneração (reais)	7.030.745,70	5.468.004,37	6.294.755,79
Valor da menor remuneração (reais) (1)	1.036.388,22	2.550.033,86	2.598.304,05
Valor da média da remuneração (reais)	2.556.436,52	3.634.211,66	4.202.664,54

(1) O valor da menor remuneração anual individual está sendo apurado com a inclusão de todos os membros que exerceram o cargo por um período menor do que 12 meses.

	Conselho de Administração		
	31/12/2024	31/12/2023	31/12/2022
Nº de membros / Nº de membros remunerados	5	5	5
Valor da maior remuneração (reais)	1.152.682,66	864.909,84	720.000,00
Valor da menor remuneração (reais)	372.600,00	285.000,00	240.000,00
Valor da média da remuneração (reais)	528.616,53	481.166,56	336.000,00

	Conselho Fiscal		
	31/12/2024	31/12/2023	31/12/2022
Nº de membros / Nº de membros remunerados	3	3	3
Valor da maior remuneração (reais)	178.848	149.989	127.560

Valor da menor remuneração (reais)	178.848	140.079	127.560
Valor da média da remuneração (reais)	178.848	146.686	127.560

8.16 Arranjos contratuais, apólices de seguros ou outros instrumentos que estruturam mecanismos de remuneração ou indenização para os administradores

Em dezembro de 2020 a Companhia estabeleceu que nas hipóteses de desligamento sem justa causa, além do pagamento das verbas rescisórias devidas por lei e da liberação dos benefícios dos Planos de Previdência Privada, conforme o caso, a Companhia poderá negociar com os Administradores a assunção, por parte destes, de uma obrigação de não competição, com prazo de até 24 (vinte e quatro meses).

Como contrapartida à assunção da obrigação de não competição os Administradores poderão fazer jus a:

1. Indenização no valor de até 12 (doze) vezes a remuneração fixa mensal recebida pelo Administrador na data do seu desligamento;
2. Extensão da vigência do plano de saúde por até 12 (doze) meses;
3. Extensão do prazo do respectivo seguro D&O por até 36 (trinta e seis) meses;
4. Retenção de aparelho e linha de telefone celular, e notebook da Companhia em sua posse na data do desligamento; e
5. Exceto em casos de aposentadoria, fará jus a uma consultoria de transição de carreira.

Por fim, em relação à remuneração baseada em ações, a Companhia observará, nas hipóteses de desligamento dos Administradores, as disposições específicas dos planos e programas em vigor, se houver.

Os administradores estão garantidos pela apólice de seguros de responsabilidade civil de Diretores e Administradores (D&O), cujo limite máximo é de USD 6 milhões e o prêmio total de USD 13,3 mil.

8.17. Em relação aos 3 últimos exercícios sociais e à previsão para o exercício social corrente, indicar o percentual da remuneração total de cada órgão reconhecida no resultado do emissor referente a membros do conselho de administração, da diretoria estatutária ou do conselho fiscal que sejam partes relacionadas aos controladores, diretos ou indiretos, conforme definido pelas regras contábeis que tratam desse assunto.

A Companhia não tem controlador.

8.18. Em relação aos 3 últimos exercícios sociais e à previsão para o exercício social corrente, indicar os valores reconhecidos no resultado do emissor como remuneração de membros do conselho de administração, da diretoria estatutária ou do conselho fiscal, agrupados por órgão, por qualquer razão que não a função que ocupam, como por exemplo, comissões e serviços de consultoria ou assessoria prestados

Não se aplica.

8.19. Em relação aos 3 últimos exercícios sociais e à previsão para o exercício social corrente, indicar os valores reconhecidos no resultado de controladores, diretos ou indiretos, de sociedades sob controle comum e de controladas do emissor, como remuneração de membros do conselho de

administração, da diretoria estatutária ou do conselho fiscal do emissor, agrupados por órgão, especificando a que título tais valores foram atribuídos a tais indivíduos

Não se aplica.

8.20 Outras Informações relevantes

Proposta 2025 x 2024	Proposta AGOE 2024 (jan/24 a dez/24)	Proposta AGO 2025 (jan/25 a dez/25)
Conselho de		
Administração	2.628.852,36	2.803.411,75
Diretoria Estatutária	18.538.322,09	17.588.705,90
Conselho Fiscal	549.504,00	568.736,64
Total	R\$ 21.716.678,45	R\$ 20.960.854,29

ANEXO 4

Informações sobre os Candidatos aos cargos de Conselhos

(Itens 7.3 a 7.8 do Formulário de Referência de 2025, Resolução CVM 81/22)

INFORMAÇÕES SOBRE OS CANDIDATOS INDICADOS

7.3 – Em relação a cada um dos administradores e membros do conselho fiscal do emissor, indicar, em forma de tabela: a. nome; b. data de nascimento; c. profissão; d. CPF ou número do passaporte; e. cargo eletivo ocupado; f. data de eleição; g. data da posse; h. prazo do mandato; i. outros cargos ou funções exercidos no emissor; j. se foi eleito pelo controlador ou não; k. se é membro independente e, caso positivo, qual foi o critério utilizado pelo; emissor para determinar a independência; l. número de mandatos consecutivos

Ver tabela abaixo.

Membro do Conselho de Administração											
Nome	Data de Nascimento	Profissão	CPF	Cargo eletivo ocupado	Data de Eleição	Data da Posse	Prazo do Mandato	Outros cargos ou funções exercidas no emissor	Indicado pelo controlador	Membro Independente	Número de mandatos consecutivos
Sidney Levy	05/11/1956	Engenheiro	441.607.557-04	Presidente do Conselho de Administração	24/04/2025	24/04/2025	Até AGO de 2027	Membro do Comitê de Remuneração e do Comitê Estatutário de Auditoria	Não	Não	14
Fiamma Zarife	03/09/1971	Publicitária	018.508.457-51	Conselho de Adm. Independente (Efetivo)	24/04/2025	24/04/2025	Até AGO de 2027	Membro do Comitê de Remuneração	Não	Sim	3
Henrique Bredda	30/08/1981	Engenheiro Naval	221.014.238-55	Conselho de Adm. Independente (Efetivo)	24/04/2025	24/04/2025	Até AGO de 2027	Membro do Comitê de Remuneração	Não	Não	3
Giuliano Dedini	06/11/1991	Economista	089.199.389-46	Conselho de Adm. Independente (Efetivo)	24/04/2025	24/04/2025	Até AGO de 2027	Membro do Comitê Estatutário de Auditoria	Não	Não	2
Luiz Carlos Miyadaira Ribeiro Jr	14/12/1975	Engenheiro	174.088.158-30	Conselho de Adm. Independente (Efetivo)	24/04/2025	24/04/2025	Até AGO de 2027	Membro do Comitê Estatutário de Auditoria	Não	Sim	2

Membro do Conselho Fiscal											
Nome	Data de Nascimento	Profissão	CPF	Cargo eletivo ocupado	Data de Eleição	Data da Posse	Prazo do Mandato	Outros cargos ou funções exercidas no emissor	Indicado pelo controlador	Membro Independente	Número de mandatos consecutivos
William Cordeiro	06/07/1991	Engenheiro	092.197.196-65	Membro Efetivo do Conselho Fiscal	24/04/2025	24/04/2025	Até AGO de 2026	Não há	Não	Sim	5
Rodrigo Abud	23/08/1981	Administrador	221.318.838-62	Membro Suplente do Conselho Fiscal	24/04/2025	24/04/2025	Até AGO de 2026	Não há	Não	Sim	5
Regis Lemos de Abreu	06/11/1970	Economista	012.085.457-01	Membro Efetivo do Conselho Fiscal	24/04/2025	24/04/2025	Até AGO de 2026	Não há	Não	Sim	5
Paulo Roberto Franceschi	12/06/1951	Contador	171.891.289-72	Membro Suplente do Conselho Fiscal	24/04/2025	24/04/2025	Até AGO de 2026	Não há	Não	Sim	3
Vanderlei da Rosa	09/09/1963	Contador	422.881.180-91	Membro Efetivo do Conselho Fiscal	24/04/2025	24/04/2025	Até AGO de 2026	Não há	Não	Sim	8
Murici dos Santos	03/08/1975	Advogado	248.933.788-21	Membro Suplente do Conselho Fiscal	24/04/2025	24/04/2025	Até AGO de 2026	Não há	Não	Sim	7

m. informações sobre:**i. principais experiências profissionais durante os últimos 5 anos, indicando:**

- **nome e setor de atividade da empresa**
- **cargo**
- **se a empresa integra (i) o grupo econômico do emissor ou (ii) é controlada por acionista do emissor que detenha participação, direta ou indireta, igual ou superior a 5% de uma mesma classe ou espécie de valor mobiliário do emissor**

ii. indicação de todos os cargos de administração que ocupe em outras sociedades ou organizações do terceiro setor**n. descrição de qualquer dos seguintes eventos que tenham ocorrido durante os últimos 5 anos:****i. qualquer condenação criminal****ii. qualquer condenação em processo administrativo da CVM e as penas aplicadas****iii. qualquer condenação transitada em julgado, na esfera judicial ou administrativa, que o tenha suspenso ou inabilitado para a prática de uma atividade profissional ou comercial qualquer****Conselho de Administração****Sidney Levy**

Formado em Engenharia de Produção pela Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ), cursou mestrado em Engenharia pela Coordenação dos Programas de Pós-Graduação em Engenharia (COPPERJ) e Especialização em Administração pelo Institute of Management Development em Lausanne, Suíça. Ocupou o cargo de Presidente da Valid S.A. de 1994 até 2011, quando passou a ocupar a Presidência do Conselho de Administração. Entre 1992 e 1994 foi Presidente da DLR Lerchundi na Espanha. Trabalhou na Thomas de La Rue no Brasil e na Inglaterra de 1981 a 1991. Foi presidente da American Chamber of Commerce do Rio de Janeiro entre 2005 e 2007. Foi Diretor Geral do Rio2016, Comitê Organizador dos Jogos Olímpicos e Paralímpicos de 2013 a 2016. Atualmente é Presidente do Conselho de Administração da Valid S.A. (VLID3) e Presidente do Conselho de Administração do Instituto Reditus.

Nos últimos cinco anos, não houve qualquer condenação criminal, qualquer condenação em processo administrativo da CVM, nem qualquer condenação

transitada em julgado que tenha suspenso ou inabilitado a prática de atividade profissional ou comercial de quaisquer dos membros da Administração da Companhia.

Fiamma Zarife

Fiamma Zarife é formada em Publicidade e Propaganda pela UFF e em Relações Públicas pela UERJ. Possui pós-graduação em Marketing pela PUC-RJ e cursos de especialização na Singularity University, MIT, Columbia Business School e Wharton School.

Iniciou sua carreira na Petrobras Distribuidora. Depois, atuou no Banco Boavista, onde coordenou o desenvolvimento do Internet Banking da instituição. Em 1999, ingressou na Algar Telecom Leste, iniciando uma trajetória de 15 anos no setor de telecomunicações, com passagens pela TIMnet, Oi, Claro e Samsung.

Em 2015, assumiu o cargo de Diretora-Geral do Twitter no Brasil, onde foi responsável pelo desenvolvimento da estratégia comercial da empresa no país, coordenando sua atuação junto a marcas, agências de publicidade e parceiros de conteúdo até 2023, quando deixou o Twitter para assumir o cargo de Country Manager do Airbnb no Brasil.

Nos últimos cinco anos, não houve qualquer condenação criminal, qualquer condenação em processo administrativo da CVM, nem qualquer condenação transitada em julgado que tenha suspenso ou inabilitado a prática de atividade profissional ou comercial de quaisquer dos membros da Administração da Companhia.

Henrique Bredda

Henrique Bredda é sócio fundador e gestor da Alaska Asset Management. Formado em Engenharia Naval e Oceânica pela Escola Politécnica da USP, Bredda iniciou sua carreira em 2002 e passou por instituições como Unibanco, Spinnaker Capital Group, Ashmore Brasil, FVF Participações, VentureStar Capital Management. Bredda foi sócio fundador da Skipper Investimentos, onde atuou como analista e gestor de renda variável de 2010 a 2013. Gestor de carteira de valores mobiliários autorizado pela CVM.

Nos últimos cinco anos, não houve qualquer condenação criminal, qualquer condenação em processo administrativo da CVM, nem qualquer condenação transitada em julgado que tenha suspenso ou inabilitado a prática de atividade profissional ou comercial de quaisquer dos membros da Administração da Companhia.

Giuliano Dedini

Giuliano Silvio Dedini é formado em Economia pela Universidade Federal do Paraná (UFPR) e mestre em Economia e Finanças pela Escola de Economia de São Paulo da Fundação Getúlio Vargas (EESP/FGV). É sócio e Diretor de Gestão da 4UM Investimentos, responsável pelas estratégias de renda variável líquidas e pelas estratégias de PE/VC. De 2014 a 2016 foi analista de ações na JMalucelli Investimentos e de 2011 a 2013 auditor independente na Deloitte Touche Tohmatsu em Curitiba. Possui a Certificação CFA do CFA Institute e a Certificação de Gestores ANBIMA – CGA. É membro independente do Conselho de Administração da Unicasa Indústria de Móveis.

Nos últimos cinco anos, não houve qualquer condenação criminal, qualquer condenação em processo administrativo da CVM, nem qualquer condenação transitada em julgado que tenha suspenso ou inabilitado a prática de atividade profissional ou comercial de quaisquer dos membros da Administração da Companhia.

Luiz Carlos Miyadaira Ribeiro Jr

Luiz Carlos Miyadaira Ribeiro Jr é docente licenciado da Universidade de Brasília, Mestre em Ciência da Computação pela Universidade Federal de São Carlos (UFSCar) e Doutor em Sistemas Digitais pela Escola Politécnica da USP. Nos últimos 10 anos liderou projetos de transformação digital no Governo Federal, fundador e diretor dos Departamentos de Serviços Públicos Digitais e Canais e Identidade Digital no Ministério da Economia, e foi um dos idealizadores e líderes do GOV.BR, plataforma que ajudou o Brasil a ser reconhecido pelo Banco Mundial como o segundo país com a mais alta maturidade em Governo Digital no mundo, medido no GovTech Maturity Index 2022.

Nos últimos cinco anos, não houve qualquer condenação criminal, qualquer condenação em processo administrativo da CVM, nem qualquer condenação transitada em julgado que tenha suspenso ou inabilitado a prática de atividade profissional ou comercial de quaisquer dos membros da Administração da Companhia.

Conselho Fiscal

William Cordeiro (Membro Efetivo)

O Sr. William Cordeiro é Sócio fundador e analista de renda variável na Alaska Asset Management desde 2015. Em 2014, foi analista de renda variável na Venturestar. Atualmente, ocupa cargo de conselheiro fiscal na Marcopolo S.A desde 2017. Também é conselheiro fiscal na Valid Soluções S.A desde 2019. Ocupou cargo de conselheiro fiscal na Randon SA e lochpe-Maxion SA. Já ocupou também cargos suplentes no Conselho Fiscal da Rumo S.A, Log-In Logística Intermodal S.A e Celesc S.A. Ocupou

cargo suplente do Conselho de Administração da Magnesita Refratários S.A. Formado em Engenharia de Produção pela Universidade Federal de São Carlos.

Nos últimos cinco anos, não houve qualquer condenação criminal, qualquer condenação em processo administrativo da CVM, nem qualquer condenação transitada em julgado que tenha suspenso ou inabilitado a prática de atividade profissional ou comercial de quaisquer dos membros da Administração da Companhia.

Rodrigo Abud (Membro Suplente)

O Sr. Rodrigo Abud é sócio fundador e analista de empresas na Alaska Investimentos desde 2015. Formado em Administração de Empresas pelo Insper, iniciou sua carreira em 2004 como consultor na empresa Nexia Villas Rodil. Em 2005, trabalhou na empresa Maxi Color e foi fundador e consultor de investimentos da Proa Investimentos, onde ficou até o ano de 2009. Em seguida passou pelas empresas Advis e LAPB Gestão de Recursos. Atualmente, ocupa cargo de conselheiro fiscal na Lojas Quero Quero. Já ocupou cargo suplente no Conselho Fiscal da Log-In Logística Intermodal S.A.

Nos últimos cinco anos, não houve qualquer condenação criminal, qualquer condenação em processo administrativo da CVM, nem qualquer condenação transitada em julgado que tenha suspenso ou inabilitado a prática de atividade profissional ou comercial de quaisquer dos membros da Administração da Companhia.

Regis Lemos de Abreu (Membro Efetivo)

O Sr. Regis Lemos de Abreu Filho é Sócio-Diretor da Tagus Investimentos e gestor responsável pelos seus fundos de crédito e ações. Foi Senior Partner e CIO dos fundos líquidos da Mercatto/Bozano Investimentos durante 15 anos, apontado pelo Guia Exame como melhor Gestor Especialista (2006) e melhor Gestor de Fundos de Ações (2007). Iniciou sua carreira em 1991 no banco BMG, entre 1992|1996 teve passagens pelos bancos MontrealBank e SRL sempre atuando na área de gestão de investimentos. De 1996 a 2000 trabalhou no Banco Bozano, Simonsen onde foi gerente de investimentos na área de Asset Management e posteriormente executivo responsável pelas equipes de gestão e análise da carteira própria de ações do Banco, onde permaneceu até a venda do Banco Bozano, Simonsen para o Banco Santander. Entre 2000|2001 foi Diretor de Gestão de Investimentos da SBAM (Santander Brasil Asset Management). Regis atualmente é vice-presidente da Amec (Associação de Investidores no Mercado de Capitais). Foi membro da diretoria da Anbima de 2007 a 2014. Graduado em Economia pela UCAM (RJ).

Nos últimos cinco anos, não houve qualquer condenação criminal, qualquer condenação em processo administrativo da CVM, nem qualquer condenação transitada em julgado que tenha suspenso ou inabilitado a prática de atividade profissional ou comercial de quaisquer dos membros da Administração da Companhia.

Paulo Roberto Franceschi (Membro Suplente)

O Sr. Paulo é sócio sênior da AUDICONTROL Auditoria e Controle, escritório de auditoria independente e consultoria nas áreas contábil e fiscal, desde 1995. Tem atuado como membro de Conselhos Fiscais desde 2004, atualmente é membro titular do Conselho fiscal da Triunfo Participações e Investimentos S.A., EQUATORIAL Pará Distribuidora de Energia S.A., EQUATORIAL Maranhão Distribuidora de Energia S.A. e Companhia Estadual de Distribuição de Energia Elétrica CEEE-D.

Nos últimos cinco anos, não houve qualquer condenação criminal, qualquer condenação em processo administrativo da CVM, nem qualquer condenação transitada em julgado que tenha suspenso ou inabilitado a prática de atividade profissional ou comercial de quaisquer dos membros da Administração da Companhia.

Vanderlei da Rosa (Membro Efetivo)

O Sr. Vanderlei é formado em Ciências Contábeis pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul e com especialização em Mercados de Capitais pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul e Contabilidade de Custos pela Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul. Tem atuado como membro de Conselhos Fiscais desde 2000, atualmente é membro titular do Conselho fiscal da Odontoprev S.A., Weg S.A., Equatorial S.A., Equatorial Pará Distribuidora de Energia S.A., Equatorial Maranhão Distribuidora de Energia S.A., Companhia Estadual de Energia Elétrica (CEEE-D) e Triunfo Participações e Investimentos S.A.. Foi sócio executivo da empresa HB Audit – Auditores Independentes S/S até julho de 2016, onde atuou por mais de 25 anos.

Nos últimos cinco anos, não houve qualquer condenação criminal, qualquer condenação em processo administrativo da CVM, nem qualquer condenação transitada em julgado que tenha suspenso ou inabilitado a prática de atividade profissional ou comercial de quaisquer dos membros da Administração da Companhia.

Murici dos Santos (Membro Suplente)

O Sr. Murici dos Santos é advogado, graduado em Direito (2007) e História (2002) pela Universidade de Guarulhos e pós-graduado em Direito Corporativo e Compliance –

EPD (2024). Possui especialização em Direito Societário pela FGV (2014) e atualização em Direito Ambiental pela ESA-OAB (2018).

Atualmente cursando Pós-Graduação em Direito Tributário e Contabilidade Tributária – EPD– 2025/ 2026. Foi Presidente da Comissão de Prerrogativas e membro da Comissão de Ética da Ordem dos Advogados do Brasil, Subsecção 290º – Mairiporã/SP e Coordenador da Escola Superior da Advocacia – ESA– Subsecção 290º – Mairiporã/SP. Trabalha desde 2001 como consultor em Governança Corporativa, na prestação de serviços de consultoria e assessoria empresarial nas áreas administrativa, financeira, societária, tributária e atuação em Conselho de Administração e Fiscais, atuando nos últimos anos como Conselheiro Fiscal titular e suplente nas Companhias: Tafibrás Participações S.A., Companhia Paranaense de Energia S.A – Copel, do Banco Nossa Caixa S.A.; Drogasil S.A.; Bicletas Monark S.A.; M&G Poliéster S.A.; Santos Brasil S.A.; Medial Saúde S.A.; AES Tietê S.A., Têxtil Renauxview S.A; Metalfrio Solutions S.A; Triunfo Participações e Investimentos S.A. Eucatex S.A Industria e Comércio, Rio Parapanema S.A., Tarpon Investimentos S.A ; Profarma Distribuidora de produtos Farmacêuticos S.A.; Vulcabrás S.A , Metalgráfica Iguaçu S.A; Companhia Distribuidora de Gás do Rio de Janeiro; International School Serviços de Ensino, Treinamento e Editoração Franqueadora S.A,), Creditaqui Financeira S.A. – CFI; entre outras.

Atualmente o Sr. Murici dos Santos é Conselheiro Fiscal titular das Companhias: Pettenati S.A Indústria Têxtil (2019/atual), Guararapes Confecções S.A (Titular- 2021/atual – Presidente do Órgão) Transmissora Aliança De Energia Elétrica S.A. (2019/atual); e Rossi Residencial S.A (Titular – 2018/atual – Presidente do Órgão).

Nos últimos cinco anos, não houve qualquer condenação criminal, qualquer condenação em processo administrativo da CVM, nem qualquer condenação transitada em julgado que tenha suspenso ou inabilitado a prática de atividade profissional ou comercial de quaisquer dos membros da Administração da Companhia.

7.4 – Fornecer as informações mencionadas no item 7.3 em relação aos membros dos comitês estatutários, bem como dos comitês de auditoria, de risco, financeiro e de remuneração, ainda que tais comitês ou estruturas não sejam estatutários

Não aplicável.

7.5 – Informar a existência de relação conjugal, união estável ou parentesco até o segundo grau entre:

a. administradores do emissor

Não há.

b. (i) administradores do emissor e (ii) administradores de controladas, diretas ou indiretas, do emissor

Não há.

c. (i) administradores do emissor ou de suas controladas, diretas ou indiretas e (ii) controladores diretos ou indiretos do emissor

Não há.

d. (i) administradores do emissor e (ii) administradores das sociedades controladoras diretas e indiretas do emissor

Não há.

7.6 - Informar sobre relações de subordinação, prestação de serviço ou controle mantidas, nos 3 últimos exercícios sociais, entre administradores do emissor e:

a. sociedade controlada, direta ou indiretamente, pelo emissor, com exceção daquelas em que o emissor detenha, direta ou indiretamente, a totalidade do capital social

Não há relação de subordinação, prestação de serviços ou controle entre administradores da Companhia e sociedade controlada, direta ou indiretamente, pela Companhia.

b. controlador direto ou indireto do emissor

Não aplicável, tendo em vista que a Companhia não possui acionistas controladores.

c. caso seja relevante, fornecedor, cliente, devedor ou credor do emissor, de sua controlada ou controladoras ou controladas de alguma dessas pessoas.

Não há.

7.7. Descrever as disposições de quaisquer acordos, inclusive apólices de seguro, que prevejam o pagamento ou o reembolso de despesas suportadas pelos administradores, decorrentes da reparação de danos causados a terceiros ou ao emissor, de penalidades impostas por agentes estatais, ou de acordos com o objetivo de encerrar processos administrativos ou judiciais, em virtude do exercício de suas funções.

Não Aplicável.

7.8. Fornecer outras informações que o emissor julgue relevantes

Não há.